

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banrisul Cartões S.A., referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Banrisul Cartões atua em dois segmentos de negócios:

- **Rede de Adquirência Vero:** credenciamento, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões Banricompras, BanriCard, Visa, MasterCard, Elo, VerdeCard e VR Benefícios. Na aquisição, a Banrisul Cartões é classificada como Instituição de Pagamento Credenciadora, nos termos emitidos pelo BACEN (Banco Central do Brasil).
- **Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard:** emissão dos cartões Pré e Pós-pagos, administrados por meio de convênios. Nesse segmento, a Banrisul Cartões é Instituidora dos Arranjos de Pagamento BanriCard Pré e Pós-pagos e Instituição de Pagamento Emissora, conforme regulação do BACEN.

Em 2017, a receita operacional bruta da Companhia somou R\$ 608,3 milhões, dos quais 92,0% são oriundos da rede de aquisição Vero e 8,0% dos cartões de benefícios e empresariais BanriCard. Esse montante é 7,7% inferior ao obtido em 2016, declínio também observado na quantidade de transações capturadas e, consequentemente, no volume financeiro transacionado, decorrente da diminuição do faturamento de facilitador de grande porte que passou a operar no mercado como Instituição de Pagamento no último trimestre de 2016.

Importante salientar que, mesmo com a ampliação da concorrência, decorrente da abertura de mercado, e do encerramento das atividades de clientes, influenciada pela retração da economia, a Vero conseguiu aumentar sua base de equipamentos instalados bem como a quantidade de clientes credenciados ativos. A seguir é detalhado o desempenho operacional por segmento de negócios.

Rede de Adquirência Vero

No segmento de aquisição, os esforços ao longo do ano de 2017 estiveram concentrados na ampliação do portfólio de bandeiras capturadas, no lançamento de novas soluções tecnológicas que proporcionem praticidade e melhorem a experiência do cliente credenciado de acordo com as suas necessidades, e na manutenção de índices elevados de eficiência operacional e de velocidade na transação. Evidencia-se, principalmente:

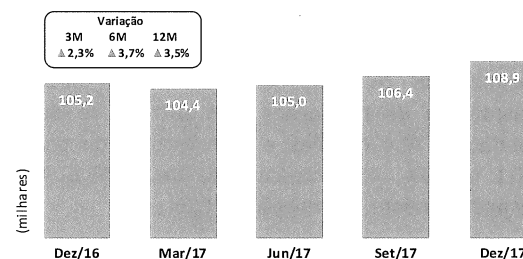
- O início da captura de transações de débito e crédito da bandeira Elo, ampliando o portfólio de operações da Vero, a possibilidade de negócios e a competitividade.
- Novas funcionalidades disponibilizadas no Vero Mobile, como o mecanismo de voz para validar

a transação (solução de acessibilidade voltada a deficientes visuais), que amplia a confiança entre cliente e lojista, a calculadora integrada ao pagamento e a possibilidade de efetuar transações Visa e Mastercard digitadas, que proporcionam agilidade no momento da venda.

- Disponibilização de novas soluções de pagamento:
 - Banricompras Vero Pay, que permite capturar transações de pagamento, em POS e *mobile* (conectado ao celular), sem a presença física do cartão, podendo ser utilizado pelo próprio correntista do Banrisul ou compartilhado com terceiros via redes sociais.
 - Aplicativo Vero NFC-e para emissão de notas fiscais eletrônicas nos dispositivos *smartphones/tablets*, com funcionalidade integrada à solução de pagamento Vero Mobile.
 - Implantação de transações *contactless*/NFC Visa e Mastercard, pré-requisito para permitir a aceitação de *e-wallets* (carteiras digitais como Samsung Pay, Android Pay), *wearables* em geral (pulseiras, anéis, *stickers*) e cartões *contactless* que fazem uso de tecnologia NFC (*Near Field Communication*).
 - POS móvel com comunicação 3G e *Wi-Fi*, dando mais rapidez e versatilidade às transações.
- Credenciamento à Vero por meio da nova plataforma digital disponível no site www.sejavero.com.br.
- Utilização da tecnologia do Banrisul Digital, para oferecer novas formas de autenticação para a plataforma Banricompras.com nas lojas virtuais da Internet.

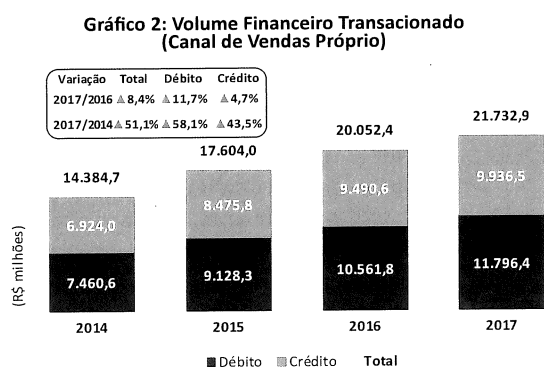
A Vero encerrou dezembro de 2017 com 136,3 mil equipamentos POS e *mobile* aptos a transacionar e 108,9 mil clientes credenciados ativos, incremento de 9,7% e 3,5%, respectivamente, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 1: Credenciados Ativos* (Vero)

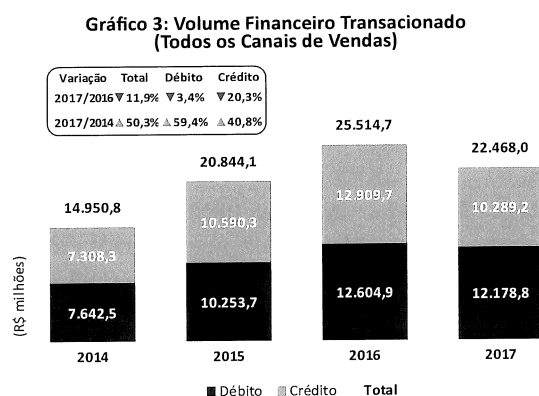


*Credenciados que transacionaram nos últimos 30 dias.

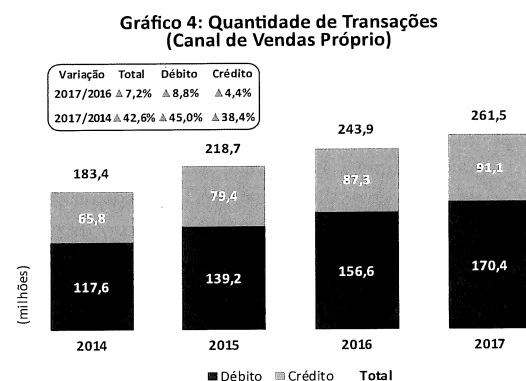
A análise do desempenho do canal de vendas próprio demonstra o crescimento efetivo da rede de adquirência Vero, desprezando-se o efeito pontual de redução das transações devido à saída de facilitador de grande porte que passou a operar como Instituição de Pagamento no último trimestre de 2016. Assim, excluindo-se as facilitadoras desta base, obtém-se o crescimento orgânico da Vero, com incremento de 8,4% no volume financeiro transacionado quando comparado ao ano de 2016, totalizando R\$21.732,9 milhões no canal de vendas próprio da Vero. Deste volume, R\$11.796,4 milhões são com cartões de débito, que ampliou 11,7%, e R\$9.936,5 milhões com cartões de crédito, que cresceu 4,7%.



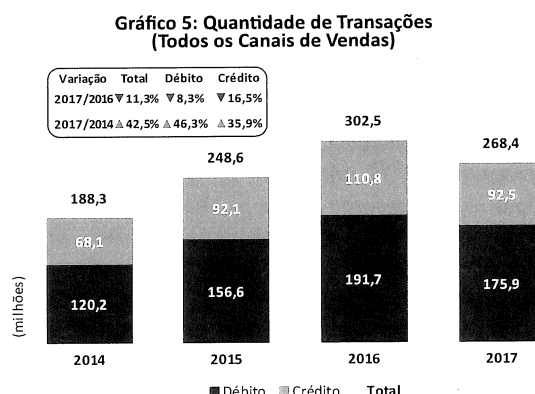
Ao incluir os subadquirentes, o volume financeiro transacionado totalizou R\$ 22.468,0 milhões em 2017, montante 11,9% inferior ao volume do ano anterior, devido a saída de facilitador de grande porte que passou a operar no mercado como Instituição de Pagamento.



Em 2017, foram capturadas 261,5 milhões de transações no canal de vendas próprio da Vero, cujo desempenho foi 7,2% superior ao ano anterior, excluindo-se os subadquirentes. Nesta base, a quantidade de transações com cartões de débito totalizou 170,4 milhões e com cartões de crédito 91,1 milhões, com crescimento de 8,8% e 4,4%, respectivamente, em relação a 2016.



O montante de transações, incluindo os facilitadores, atingiu R\$ 268,4 milhões em 2017, resultado 11,3% inferior ao apurado no ano de 2016.



Antecipação do Recebimento de Vendas

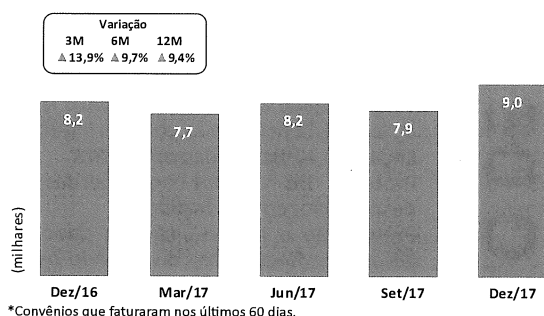
A Banrisul Cartões oferece antecipação do recebimento de vendas aos clientes credenciados não sujeitos à trava de domicílio bancário. Em 2017, o volume financeiro das antecipações somou R\$ 2.002,9 milhões, atingindo 18,8% do volume passível de antecipação, representado pelas transações de crédito. O saldo da carteira de antecipação do recebimento de vendas alcançou R\$ 349,9 milhões em dezembro de 2017, cujo aumento foi de 27,6% quando confrontado com 2016.

Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard

No segmento de Cartões de Benefício e Empresariais, destaca-se como principal ação comercial a formalização de 49 novos convênios com Entidades Empresariais no Estado do Rio Grande do Sul, totalizando, ao final de 2017, 488 novas contratações de produtos do portfólio BanriCard.

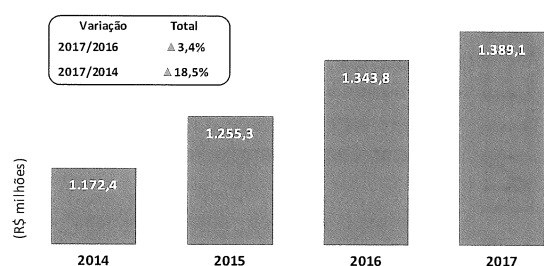
Em dezembro de 2017, o segmento BanriCard alcançou 9,0 mil convênios ativos, crescimento de 9,4% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 6: Convênios Ativos* (BanriCard)



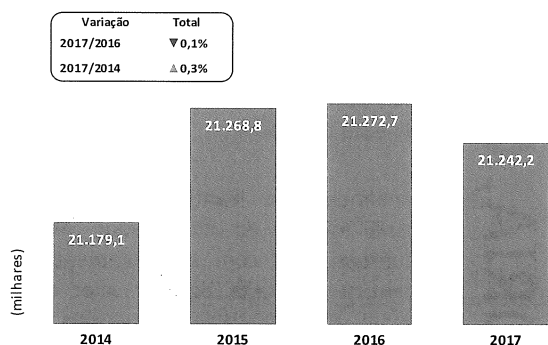
O faturamento dos cartões BanriCard totalizou R\$ 1.389,1 milhões em 2017, com aumento de 3,4% em relação a 2016. Com 67,5% do total faturado em 2017, os cartões BanriCard Alimentação e Refeição, vinculados ao PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), somados, evoluíram 2,3% frente ao obtido em 2016. Destaca-se o BanriCard Salário que cresceu 13,2% quando comparado ao ano anterior, representando 21,2% do valor total faturado.

Gráfico 7: Faturamento (BanriCard)



No acumulado do ano de 2017, os cartões BanriCard movimentaram 21,2 milhões de transações de compra na rede credenciada, mantendo-se estável em relação ao apurado no ano anterior.

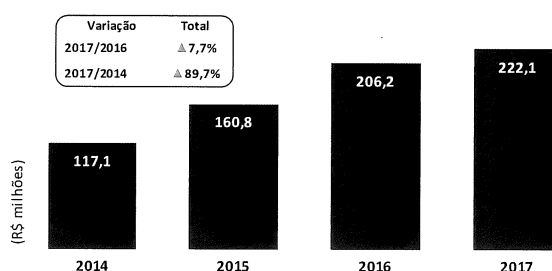
Gráfico 8: Quantidade de Transações (BanriCard)



Lucro Líquido

A Banrisul Cartões alcançou lucro líquido de R\$ 222,1 milhões no exercício de 2017, superando em 7,7% o resultado do ano anterior, que foi de R\$ 206,2 milhões. O crescimento do lucro líquido da Companhia é explicado, principalmente, pelo desempenho no canal de vendas próprio da Vero e pela receita financeira obtida nas operações de Antecipação do Recebimento de Vendas, bem como pela redução nos custos dos serviços prestados. A margem líquida da Companhia atingiu 36,5% em 2017, 5,2p.p. acima do verificado no ano anterior.

Gráfico 9: Lucro Líquido



As receitas financeiras da Companhia somaram R\$ 127,2 milhões em 2017, resultado 6,3% superior ao apurado em 2016, oriundo, principalmente, da antecipação do recebimento de vendas, cujo montante representa 61,6% do total apurado, com crescimento de 12,3% ante ao obtido em 2016. As despesas financeiras atingiram R\$ 1,0 milhão, redução de 60,8% quando comparado a 2016. O resultado financeiro da Banrisul Cartões totalizou R\$ 126,2 milhões em 2017, refletindo crescimento de 7,8% na comparação com 2016.

A receita operacional bruta atingiu R\$ 608,3 milhões em 2017, contemplados os dois segmentos de negócios da Companhia, redução de 7,7% frente a 2016. Para o ramo de adquirência, oriundo das receitas de MDR (*Merchant Discount Rate*), mensalidade, conectividade e outros serviços, a receita operacional totalizou R\$ 559,7 milhões, com decréscimo de 8,5% ante 2016, decorrente da redução do volume transacionado, influenciado pela saída de facilitador de grande porte. No que tange ao negócio de cartões BanriCard, a receita bruta advinda das taxas de reembolso dos credenciados, principalmente, e de administração dos convênios alcançou R\$ 48,6 milhões em 2017, cujo crescimento foi de 2,3% se comparado ao ano anterior.

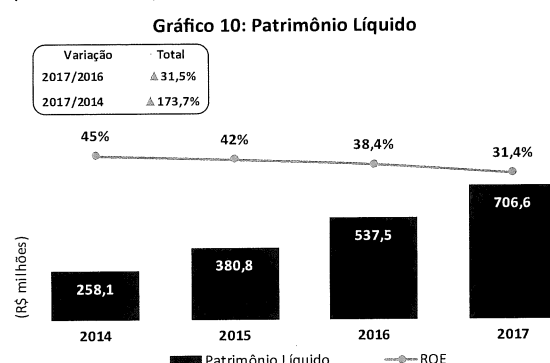
O custo dos serviços prestados, que engloba, basicamente, o custo de intercâmbio, de processamento/comunicação, de *software*/manutenção de equipamentos e de pessoal, atingiu R\$ 275,2 milhões no ano de 2017, com queda de

18,1% na comparação com 2016, em grande parte reflexo da melhoria operacional obtida com a solução de processamento e de gestão das transações da rede de adquirência, implantada no segundo semestre de 2016, bem como pela saída de facilitador de grande porte que era responsável por aproximadamente 35,0% do custo do intercâmbio das transações Visa e MasterCard em 2016.

Em 2017, as despesas operacionais líquidas, que reúnem principalmente as administrativas e de pessoal, totalizaram R\$ 39,5 milhões, cujo incremento foi de 12,0% frente ao verificado no ano anterior. A receita operacional líquida da Banrisul Cartões somou R\$ 522,1 milhões em 2017, refletindo redução de 7,4% em relação ao contabilizado em 2016.

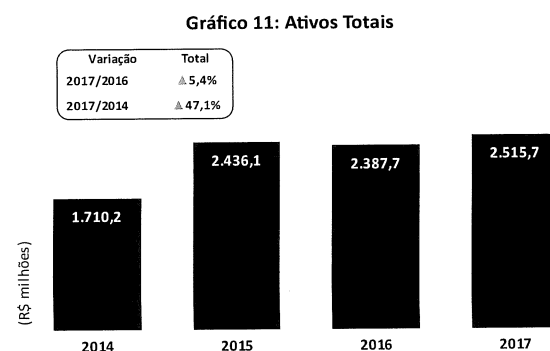
Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Banrisul Cartões atingiu R\$ 706,6 milhões ao final de 2017, com avanço de 31,5% em relação ao ano anterior. O aumento do patrimônio líquido está associado, principalmente, à incorporação do lucro gerado, deduzidos dos dividendos distribuídos. Do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 222,1 milhões, foi destinado 5,0% para reserva legal e 25,0% para a distribuição de dividendos e o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. A rentabilidade calculada sobre o patrimônio líquido (ROE) foi de 31,4%.



Ativos

Os ativos totais somaram R\$ 2.515,7 milhões ao final de 2017, cujo volume foi 5,4% superior ao contabilizado no mesmo período de 2016.



AUDITORIA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Em consonância com a Lei nº 12.865/13 e as normativas do BACEN, a Banrisul Cartões aderiu ao sistema de controles internos e de conformidade do Grupo Banrisul, um conjunto de políticas e procedimentos, instituídos pela alta administração, para assegurar que os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados e administrados adequadamente, assegurando o alcance dos seus objetivos nos seguintes aspectos:

- Conformidade às leis, regulamentos e demais normas aplicáveis, bem como às políticas internas.
- Eficiência e eficácia das operações.
- Proteção dos recursos contra perdas decorrentes de desperdício, erros e fraudes.
- Preparação e manutenção de dados financeiros e gerenciais fidedignos, divulgando-os em relatórios tempestivos e nos canais de comunicação competentes.
- Promoção do combate à corrupção, terrorismo e lavagem de dinheiro.

Para obter sinergia e eficiência, o processo de gestão de riscos da Banrisul Cartões é realizado de forma integrada e em conjunto com o seu controlador, o Banrisul, permitindo assim visão individual e global dos riscos aos quais a empresa e o grupo estão expostos, bem como a mitigação dos mesmos.

A descrição das estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos corporativos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul, do qual a Banrisul Cartões é integrante, está disponível no site de Relação com Investidores do Banrisul, no caminho: Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos. Nesse ambiente, também está publicado o Relatório de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul.

A Banrisul Cartões adota práticas e políticas que possibilitam realizar suas atividades de gerenciamento dos riscos operacional, de liquidez e de crédito em níveis alinhados ao seu capital, à sua capacidade operacional, à natureza das atividades e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, com vistas à manutenção da solidez, da eficiência, do regular funcionamento dos negócios e da preservação do valor e da liquidez.

Para a Banrisul Cartões, o gerenciamento dos riscos é fundamental para fortalecer o perfil corporativo da Companhia e imprescindível para atingir o nível de crescimento desejado.

Adicionalmente, a Banrisul Cartões submete-se à Auditoria Interna do controlador, objetivando estar em conformidade com a regulamentação vigente e, de maneira orientada, agregar valor e melhorar suas operações. A Auditoria Interna auxilia a organização a alcançar seus objetivos, trazendo abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança, mantendo a sinergia em todo o conglomerado.

REGULAMENTAÇÃO

Com a promulgação da Lei nº 12.865/13, a Banrisul Cartões passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do BACEN, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em novembro de 2014, a Banrisul Cartões protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora) e como Instituidora do Arranjo de Pagamento BanriCard. Desde então, a Companhia aguarda a deliberação das autorizações e implanta procedimentos a fim de estar em total conformidade com a regulamentação.

No que tange ao processo de aprovação e autorização do Arranjo de Pagamento BanriCard (Pré-pago), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), em novembro de 2015, a Banrisul Cartões atendeu à primeira carta de exigências (devolutiva) do BACEN e, em abril de 2016, participou de entrevista técnica. Em relação ao Arranjo de Pagamento BanriCard (Pós-pago), por não ser integrante do SPB em função de sua volumetria e prescindir de autorização do BACEN, a Banrisul Cartões cumpriu a obrigação de prestar as informações e estatísticas exigidas anualmente.

Em relação à Circular nº 3.765 de 2015, e demais normativos publicados pelo BACEN em 2017, que determinaram a implantação de procedimentos e prazos para aderir à compensação e à liquidação centralizada, a Banrisul Cartões, na condição de Instituição de Pagamento Credenciadora, passou a adotar a liquidação centralizada das transações realizadas por meio da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), cumprindo todos os requisitos exigidos.

PATROCÍNIOS E DOAÇÕES

Com o objetivo de valorizar a comunidade local, bem como contribuir para a consolidação de iniciativas sociais que promovam inclusão e equidade, a Banrisul Cartões apoiou uma série de projetos e ações sociais no Estado do Rio Grande do Sul. Foram R\$ 3,6 milhões investidos ao longo do exercício de 2017, promovendo o incentivo a projetos culturais, esportivos, de apoio à saúde, aos idosos e às crianças.

AGRADECIMENTOS

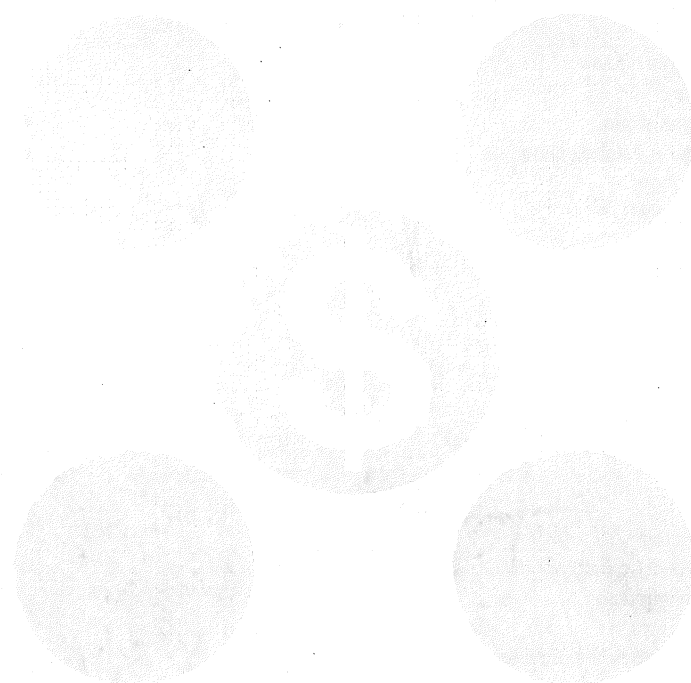
A Banrisul Cartões agradece ao seu controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio irrestrito na concretização dos projetos estratégicos que fortaleceram a Companhia. Aos empregados, pelo comprometimento e competência, essenciais para o alcance das conquistas e resultados. Aos fornecedores e parceiros comerciais, pelo auxílio na prestação de serviços com excelência e, em especial, aos clientes, pela escolha, fidelidade e incentivo à busca incessante pela qualidade. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

A Administração



DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS



Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	524.157	428.403
Clientes	5	1.968.285	1.940.134
Crédito tributário	10	484	369
Outros ativos		12.371	11.277
Total do ativo circulante		2.505.297	2.380.183
Ativo não circulante			
Crédito tributário	10	2.545	1.921
Depósitos judiciais	9	4.310	2.915
Outros ativos		1.400	1.194
Imobilizado	6	2.121	1.450
Total do ativo não circulante		10.376	7.480
Total dos ativos		2.515.673	2.387.663
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Cartões em circulação	7	66.913	63.200
Contas a pagar a estabelecimentos	8	1.624.459	1.676.021
Dividendos a pagar		52.738	48.978
Obrigações fiscais		24.063	19.498
Outros passivos		31.804	35.615
Total do passivo circulante		1.799.977	1.843.312
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	9	7.122	5.399
Outros passivos		2.012	1.478
Total do passivo não circulante		9.134	6.877
Patrimônio líquido			
Capital social	11	450.000	300.000
Reserva de lucros		257.308	237.992
Ajustes de avaliação patrimonial		(746)	(518)
Total do patrimônio líquido		706.562	537.474
Total do passivo e patrimônio líquido		2.515.673	2.387.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Demonstrações do Resultado do Exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	13	522.127	564.038
Custo dos serviços prestados	14	(275.248)	(335.939)
Lucro bruto		246.879	228.099
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	15	(30.609)	(25.901)
Pessoal	15	(3.988)	(3.477)
Outras despesas operacionais líquidas	16	(4.886)	(5.865)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		207.396	192.856
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	127.190	119.650
Despesas financeiras	21	(1.031)	(2.632)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		333.555	309.874
Imposto corrente	12	(112.075)	(103.721)
Imposto diferido	12	574	70
Lucro líquido do exercício		222.054	206.224
Lucro líquido por ação - R\$		79,71	74,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	222.054	206.224
Ajuste CPC 33(R1)	345	927
Efeito tributário sobre o ajuste	(117)	(315)
Total dos resultados abrangentes do exercício	222.282	206.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros					Total
	Capital social	Reserva de expansão	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	250.000	114.794	15.952	94	-	380.840
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	206.224	206.224
Aumento de capital social (Nota 11)	50.000	(50.000)	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(612)	-	(612)
Reserva legal	-	-	10.311	-	(10.311)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(48.978)	(48.978)
Reserva de expansão	-	146.935	-	-	(146.935)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	300.000	211.729	26.263	(518)	-	537.474
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	222.054	222.054
Aumento de capital social (Nota 11)	150.000	(150.000)	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(228)	-	(228)
Reserva legal	-	-	11.103	-	(11.103)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(52.738)	(52.738)
Reserva de expansão	-	158.213	-	-	(158.213)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	450.000	219.942	37.366	(746)	-	706.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	228.899	211.804
Lucro líquido do período	222.054	206.224
Ajuste lucro líquido		
Provisão para devedores duvidosos	2.588	2.170
Depreciações	1.191	1.520
Provisão perda provável	792	-
Provisão para contingências	2.274	1.890
Variações nos ativos e passivos	(82.305)	(32.533)
(Aumento) redução de clientes	(30.739)	172.113
(Aumento) redução de outros ativos	85.022	87.713
(Aumento) redução dos depósitos judiciais	(1.395)	(86)
Aumento (redução) de cartões em circulação	3.713	3.223
Aumento (redução) de contas a pagar a estabelecimentos	(51.562)	(194.625)
Aumento (redução) de obrigações fiscais	14.349	(6.711)
Aumento (redução) de outros passivos	(3.827)	(2.104)
Ajuste de avaliação patrimonial	(228)	(612)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(97.638)	(91.444)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades operacionais	146.594	179.271
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(1.862)	(1.009)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de investimento	(1.862)	(1.009)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos	-	(17.495)
Pagamento de dividendos	(48.978)	(38.193)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de financiamento	(48.978)	(55.688)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	95.754	122.574
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	428.403	305.829
No fim do exercício	524.157	428.403
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	95.754	122.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Valores Adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas		
Receita da prestação de serviços	605.654	656.806
Outras receitas	3.228	2.866
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(274.057)	(334.418)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(18.029)	(14.987)
Outros	(15.999)	(13.260)
Valor adicionado bruto	300.797	297.007
Depreciação e amortização	(1.191)	(1.520)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	299.606	295.487
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	127.190	119.650
Valor adicionado total a distribuir	426.796	415.137
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	3.988	3.477
Remuneração direta	2.592	2.340
Benefícios	580	418
FGTS	184	159
INSS	632	560
Impostos, taxas e contribuições	199.635	202.682
Federais	169.218	168.059
Municipais	30.417	34.623
Remuneração de capitais de terceiros	1.119	2.754
Despesas financeiras	965	2.357
Aluguéis e outros	154	397
Remuneração de capitais próprios	222.054	206.224
Dividendos	52.738	48.978
Lucros retidos	169.316	157.246
Valor adicionado distribuído	426.796	415.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS

EXPLICATIVAS

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Banrisul Cartões S.A., com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).

NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Cartões S.A. ("Banrisul Cartões" ou "Companhia") é empresa de capital fechado estabelecida no Brasil, que opera na região Sul do País, controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Banco"), com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Suas operações são conduzidas de acordo com o conjunto de instituições que integram o mercado de meios de pagamento e com os regramentos e normas do Banco Central do Brasil, de forma integrada com seu controlador, cujos benefícios dos serviços prestados entre Controlador e Controlada e os custos da estrutura operacional e administrativa compartilhada são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados.

A Banrisul Cartões opera em dois segmentos de negócios: (i) Rede de Adquirência Vero, que contempla credenciamento, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões Banricompras, BanriCard, Visa, MasterCard, Elo, VerdeCard e VR Benefícios; e (ii) Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard, que abrange a emissão dos cartões pré e pós-pagos, administrados por meio de convênios firmados.

A principal fonte de receita da Banrisul Cartões é decorrente da taxa de desconto (MDR) descontada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado na rede de adquirência Vero, que é composta pela taxa da credenciadora, taxa do emissor (intercâmbio) e taxa da bandeira. Também oriundas da rede de adquirência Vero, destacam-se as receitas de mensalidade, aluguel de equipamentos e conectividade. Em relação aos Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard, as principais receitas são provenientes da taxa de reembolso cobrada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado e da taxa de administração cobrada das empresas conveniadas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018.

NOTA 02 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia é cotista de fundo de investimento em renda fixa administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no qual é a única cotista. A Banrisul Cartões cumpre os requisitos elencados no CPC 36 que a dispensam da divulgação de demonstrações contábeis consolidadas, tais como: (i) os acionistas não fazem objeção a não apresentação de demonstrações consolidadas; (ii) não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais negociados no mercado; (iii) não possui processos de arquivamento das demonstrações contábeis junto a Comissão de Valores Mobiliários; (iv) ela própria é uma controlada integral cuja controladora divulga suas demonstrações contábeis de forma consolidada no Brasil e em IFRS.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de apresentação.

2.3 Nível de arredondamento

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.4 Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de emissores e conveniados.

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Os principais passivos financeiros são: cartões em circulação e contas a pagar a estabelecimentos.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrado pelo valor atualizado das cotas. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado e, seus rendimentos, são registrados no resultado do exercício.

b) Contas a receber de emissores

Contas a receber de emissores são ativos financeiros, classificados como empréstimos e recebíveis, com recebimentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras. O saldo de contas a receber de emissores está registrado no ativo circulante pelo valor original das transações capturadas pela Rede de Adquirência Vero.

c) Contas a receber de conveniados

Contas a receber de conveniados correspondem às faturas em aberto emitidas aos conveniados pela liberação da carga ou utilização dos cartões de benefícios e serviços, acrescido da taxa do convênio, conforme negociação comercial. São ativos financeiros, classificados como empréstimos e recebíveis, com recebimentos fixos ou determináveis, e estão classificados como ativos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

d) Provisão para devedores duvidosos

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas decorrentes da gestão dos produtos relacionados aos cartões de benefícios e empresariais. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas conforme previsto nas regras gerais e políticas da Companhia. De acordo com o estágio de cobrança, é estimada a provisão a ser constituída.

e) Cartões em circulação

Cartões em circulação são classificados como outros passivos financeiros. Registram as obrigações referentes aos valores de cargas dos cartões de benefícios e empresariais, pré-pagos, que ainda não foram utilizados pelos portadores definidos nos convênios firmados com as empresas conveniadas.

f) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos são passivos financeiros, classificados como outros passivos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores dos cartões de débito, crédito, benefícios e empresariais nos estabelecimentos credenciados à Rede de Adquirência Vero.

O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está registrado no passivo circulante pelo valor original das transações, deduzidos das antecipações do recebimento de vendas efetuadas aos lojistas conforme solicitação destes. Já nas transações realizadas pelos cartões de benefícios e empresariais, os valores estão deduzidos também das taxas de intermediação.

g) Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2017 e 2016 não transacionou operações de longo prazo que se qualificassem a serem ajustadas. Também, analisou os realizáveis e exigíveis de curto prazo, avaliando os possíveis efeitos de um ajuste a valor presente. A análise apontou efeito não relevante, considerando que grande parte da operação possui ciclo financeiro inferior a 90 dias e há equilíbrio entre os prazos de vencimento dos direitos e das obrigações.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

i) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos, conforme demonstrado na Nota 12.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e atuariais. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e mensuradas pelas alíquotas aplicáveis no período o qual se espera que o ativo seja realizado.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

j) Distribuição dos dividendos

A distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo circulante nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Quando houver dividendos adicionais propostos, declarados pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, serão registrados no patrimônio líquido e divulgados em nota explicativa.

k) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida, a receber ou pelo abatimento de valores a pagar, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. A receita de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da efetiva prestação do serviço.

A receita decorrente da taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas, quando os estabelecimentos comerciais solicitam à Companhia o recebimento correspondente às transações com cartões de crédito efetivamente realizadas antes do prazo de liquidação originalmente avençado, é reconhecida de uma única vez na data da operação, e classificada como receita financeira.

No segmento Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard, o reconhecimento da receita sobre o credenciado dá-se no momento da utilização dos cartões ou da contratação dos serviços. A receita sobre o conveniado é contabilizada no momento da emissão da fatura, a qual coincide com a liberação da carga dos cartões ou, se pós-pagos, na data de corte das compras (agenda financeira).

l) Benefício a empregados

A Banrisul Cartões é patrocinadora da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de previdência - a Banrisul Cartões é patrocinadora de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a companhia, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajustes de avaliação patrimonial, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os ativos do plano são mantidos pela Entidade Fechada de Previdência Complementar e de Plano de Saúde - Cabergs. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

m) Informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais e estão apresentadas na Nota 22. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional é a administração da Companhia.

n) Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

Com a promulgação da Lei nº 12.865/13, a Banrisul Cartões passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do Banco Central do Brasil. A Lei determinou que instituições e arranjos de pagamento passassem a integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), conferindo ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao BACEN poderes para a normatização do setor de pagamentos no Brasil.

Em novembro de 2014, a Banrisul Cartões protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora) e como Instituidora do Arranjo de Pagamento BanriCard. Desde então, a Companhia aguarda a deliberação das autorizações e implanta procedimentos a fim de estar em total conformidade com a regulamentação.

No que tange o processo de aprovação e autorização do Arranjo de Pagamento BanriCard (Pré-pago), integrante do SPB, em novembro de 2015, a Banrisul Cartões atendeu a primeira carta de exigências (devolutiva) do Bacen e, em abril de 2016, participou de entrevista técnica. Em relação ao Arranjo de Pagamento BanriCard (Pós-pago), por não ser integrante do SPB em função de sua volumetria e prescindir de autorização do Bacen, a Banrisul Cartões cumpriu a obrigação de prestar as informações e estatísticas exigidas anualmente nos termos da Lei.

2.5. Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

.IFRS 9/CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

.IFRS 15/CPC 47 - “Receita de Contratos com Clientes”: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - “Contratos de Construção”, IAS 18/CPC 30 - “Receitas” e correspondentes interpretações. Registros de certos custos incorridos no cumprimento do contrato: certos custos atualmente registrados diretamente na demonstração de resultado poderão ser ativados, nos termos do IFRS 15.

NOTA 03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativa e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

a) Planos de pensão de benefícios definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

b) Provisões para contingências

A Banrisul Cartões revisa periodicamente suas provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa.

c) Redução ao valor recuperável de ativos

A Banrisul Cartões revisa periodicamente seus ativos financeiros, com o intuito de verificar se ocorreu perda no valor contábil dos mesmos. Essas perdas podem ser ocasionadas pelo não pagamento ou atraso por parte do devedor, por indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

NOTA 04 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Depósito à Vista	11.944	24.981
Cotas de fundos de investimento (a)	512.213	403.422
Total	524.157	428.403

a) A rentabilidade média dos fundos no ano de 2017 foi de 9,68% (13,68% em 2016).

NOTA 05 CLIENTES

	2017	2016
Valores a faturar (a)	9.180	8.448
Contas a receber de conveniados (b)	69.659	67.645
Contas a receber de emissores (c)	1.093.800	1.233.698
Contas a receber de emissores - Banrisul (d)	749.538	576.912
Contas a receber credenciados e tarifas (e)	55.016	59.751
Provisão para devedores duvidosos	(8.908)	(6.320)
Total	1.968.285	1.940.134

(a) O saldo corresponde aos valores contratados referente cargas nos cartões de benefícios pré-pagos e serviços por meio do sistema de manutenção de frotas que estão aguardando o fechamento da agenda financeira, conforme os prazos definidos nos convênios.

(b) Saldo composto pelos valores faturados a partir do fechamento da agenda financeira que ainda não foram liquidados pelos conveniados.

(c) O saldo corresponde ao valor original das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras, capturadas pela rede de adquirência Vero, a vencer.

(d) O saldo corresponde aos valores a receber do Banrisul em decorrência das transações de Banricompras capturadas pela rede de adquirência Vero.

(e) O saldo corresponde aos valores a receber referente às taxas de MDR (*Merchant Discount Rate*), e as tarifas cobradas pelo serviço da rede de adquirência e demais valores a receber dos credenciados. O MDR refere-se ao percentual descontado dos estabelecimentos comerciais sobre as transações capturadas pela rede de adquirência Vero para remunerar o serviço prestado o repasse aos bancos emissores dos cartões transacionados na rede Vero (taxa de intercâmbio) e a taxa cobrada pelas bandeiras.

A composição da carteira de clientes por vencimento está apresentada a seguir:

	2017	2016
Valores a vencer		
Até 90 dias	1.733.636	1.644.093
Acima de 90 dias	224.704	284.217
Vencidos:		
Até 90 dias	7.866	6.072
Entre 91 e 180 dias	626	641
Entre 181 e 360 dias	853	1.651
Acima de 360 dias	9.508	9.780
(-) Provisão para devedores duvidosos	(8.908)	(6.320)
Total	1.968.285	1.940.134

Constituição da provisão para devedores duvidosos:

	2017	2016
Saldo anterior	(6.320)	(4.149)
Créditos recuperados no exercício	298	131
Créditos provisionados no exercício	(2.886)	(2.302)
Saldo final	(8.908)	(6.320)

NOTA 06 IMOBILIZADO

	Taxa %	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2017	Saldo Líquido em 2016
Sistemas de comunicação	10,0	135	(40)	95	108
Equipamentos de informática	20,0	80	(40)	40	50
Equipamentos de captura	33,3	6.527	(4.541)	1.986	1.292
Total		6.742	(4.621)	2.121	1.450

	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2017
Sistemas de comunicação	108	-	-	(13)	95
Equipamentos de informática	50	-	-	(10)	40
Equipamentos de captura	1.292	1.862	-	(1.168)	1.986
Total	1.450	1.862	-	(1.191)	2.121

NOTA 07 CARTÕES EM CIRCULAÇÃO

	2017	2016
Alimentação e refeição	57.938	54.466
Salário	6.185	5.236
Cultura	1.090	2.429
Demais cartões	1.700	1.069
Total	66.913	63.200

Saldos dos valores contratados pelos conveniados que ainda não foram utilizados pelos portadores dos Cartões de Benefícios Banricard na rede credenciada.

NOTA 08 CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

	2017	2016
Contas a pagar transações rede de adquirência Vero (a)	1.529.122	1.583.897
Contas a pagar transações Banricard (b)	76.765	74.634
Demais contas a pagar credenciados (c)	18.572	17.490
Total	1.624.459	1.676.021

- a) Saldo composto por contas a pagar aos estabelecimentos pelo valor original das transações capturadas, já deduzidas as antecipações dos recebimentos de vendas solicitados pelos lojistas junto à rede de adquirência Vero.
b) Saldo a pagar relativo aos valores transacionados pelos portadores dos cartões benefício e empresariais já deduzidos da taxa contratada e das antecipações dos recebimentos de vendas solicitados pelos credenciados.
c) Saldo correspondente às demais obrigações com os estabelecimentos comerciais credenciados.

A composição do contas a pagar por vencimento está apresentada a seguir:

	2017	2016
Valores a vencer		
Até 90 dias	1.408.375	1.448.389
Acima de 90 dias	216.084	227.632
Total	1.624.459	1.676.021

NOTA 09 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Banrisul Cartões, na execução de suas atividades normais, é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e fiscal. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

A Banrisul Cartões provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação de perda é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

(a) Movimentação das provisões

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Total
Saldo em 31/12/2015	4.396	88	-	4.483
Adições	1.816	374	-	2.190
Reversões	(281)	(19)	-	(300)
Pagamentos	(960)	(14)	-	(974)
Saldo em 31/12/2016	4.971	429	-	5.399
Adições	1.270	209	1.549	3.028
Reversões	(697)	(57)	-	(754)
Pagamentos	(551)	-	-	(551)
Saldo em 31/12/2017	4.993	580	1.549	7.122

Da provisão mencionada, já foi depositado judicialmente o montante de R\$ 4.167 (R\$ 2.716 em 2016) para Depósitos Judiciais - MCP (Mandato de citação e penhora) e R\$ 143 (R\$ 199 em 2016) para Depósito Recursal.

(b) Causas possíveis

	2017	2016
Trabalhistas	5.650	4.368
Cíveis	3.387	3.128
Fiscais	104	95
Saldo final	9.141	7.591

Contingências trabalhistas

Existem contingências trabalhistas que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 5.650 (R\$ 4.368 em 2016).

De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para riscos sobre as causas de perdas possíveis.

Contingências cíveis

As ações cíveis referem-se principalmente a ações revisionais de débitos de cartão de crédito quando este produto era administrado pela Companhia, anterior ao ano de 2007.

Contingências fiscais

Em 2017 constituiu-se provisão para contingência fiscal no valor de R\$ 1.549, referente a processo da esfera administrativa, para o qual, atualmente, há recurso interposto pela Companhia pendente de julgamento no CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

NOTA 10 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas por provisões temporariamente indedutíveis, oriundo das provisões para contingências (Nota 9) e benefícios pós-emprego (Nota 20), e estão classificados no ativo circulante e não circulante. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos:

	2017				2016			
	Ativo	Passivo	PL	Líquido	Ativo	Passivo	PL	Líquido
Saldo inicial	2.290	(175)	(267)	1.848	1.882	(153)	48	1.777
Constituição	940	(48)	(165)	727	1.000	(22)	(338)	640
Reversão	(201)	-	48	(153)	(592)	-	23	(569)
Saldo final	3.029	(223)	(384)	2.422	2.290	(175)	(267)	1.848

O saldo passivo está contabilizado no não circulante, no grupo outros passivos.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem. A projeção da Administração para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada abaixo:

	2017
2018	484
2019	484
2020	484
2021	484
Após 2022	1.093
Total	3.029

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.255.

NOTA 11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 450.000 (R\$ 300.000 em 2016), dividido em 2.785.801 cotas. Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2017, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 150.000 (R\$ 50.000 em 2016). Para efetivação do aumento de capital social foi utilizado parcialmente o saldo proveniente da reserva de expansão.

(b) Distribuição de resultado

O lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 222.054, terá as seguintes destinações: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (ii) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

(c) Reserva de expansão

Para atender a projetos de investimento e expansão, a Companhia reteve parte dos lucros do exercício. A retenção está justificada pelo orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração no dia 21 de dezembro de 2017.

NOTA 12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	333.555	309.875
Adições (exclusões) - IRPJ		
Provisão para passivos contingentes	1.723	916
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	3.590	3.017
Outras adições (exclusões)	862	198
Adições (exclusões) - CSLL		
Provisão para passivos contingentes	1.723	916
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	3.590	3.017
Outras adições (exclusões)	862	198
(=) Base do IRPJ corrente	339.454	314.006
(=) Base do CSLL corrente	339.454	314.006
Imposto de renda	81.524	75.460
Contribuição social	30.551	28.261
IRPJ e CSLL correntes	112.075	103.721
IRPJ e CSLL diferidos	(574)	(70)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	111.501	103.651
Alíquota efetiva	32,90%	33,01%

NOTA 13 COMPOSIÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017	2016
Receita bruta	608.340	659.108
Impostos e descontos incidentes sobre serviços	(86.213)	(95.070)
Receita operacional líquida	522.127	564.038

A receita operacional bruta é proveniente dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações realizadas com cartões de crédito e débito, mensalidade dos equipamentos de captura, da prestação de serviços da utilização de rede e dos serviços de administração dos cartões de benefícios e empresariais.

NOTA 14 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2017	2016
Serviço técnico e especializado (a)	(31.209)	(20.167)
Processamento de dados e comunicação (b)	(33.976)	(49.590)
Repasse a emissores, bandeiras e parceiras (c)	(201.372)	(259.629)
Outros custos (d)	(8.691)	(6.553)
Total	(275.248)	(335.939)

(a) Custos com os serviços técnicos e especializados fundamentais para a entrega dos serviços prestados.

(b) Representados pelos custos de captura e processamento dos cartões de débito, crédito e de benefícios.

(c) Taxas descontadas pelos bancos emissores sobre as transações realizadas com os cartões de crédito e débito; valor repassado às companhias parceiras pelo fornecimento de *software* cobrado sobre o volume transacionados com cartões de débito e crédito, e pela manutenção dos Equipamentos e, valor devido às bandeiras pela efetivação das transações realizadas com os cartões de crédito e débito.

(d) Composto pelo custo com insumos utilizados no processamento das transações com cartões de crédito e débito, bobinas, seguros e desconto de MDR.

NOTA 15 DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL

	2017	2016
Serviços técnicos e especializados	(3.592)	(2.154)
Serviço de terceiros	(14.016)	(13.044)
Patrocínios, publicidade e propaganda	(10.349)	(6.777)
Aluguéis	(153)	(397)
Outros	(2.499)	(3.529)
Total despesas administrativas	(30.609)	(25.901)
Remuneração a empregados	(1.786)	(1.626)
Encargos e benefícios	(977)	(780)
Diretoria e conselhos	(1.225)	(1.071)
Total despesas de pessoal	(3.988)	(3.477)
Total	(34.597)	(29.378)

NOTA 16 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2017	2016
Despesas de provisão para contingências	(2.330)	(1.999)
Despesa de serviços – Bandeiras	(1.304)	(2.512)
Provisão para devedores duvidosos	(2.686)	(2.302)
Outros	(1.793)	(1.918)
Total de outras despesas operacionais	(8.114)	(8.731)
Recuperação de encargos e salários	2.414	2.305
Recuperações diversas	813	395
Outros	1	166
Total de outras receitas operacionais	3.228	2.866
Total	(4.886)	(5.865)

NOTA 17 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

	2017		2016	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Caixa e equivalentes de caixa	524.157	45.967	428.403	46.292
Clientes	765.784	5	593.946	5
Outros	160	2.275	120	1.449
Dividendos	(52.624)		(48.873)	-
Custos e despesas com a prestação dos serviços				
Reembolso despesa de pessoal	(3.385)	(41.763)	(2.318)	(29.689)
Reembolso custos/despesas comunicação, processamento e insumos	(2.533)	(33.729)	(2.491)	(35.483)
Reembolso despesas gerais	(2.420)	(1.990)	(2.328)	(4.056)
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	-	(7)	-	(17)
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios				
Clientes	2	-	2	-
Dividendos	(114)	-	(105)	-
Banrisul Armazéns Gerais S.A.				
Clientes	111	-	133	-
Outros	58	668	56	620
Banrisul Corretora S.A.				
Clientes	-	-	5	-
Estado do Rio Grande do Sul.				
Clientes	3.629	60	2.174	48

Estas transações foram contratadas a condições compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes na data das operações.

A Companhia possui contrato com o Banrisul, abrangendo também as subsidiárias, para fornecimento de serviço de cartões alimentação e refeição e para cedência mútua de empregados. Além disso, existe acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Cartões, cujos custos são ressarcidos mensalmente pelas partes.

NOTA 18 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

No exercício de 2017 a remuneração dos administradores e conselhos, incluindo salários, benefícios e encargos, totalizaram R\$ 1.719 (R\$ 1.550 em 2016).

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação. Adicionalmente, a Banrisul Cartões não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

NOTA 19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Banrisul Cartões não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos ou outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são substancialmente o caixa e equivalentes de caixa, clientes, cartões em circulação e contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	Categoria	2017	
		Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	524.157	524.157
Clientes	Empréstimos e recebíveis	1.968.285	1.968.285
Cartões em circulação	Outros passivos financeiros	66.913	66.913
Contas a pagar	Outros passivos financeiros	1.624.459	1.624.459

	Categoria	2016	
		Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	428.403	428.403
Clientes	Empréstimos e recebíveis	1.940.134	1.940.134
Cartões em circulação	Outros passivos financeiros	63.200	63.200
Contas a pagar	Outros passivos financeiros	1.676.021	1.676.021

b) Risco de liquidez

A Banrisul Cartões atende à Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez do Banrisul, seu controlador. Para a efetividade da gestão e atendimento às normativas do BACEN (Resolução nº 4.282/13 e Circular nº 3.681/13), a Companhia estabelece políticas e procedimentos específicos que visam evitar possível escassez de caixa, descasamento no fluxo de caixa, incapacidade em honrar as obrigações e incapacidade em converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural.

A Companhia mitiga o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Além disso, a Banrisul Cartões mantém adequadas reservas de recursos e linhas de crédito para captação de possíveis empréstimos que julgue necessário.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia, associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Para

atenuar esse risco e estar em consonância com as normativas do BACEN (Resolução nº 4.282/13 e Circular nº 3.681/13), a Banrisul Cartões atende à Política de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banrisul e estabelece políticas e procedimentos específicos para identificar, mensurar, monitorar e mitigar os riscos de crédito aos quais está exposta.

A Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia concentra suas aplicações financeiras no Banrisul, seu controlador.

d) Risco de mercado

A Banrisul Cartões possui aplicações em fundos de investimentos de renda fixa, atrelados à taxa Selic. A Companhia não possui instrumentos financeiros atrelados a taxas de câmbio, contratos de instrumentos derivativos de swap ou de quaisquer outros produtos. A Companhia considerou como aceitável e não relevante a sua exposição ao risco mencionado acima.

e) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – aplicações financeiras

Buscando aprimorar a gestão de riscos e estar em conformidade com as práticas e governança corporativa atendendo as exigências da Instrução Normativa CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Banrisul Cartões realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas como passíveis de Risco de Taxas de Juros. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa CVM nº 475, no qual seriam as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2017.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2017.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2017.

O quadro abaixo apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais e menos. As análises de sensibilidade abaixo identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Cenário	2017			2016		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros	294	7.244	14.273	311	7.619	14.931
Total	294	7.244	14.273	311	7.619	14.931

Definições:

- Taxa de juros - Exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros.
- Moeda Estrangeira – Exposições sujeitas à variação cambial.
- Renda variável - Exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Para o ano de 2017, do Cenário 2 para o Cenário 3, a variação é de 97,0%. A maior perda esperada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade, ocorre no Cenário 3 no valor total de R\$ 14,3 milhões.

NOTA 20 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

A Banrisul Cartões é patrocinadora da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial da Banrisul Cartões executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda (anteriormente Ministério do Trabalho e da Previdência Social - MTPS), como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução de nº 3.792/09 do CMN, alterada por Resolução Bacen nº 4.611 de 30 de novembro de 2017, Resolução Bacen nº 3.846 de 25 de março de 2010, Resolução Bacen nº 4.275 de 31 de outubro de 2013 em que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos – AETQ, Resolução Bacen nº 4.449 de 20 de novembro de 2015 e Resolução Bacen nº 4.469 de 25 de maio de 2016.

Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banco fundamentam-se nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios – ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de “benefício definido”) e dos Planos FBPREV e FBPREV II (modalidade de “contribuição variável”), conforme determina a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, e as suas alterações posteriores conforme Resolução MPS/CNPC nº 9/2012, Resolução MPS/CNPC nº 15/2014 e Resolução MPS/CNPC nº 22/2015.

(a) Principais premissas

As principais premissas a seguir foram calculadas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses econômicas - 31/12/2017	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Taxa de Desconto Nominal	9,84% a.a.	9,84% a.a.	9,84% a.a.	9,84% a.a.	9,84% a.a.	9,84% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.
Crescimento Real de Salários	7,42% a.a.	n/a	8,71% a.a.	10,97% a.a.	n/a	10,98% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios Concedidos	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	n/a	4,25% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios Diferidos	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	n/a	4,25% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	5,25% a.a.	n/a

Hipóteses econômicas - 31/12/2016	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Taxa de Desconto Nominal	11,14% a.a.	11,14% a.a.	11,14% a.a.	11,14% a.a.	11,14% a.a.	11,14% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,85% a.a.	4,85% a.a.	4,85% a.a.	4,85% a.a.	4,85% a.a.	4,85% a.a.
Crescimento Real de Salários	8,74% a.a.	n/a	8,58% a.a.	8,59% a.a.	n/a	8,58% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios Concedidos	4,85% a.a.	4,85% a.a.	4,85% a.a.	4,85% a.a.	n/a	4,85% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios Diferidos	4,85% a.a.	4,85% a.a.	4,85% a.a.	4,85% a.a.	n/a	4,85% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	5,85% a.a.	n/a

Hipóteses Demográficas – 31/12/2017	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000 <i>Basic</i> , segregada por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light Forte</i> , específica por sexo, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras modificada (+0,10)
Plano Saldado	AT-2000 <i>Basic</i> , segregada por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light Fraca</i> , desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano FBPREV II	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light Fraca</i> , desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial
Plano FBPREV	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light Fraca</i> , desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,10)
Plano Saúde	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV
Prêmio Aposentadoria	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10%	Não aplicável	<i>Light Fraca</i> , desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)

Hipóteses Demográficas – 31/12/2016	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light Forte</i> , específica por sexo, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano Saldado	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light Forte</i> , específica por sexo, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano FBPREV II	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light Forte</i> , específica por sexo, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano FBPREV	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light Forte</i> , específica por sexo, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)
Plano Saúde	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light Forte</i> , específica por sexo, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Prêmio Aposentadoria	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10%	Não aplicável	<i>Light Forte</i> , específica por sexo, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados da Banrisul Cartões.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Banrisul Cartões determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação nº 695/12 da CVM e Resolução nº 4.424/15 do CMN, à qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Banrisul Cartões considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Em conformidade com a Instrução MPS/Previc nº 12 de 13 de outubro de 2014, alterada pelas Instruções Previc nº 22 de 15 de abril de 2015, nº 24 de 08 de setembro de 2015 e nº 10 de 27 de setembro de 2017 combinadas com a Instrução Previc nº 23 de 26 de junho de 2015, com a Resolução MTPS/CNPC nº

22 de 25 de novembro de 2015 e Portaria Previc nº 375 de 17 de abril de 2017, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos planos e outros benefícios de longo prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

- (i) Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;
- (ii) Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e
- (iii) Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano de Benefícios Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano de Benefícios FBPREV II - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% e 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 15% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pela patrocinadora.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Benefícios FBPREV - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 1% a 3% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 15% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pela patrocinadora.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento - a Banrisul Cartões oferece planos de saúde e odontológico e auxílio-medicamento, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - a Banrisul Cartões concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

A Banrisul Cartões e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Por meio de seus planos de benefícios definidos, a Banrisul Cartões está exposta a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

d) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, preparados com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2017 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2017	31/12/2016
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	1.012	786
Plano de Benefícios Saldado (PBS)	355	209
Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II)	-	-
Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV)	-	-
Planos de Saúde, Odontológico e Medicamento	(658)	(517)
Prêmio Aposentadoria ⁽¹⁾	421	307
Total	1.130	785

(1) A esse montante deverá ser considerado o valor de R\$ 168 (2016 – R\$ 123) referente à complementação de encargos incidentes sobre a provisão de prêmio de aposentadoria, totalizando R\$589 (2016 – R\$ 430).

A composição do ativo/(passivo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2017 e 2016 de acordo com o CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(7.840)	(12.922)	(197)	(7)	(617)	(421)
Valor Justo dos Ativos	6.828	12.567	347	27	1.275	-
Superávit/ (Déficit)	(1.012)	(355)	150	20	658	(421)
Teto do Ativo	-	-	(150)	(20)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(1.012)	(355)	-	-	658	(421)

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(6.776)	(11.981)	(237)	(12)	(582)	(307)
Valor Justo dos Ativos	5.990	11.772	299	26	1.099	-
Superávit/ (Déficit)	(786)	(209)	62	14	517	(307)
Teto do Ativo	-	-	-	-	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(786)	(209)	62	14	517	(307)

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	6.776	11.981	237	12	582	307
Custo de Serviço Corrente	-	-	-	-	1	9
Custo Financeiro	714	1.279	26	1	62	34
Contribuições dos Participantes do Plano	185	89	-	-	-	-
(Ganhos) /Perdas Atuariais - Experiência	536	67	(55)	(3)	(18)	(12)
(Ganhos) /Perdas Atuariais – Premissas Demográficas	(146)	(271)	(2)	(3)	(16)	(1)
Ganhos) /Perdas Atuariais – Premissas Financeiras	552	794	11	-	37	84
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(777)	(1.017)	(20)	-	(18)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(13)	-
No Final do Período	7.840	12.922	197	7	617	421

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	4.732	9.686	217	17	477	246
Custo de Serviço Corrente	-	-	-	-	-	8
Custo Financeiro	560	1.162	26	2	58	31
Contribuições dos Participantes do Plano	183	26	-	-	-	-
(Ganhos) /Perdas Atuariais - Experiência	1.120	477	(2)	(6)	15	(2)
(Ganhos) /Perdas Atuariais - Premissas Demográficas	-	(47)	(1)	(1)	-	-
(Ganhos) /Perdas Atuariais - Premissas Financeiras	871	1.270	19	-	61	24
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(690)	(593)	(22)	-	(15)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(14)	-
No Final do Período	6.776	11.981	237	12	582	307

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	5.990	11.772	299	26	1.099	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	639	1.266	33	3	103	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	791	370	35	(2)	73	-
Contribuições do Empregador	-	87	-	-	-	-
Contribuições dos Empregados	185	89	-	-	-	-
Benefícios Pagos	(777)	(1.017)	(20)	-	-	-
No Final do Período	6.828	12.567	347	27	1.275	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	4.669	10.056	248	22	928	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	561	1.218	30	3	103	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	1.267	983	43	1	68	-
Contribuições do Empregador	-	82	-	-	-	-
Contribuições dos Empregados	183	26	-	-	-	-
Benefícios Pagos	(690)	(593)	(22)	-	-	-
No Final do Período	5.990	11.772	299	26	1.099	-

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(786)	(209)	-	-	482	(307)
Custo dos Serviços Correntes	-	-	-	-	(1)	(9)
Juros sobre o Ativo/(Passivo) do Benefício Líquido	(75)	(13)	-	-	41	(34)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	(151)	(220)	-	-	70	(71)
Contribuições do Empregador	-	-	-	-	13	-
Benefícios Pagos	-	87	-	-	18	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(1.012)	(355)	-	-	623	(421)

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(63)	-	-	-	451	(246)
Custo dos Serviços Correntes	-	-	-	-	-	(8)
Juros sobre o Ativo/(Passivo) do Benefício Líquido	1	9	-	-	(13)	(31)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	(724)	(300)	-	-	15	(22)
Contribuições do Empregador	-	82	-	-	15	-
Benefícios Pagos	-	-	-	-	14	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(786)	(209)	-	-	482	(307)

Custo Estimado do Benefício Definido para o Exercício de 2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo dos Serviços Correntes	-	-	-	-	1	12
Juros Líquido sobre o Passivo/(Ativo) Atuarial	92	30	-	-	14	41
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	92	30	-	-	15	53

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Período do Pagamento Estimado	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2018	786	1.027	20	-	43	2
2019	808	1.057	20	-	58	2
2020	831	1.087	21	-	57	3
2021	853	1.116	21	-	48	4
2022	876	1.145	21	-	50	5
2023 a 2027	4.670	7.027	103	-	310	700

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	-	2	3	2	1	5
Aposentados	27	25	-	-	37	-
Assistidos	-	-	3	-	-	-
Pensionistas	11	4	-	-	5	-
Total	38	31	6	2	43	5

Quantidade de Participantes em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	-	2	3	2	1	5
Aposentados	27	25	-	-	39	-
Assistidos	-	-	3	-	-	-
Pensionistas	10	4	-	-	9	-
Total	37	31	6	2	49	5

e) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios, considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) - 31/12/2017			Impacto em R\$ mil
31/12/2017	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% aumento	(392)
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% redução	424
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽¹⁾	10% aumento	(135)
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽¹⁾	10% redução	147

Plano de Benefícios Saldado (PBS) - 31/12/2017			Impacto em R\$ mil
31/12/2017	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% aumento	(575)
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% redução	622
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽¹⁾	10% aumento	(268)
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽¹⁾	10% redução	293

Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) - 31/12/2017			Impacto em R\$ mil
31/12/2017	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% aumento	(7)
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% redução	7
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽²⁾	10% aumento	(5)
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽²⁾	10% redução	5

Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV) - 31/12/2017			Impacto em R\$ mil
31/12/2017	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% aumento	-
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% redução	1
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽²⁾	10% aumento	1
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽²⁾	10% redução	-

Plano de Saúde - 31/12/2017			Impacto em R\$ mil
31/12/2017	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% aumento	(13)
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% redução	13
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽³⁾	10% aumento	(5)
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽³⁾	10% redução	5

Auxílio Medicamento - 31/12/2017			Impacto em R\$ mil
31/12/2017	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% aumento	(15)
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% redução	16
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽³⁾	10% aumento	(10)
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽³⁾	10% redução	2

Prêmio Aposentadoria - 31/12/2017			Impacto em R\$ mil
31/12/2017	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% aumento	(13)
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% redução	14
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽²⁾	10% aumento	(2)
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽²⁾	10% redução	2

(1) AT - 2000 *Basic* segregada por sexo
(2) AT - 2000 *Basic* suavizada em 10%
(3) AT - 2000 *Basic*

NOTA 21 RESULTADO FINANCEIRO

	2017	2016
Rendimentos aplicações financeiras	45.967	46.292
Rendas com antecipação do recebimento de vendas (a)	78.326	69.758
Outros	2.897	3.600
Total receitas financeiras	127.190	119.650
Despesas financeiras (b)	(1.031)	(2.632)
Resultado financeiro	126.159	117.018

(a) Receita referente a taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas, quando da solicitação pelos estabelecimentos, para recebimento antecipado das transações com cartões efetivamente realizadas na Rede de Adquirência Vero.

(b) Despesas com tarifas bancárias, variação cambial, descontos concedidos e IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

NOTA 22 SEGMENTO OPERACIONAL

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, revisadas pela administração, e considera que os mercados de atuação estão segmentados conforme os serviços apresentados na nota explicativa nº 1.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Companhia possui operações realizadas no Brasil, concentradas na região sul.

A receita gerada pelos segmentos reportados é oriunda, principalmente dos serviços da Rede de Aquirência e da gestão dos Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard, abaixo detalhados:

- a) Rede de Adquirência Vero: contempla os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações realizadas com cartões de crédito e débito, bem como outros meios de pagamento e meios eletrônicos ou manuais destinados a transações não financeiras. A receita financeira obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas também integra o segmento da adquirência.
- b) Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard: contempla os serviços de administração dos cartões de benefícios e empresariais relativos aos convênios alimentação, refeição, combustível, manutenção de frotas, gestão de despesas, cartão salário, desenvolvimento rural, entre outros.

	2017	
	Rede de Adquirência Vero	Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard
Receita de serviços	559.721	48.620
Receita de antec. recebimento de vendas	78.123	203
Total	637.844	48.823

	2016	
	Rede de Adquirência Vero	Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard
Receita de serviços	611.599	47.508
Receita de antec. recebimento de vendas	69.758	-
Total	681.357	47.508

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Banrisul Cartões S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Cartões S.A. (Banrisul Cartões), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Cartões em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Banrisul Cartões, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Banrisul Cartões, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, está sendo efetuada de forma espontânea pela Banrisul Cartões e foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Banrisul Cartões. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Banrisul Cartões é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Cartões continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Banrisul Cartões ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Cartões são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Cartões.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Cartões. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Cartões a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2018.



KPMG
Auditores Independentes
CRC 1SP-014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Cartões S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2018.

Fernando Antonio Viana Imenes
Mario Luis Wunderlich dos Santos
Vicente Jorge Soares Rodrigues
Conselheiros

DIRETORIA

Luiz Gonzaga Veras Mota
Presidente

Carlos Aluisio Vaz Malafaia
Elizabete Rejane Sodré Tavares
Antonio Carlos Antunes
Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Irany de Oliveira Sant'Anna Junior
Presidente

Hermeto Antônio Araújo e Silva
Manoel Andre da Rocha
Sergio Augusto Simon
Conselheiros

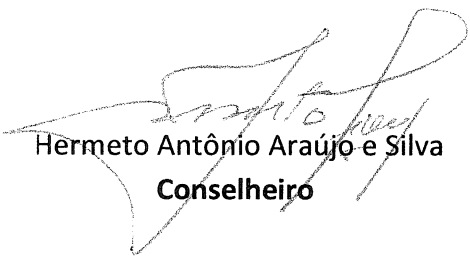
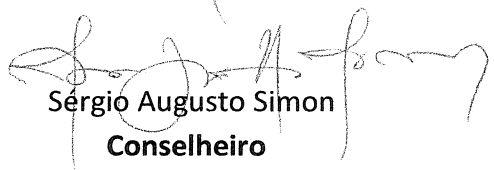
Matteo Rota Chiarelli
Vice-Presidente

Ana Roselaine Leindeker da Silva
Contadora CRC RS 056194.0-7

PARECER

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Cartões S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 29 de janeiro de 2018.

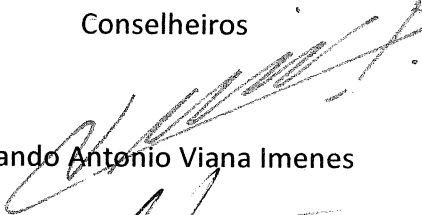

Irany de Oliveira Sant'Anna Junior
Presidente
Hermeto Antônio Araújo e Silva
Conselheiro
Matteo Rota Chiarelli
Vice-Presidente
Sérgio Augusto Simon
Conselheiro

PARECER

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Cartões S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2018.

Conselheiros



Fernando Antonio Viana Imenes



Mario Luis Wunderlich dos Santos



Vicente Jorge Soares Rodrigues



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ANA ROSELAINÉ LEINDEKER DA SILVA
REGISTRO.....	: RS-056194/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 595.805.770-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 13.03.2018 as 11:36:18.

Válido até: 11.06.2018.

Código de Controle: 276733.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul - Armazéns Gerais
BAGERGS

Demonstrações Financeiras

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

31 de dezembro de 2017 e 2016

Com relatório dos Auditores Independentes

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	170	353	Fornecedores e outras contas a pagar		748	929
Aplicações financeiras	5	25.962	26.878	Empréstimos e financiamentos	9	717	654
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	1.657	1.543	Passivo fiscal corrente		248	394
Outros créditos	7	1.256	1.059	Outras obrigações	11	4.933	6.022
Total do ativo circulante		29.045	29.833	Total do passivo circulante		6.646	7.999
Ativo fiscal diferido	13.b	548	685	Empréstimos e financiamentos	9	605	1.379
Depósitos judiciais	7	1.268	1.008	Provisão para contingências	10	1.330	1.396
Outros créditos	7	171	199	Total do passivo não circulante		1.935	2.775
Total do realizável a longo prazo		1.987	1.892	Patrimônio líquido	14		
Investimentos		18	18	Capital social		37.700	34.100
Imobilizado	8	15.756	16.995	Reserva de capital		231	231
Intangível		242	372	Reservas de lucros		536	4.005
Total do ativo não circulante		16.016	17.385	Total do patrimônio líquido		38.467	38.336
Total do ativo		47.048	49.110	Total do passivo e do patrimônio líquido		47.048	49.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	Nota	2017	2016
Receita	15	12.475	12.140
Custo dos serviços prestados	16	(7.497)	(7.040)
Lucro bruto		4.978	5.100
Outras receitas	17	2.342	6.340
Despesas com vendas		(256)	(235)
Despesas administrativas	16	(9.171)	(10.124)
Outras despesas		(5)	(170)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(2.112)	911
Receitas financeiras	5	2.518	3.359
Despesas financeiras		(121)	(171)
Resultado financeiro		2.397	3.188
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		285	4.099
Imposto de renda e contribuição social	13.a	(113)	(1.130)
Lucro líquido do exercício		172	2.969
Número de ações ordinárias		700	700
Lucro líquido por ação básico e diluído (em R\$)		0,24565	4,2414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	172	2.969
Total do resultado abrangente do exercício	172	2.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015		34.100	231	1.742	-	36.073
Aumento de capital	14	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.969	2.969
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	14	-	-	148	(148)	-
Reserva de retenção de lucros	14	-	-	2.115	(2.115)	-
Dividendos	14	-	-	-	(706)	(706)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		34.100	231	4.005	-	38.336
Aumento de capital	14	3.600	-	(3.600)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	172	172
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	14	-	-	9	(9)	-
Reserva de retenção de lucros	14	-	-	122	(122)	-
Dividendos	14	-	-	-	(41)	(41)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		37.700	231	536	-	38.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	285	4.099
Depreciação	1.571	1.557
Amortização	69	62
Resultado da venda de imobilizado	(56)	(3.654)
Provisão para contingências	(67)	(105)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(224)	(183)
Juros sobre empréstimos	77	171
Caixa gerado nas operações	1.655	1.947
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	114	1.066
Depósitos judiciais	(260)	(24)
Partes relacionadas	(847)	475
Despesas antecipadas	(361)	-
Outros ativos	192	(3.973)
Fornecedores e outras contas a pagar	(181)	1.265
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(59)	-
Impostos correntes a pagar	(34)	(302)
Pagamento de provisões	-	169
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(1.040)
Outras obrigações	(125)	-
Outras Provisões	(169)	-
Variações nos Ativos e Passivos	(1.730)	(2.364)
Outros	-	157
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(75)	(260)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	(369)	(2.546)
Recebimento pela venda de imobilizado	56	3.843
Aumento de aplicações financeiras	(8.998)	-
Resgate de aplicações financeiras	9.914	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	603	1.297
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos	(711)	(983)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(711)	(983)
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial do exercício	353	299
Saldo final do exercício	170	353
Aumento (redução) caixa e equivalentes	(183)	54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Receitas (1)		17.074	20.492
Receita da prestação de serviços	15	14.762	14.818
Outras receitas		2.088	5.490
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		224	184
Insumos adquiridos de terceiros (2)		(7.004)	(7.436)
Custos dos serviços prestados		(3.338)	(2.796)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.666)	(4.640)
Valor adicionado bruto (1) – (2) = (3)		10.070	13.056
Depreciação e amortização (4)		(1.640)	(1.619)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3) - (4) = (5)		8.430	11.437
Valor adicionado recebido em transferência (6)		2.518	3.359
Receitas financeiras		2.518	3.359
Valor adicionado total a distribuir (5+6)		10.948	14.796
Distribuição do valor adicionado		10.948	14.796
Pessoal		6.792	6.379
Remuneração direta		4.681	4.363
Benefícios		1.702	1.703
FGTS		409	313
Impostos, taxas e contribuições		3.782	5.126
Federais		3.319	4.572
Estaduais		29	28
Municipais		434	526
Remuneração de capitais de terceiros		202	322
Despesas financeiras		202	322
Remuneração de capitais próprios		172	2.969
Dividendos		41	705
Lucros retidos		131	2.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

1. Contexto operacional

A Banrisul Armazéns Gerais S.A., (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil e controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”). Sua sede localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luis, Canoas, Rio Grande do Sul.

Atua no ramo de Armazéns Gerais na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, através de Contrato de Permissão, com a Receita Federal, firmado em 22/10/2004, com prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação, submetidas aos seguintes regimes aduaneiros: comum e suspensivo (entrepoto aduaneiro, admissão temporária, trânsito aduaneiro, drawback, exportação temporária, depósito alfandegado certificado e depósito especial alfandegado) e no Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento de Documentos - GED.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas estabelecidas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os períodos divulgados.

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

A emissão, destas demonstrações financeiras, foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 31 de janeiro de 2018.

3. Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

a) Reconhecimento das receitas

A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembaraçadas.

A receita de aluguel é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do contrato. A Companhia não incorreu em custos diretos iniciais na negociação e preparação do leasing operacional que devam ser adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros.

b) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

c) Tributação

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2,00%
FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	
- Importação	9,51%
- Exportação	6,03%

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo o custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Fundaf

A receita de prestação de serviços de movimentação e armazenagem das mercadorias importadas e das destinadas à exportação, no Porto Seco, estão sujeitas à tributação do FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização nas alíquotas de 9,51% e 6,03%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não teve impostos registrados diretamente às rubricas do patrimônio líquido.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável.

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada após identificação

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

de atrasos superiores a noventa dias e os clientes que se encontram nessa situação são provisionados integralmente, exceto em situações que a administração renegociou os valores em atraso.

e) Imobilizado

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	43 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Instalações	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

f) Intangível

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, desta forma, não há nesta data provisão para recuperação de ativos.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

i) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Aplicação Financeira – SIAC, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Letra Financeira - Mensal. A Aplicação Financeira – SIAC classificado como ativo disponível para venda, e contas a receber de clientes, classificados como empréstimos e recebíveis. A Companhia avalia, formalmente, a recuperabilidade do valor aplicado junto ao SIAC tomando por base o histórico de recebimentos, a capacidade de pagamento do devedor e outros mecanismos de recebimento que poderiam ser utilizados no âmbito do programa.

Os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores e empréstimos, os quais são avaliados ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, valores de fornecedores tratados ao custo amortizado.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

j) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

k) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso de método de taxa efetiva de juros.

l) Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

m) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

n) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos judiciais classificados como perda possível são divulgados em nota explicativa e os de perda remota não são divulgados, conforme CPC 25.

o) Arrendamentos operacionais

Os arrendamentos operacionais referem-se a contratos de aluguéis de partes de seu imobilizado, explorados em conjunto com os serviços prestados.

Os contratos são canceláveis pelas partes desde que comunicados previamente com 30 dias de antecedência.

p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2017 e 2016 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

q) Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A demonstração do valor adicionado (DVA) foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	28	29
Bancos conta corrente	142	324
	170	353

5. Aplicações financeiras

Composição das aplicações financeiras:

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Mantido para negociação		
- Aplicação Siac (a)	15.336	23.393
- CDB	10.316	2.228
- Fundos	310	1.257
	25.962	26.878

(a) Os valores aplicados no SIAC – Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado do Rio Grande do Sul instituído pelo Decreto Estadual nº. 33.959, de 31 de maio de 1991, são remunerados com base na variação de 100% da taxa SELIC e o resgate desses valores depende de solicitação por parte da Banrisul Armazéns Gerais S.A. e a disponibilidade da liberação desses recursos por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Os rendimentos auferidos com a aplicação destes recursos foram registrados na rubrica receitas financeiras e totalizaram R\$ 2.042 (R\$ 2.640 em 2016).

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

6. Contas a receber de clientes

Composição das contas a receber de clientes:

	31/12/2017	31/12/2016
Clientes - Devedores por armazenagem	3.244	3.316
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.946)	(2.174)
Créditos com Controlador	359	401
	1.657	1.543

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos das contas a receber de clientes por vencimento são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	1.233	705
Vencidos:		
Até 30 dias	77	144
De 31 a 60 dias	43	20
De 61 a 90 dias	14	38
De 91 a 360 dias	58	60
Mais de 360 dias	1.819	2.349
	3.244	3.316

7. Outros Créditos

Este agrupamento é composto de demais títulos, valores e outras contas a receber, normalmente não originadas do objeto principal da Companhia e Despesas antecipadas:

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Tributos a recuperar	112	298
Adiantamento a funcionários	71	51
Outros valores realizáveis	307	305
Despesas antecipadas	766	405
	1.256	1.059
Não circulante		
Depósitos judiciais	1.268	1.008
Cauções	59	111
Outros valores e bens BNU	112	88
	1.439	1.207

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

8. Imobilizado

A Companhia considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios econômicos de suas operações atuais.

Custo	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Terrenos	5.261	-	-	-	5.261
Edificações e Benfeitorias	8.109	110	(16)	1.064	9.267
Móveis e Utensílios	795	-	(10)	-	785
Máquinas e Equipamentos	2.018	132	(26)	-	2.124
Equipamentos - Empilhadeira	2.485	-	-	-	2.485
Veículos	2.605	-	(203)	-	2.402
Instalações	5.297	33	-	-	5.330
Obras em Andamento	1.012	92	(17)	(1.064)	23
Equipamentos de Informática	449	2	-	-	451
Total	28.031	369	(272)	-	28.128

Depreciação acumulada	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Edificações e Benfeitorias	(4.371)	(154)	-	-	(4.525)
Móveis e Utensílios	(565)	(49)	13	-	(601)
Máquinas e Equipamentos	(1.108)	(154)	6	-	(1.256)
Equipamentos - Empilhadeira	(1.369)	(271)	-	-	(1.640)
Veículos	(1.246)	(403)	143	-	(1.506)
Instalações	(2.028)	(421)	-	-	(2.449)
Equipamentos de Informática	(351)	(44)	-	-	(395)
Total	(11.038)	(1.496)	162	-	(12.372)

Valor contábil	16.993	(1.129)	(110)	-	15.756
-----------------------	---------------	----------------	--------------	----------	---------------

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

9. Empréstimos e financiamentos

	Juros	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
FINAME	3,00% a.a.	15/04/2020	717	654
			717	654
Não circulante				
FINAME	3,00% a.a.	15/04/2020	605	1.379
			605	1.379
			1.322	2.033

As parcelas de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2017 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimento	Valor nominal
2018	717
2019	517
2020	88
Total	1.322

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e não possuem cláusulas restritivas em seus contratos.

10. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Os valores das ações avaliadas como sendo de perda provável foram integralmente provisionados.

A Administração entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas nos processos judiciais.

Demonstramos a seguir a composição e movimentação das provisões para contingências da Companhia:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	525	871	1.396
Adições	-	-	-
Atualizações	49	92	141
Reversões	-	(184)	(184)
Baixa por pagamento	-	(23)	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	574	756	1.330

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Provisões cíveis

Ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, referentes à relação advinda da prestação de serviços de armazenagem e movimentação de cargas em Porto Seco, bem como no regime de armazém geral e da locação da área.

Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Existem ainda processos cíveis que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de **R\$ 1.187** em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.080 em 31 de dezembro de 2016), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial e desvio de funções e outros direitos trabalhistas.

Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de **R\$ 1.268** em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.008 em 31 de dezembro de 2016).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de **R\$ 6.446** em 31 de dezembro de 2017 (R\$6.332 em 31 de dezembro de 2016), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

11. Outras obrigações

Este subgrupo engloba as obrigações com empregados e respectivos encargos sociais, além de outras obrigações definidas com terceiros não incluídas em outros subgrupos.

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Débitos – controlador (a)	3.782	4.684
Débitos - outras partes relacionadas	111	56
Dividendos e JCP a pagar	20	19
Retenções contratuais	328	343
Provisões	-	169
Obrigações sociais e trabalhistas	692	751
	4.933	6.022

(a) O saldo desta conta está demonstrado na nota explicativa 12.

12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista e aluguéis de instalações com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e aplicações financeiras no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Cartões S.A.

As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	31/12/2017
Ativo				
<u>Circulante</u>				
Depósitos Bancários	134	-	-	134
Aplicações Banrisul CDB/ LF	9.152	-	-	9.152
Aplicação SIAC	-	15.336	-	15.336
Crédito com partes relacionadas	359	-	-	359
	9.645	15.336	-	24.981
Passivo				
<u>Circulante</u>				
Dividendos a pagar	(3.075)	-	-	(3.075)
Contas a pagar	(707)	-	(111)	(818)
	(3.782)	-	(111)	(3.893)
Resultado				
<u>Receitas</u>	<u>2.327</u>	<u>2.042</u>	=	<u>4.369</u>
- Aluguel	2.130	-	-	2.130
- Financeira	197	2.042	-	2.239
<u>Despesas</u>	<u>(146)</u>	=	<u>(609)</u>	<u>(755)</u>
- Comunicação	(123)	-	-	(123)
- Outras	(23)	-	(609)	(632)
<u>Recuperação de despesas</u>	<u>1.610</u>	=	=	<u>1.610</u>

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	31/12/2016
Ativo				
<u>Circulante</u>				
Depósitos Bancários	324	-	-	324
Aplicações Banrisul CDB	153	-	-	153
Aplicação SIAC	-	23.393	-	23.393
Crédito com partes relacionadas	401	-	-	401
	878	23.393	-	24.271
Passivo				
<u>Circulante</u>				
Dividendos a pagar	(3.034)	-	-	(3.034)
Contas a pagar	(1.650)	-	(56)	(1.706)
	(4.684)	-	(56)	(4.740)
Resultado				
<u>Receitas</u>	<u>1.989</u>	<u>2.884</u>	<u>-</u>	<u>4.873</u>
- Aluguel	1.980	-	-	1.980
- Financeira	9	2.884	-	2.893
<u>Despesas</u>	<u>(243)</u>	<u>-</u>	<u>(620)</u>	<u>(863)</u>
- Comunicação	(177)	-	-	(177)
- Outras	(66)	-	(620)	(686)
<u>Recuperação de despesas</u>	<u>1.177</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.177</u>

Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social.

A Companhia paga R\$ 3,5, mensalmente, para cada membro do Conselho de Administração e R\$ 3,6 mensalmente, para cada membro, em exercício, do Conselho Fiscal.

No período findo em 31 de dezembro de 2017 foi pago o montante de **R\$ 199** (R\$ 468 em 31/12/2016) a título de remuneração dos Administradores (honorários e verbas de representação), incluindo os honorários para os Conselhos de Administração e Fiscal.

A Companhia não oferece a suas pessoas chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

13. Imposto de renda e contribuição sociala) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	285	285	4.099	4.099
(+) Adições	487	487	983	983
(-) Exclusões	(843)	(843)	(1.412)	(1.412)
Base de cálculo	(71)	(71)	3.670	3.670
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(11)	(6)	894	330
(-) Incentivos fiscais e outros	(7)	-	(72)	-
IRPJ e CSLL Correntes	(18)	(6)	822	330
IRPJ e CSLL diferidos	(83)	(30)	(16)	(6)
TOTAL IRPJ e CSLL	(101)	(36)	806	324

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.946	2.071
Provisão para passivo cíveis e trabalhistas	1.330	1.397
	3.276	3.468
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	1.114	1.179
Depreciação CPC 27	(1.665)	(1.452)
	(1.665)	(1.452)
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(566)	(494)
Total líquido	548	685

14. Patrimônio Líquidoa) Capital social

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$37.700 (R\$ 34.100 em 2016), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, seu controlador.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

b) Distribuição de resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	172	2.969
Reserva Legal (5%)	(9)	(148)
Base de cálculo dos dividendos	163	2.821
Dividendos (25%)	41	705

c) Reserva de retenção de lucros

A Administração irá propor aos acionistas a capitalização da reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 122.

15. Receita

A receita líquida é composta como segue:

	2017	2016
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem	14.762	14.818
Deduções:		
Impostos sobre receita de serviços (a)	(2.208)	(2.527)
Descontos e cancelamentos	(79)	(151)
Receita operacional líquida	12.475	12.140

(a) Os tributos incidentes sobre a receita de serviços são: PIS, COFINS, FUNDAP e ISSQN.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

16. Informações sobre a natureza dos custos e despesas operacionais

	Custos dos serviços prestados		Despesas administrativas		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Pessoal	3.192	3.293	3.872	3.699	7.064	6.992
Terceirizados	354	632	2.498	2.586	2.852	3.218
Honorários da administração	-	-	734	622	734	622
Depreciação e amortização	967	951	673	668	1.640	1.619
Comunicação	-	-	155	290	155	290
Energia elétrica	372	462	186	248	558	710
Gastos com veículos	251	220	73	101	324	321
Despacho aduaneiro	71	100	-	-	71	100
Reclamações trabalhistas	-	-	103	192	103	192
Contingências	-	286	48	66	48	352
Conservação e manutenção	214	521	72	295	286	816
Viagens e estadias	155	135	11	-	166	135
Seguro	626	216	13	-	639	216
Informática	-	-	48	107	48	107
Material de expediente	23	-	80	112	103	112
Crédito de liquidação duvidosa	-	-	24	495	24	495
Débitos incobráveis	-	-	155	369	155	369
Despesas c/ Armazenagem	1.126	-	-	-	1.126	-
Outras	146	224	426	274	572	498
Total	7.497	7.040	9.171	10.124	16.668	17.164

17. Outras receitas

	31/12/2017	31/12/2016
Indenizações de terceiros	-	194
Recuperação de despesas (a)	1.610	1.177
Recuperação de créditos – Lei 9.430/96	176	28
Ganho de capital	56	3.824
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	247	679
Reversão de provisão de contingência cível	-	279
Reversão de provisão de contingência trabalhista	207	13
Outras	46	146
	2.342	6.340

(a) Os valores registrados em Recuperação de Despesas referem-se a reembolso de despesas com condomínio, vigilância, portaria, água luz e demais taxas, conforme estabelecido em contrato de locação comercial.

18. Instrumentos financeiros**Gestão de riscos**

A Banrisul Armazéns Gerais S.A é uma empresa pública, de capital aberto e de controle acionário privado, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. detentor de 99.48% das ações. A Companhia não faz parte do conglomerado prudencial do Banrisul, apenas do conglomerado econômico.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e fundamental para esta Companhia. Dentre os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, pode-se destacar o risco de crédito, mercado, liquidez e operacional. A gestão de riscos é realizada de forma integrada, o que permite agilidade no processo de análise e tomada de decisão.

O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pelo cliente de suas obrigações nos termos pactuados, sobre as contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa.

A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativamente sujeitos a alterações de valor em função de risco de mercado, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08.

	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações Financeiras	25.962	26.879
Clientes	3.244	3.316
Total	29.206	30.195

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 reconhecidos pela Companhia são: Aplicações financeiras e contas a receber de clientes, além dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros disponíveis para venda, mantidos para negociação e/ou empréstimos e recebíveis, respectivamente. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Gestão de capital

A Companhia possui sólida estrutura de capital, formada basicamente por capital próprio, ideal para reduzir seus custos e maximizar o retorno aos acionistas, além de viabilizar a estratégia de crescimento e riscos controlados. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido.

Risco de crédito

O risco de crédito na Companhia está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente, de suas obrigações previamente acordadas.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Para gerir este risco são realizadas análises de documentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e a Secretaria da Fazenda Estadual, monitorados relatórios de clientes inadimplentes, além de, em caso de inadimplência, retidas mercadorias.

Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juros e taxas de câmbio.

A estrutura do balanço patrimonial apresenta baixo risco de mercado. Grande parte do ativo financeiro é o SIAC com referencial pós fixado. Por outro lado, nas operações passivas o Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa **79%** do total do passivo de acordo com o balancete da Companhia (dez 2017).

Risco de liquidez

Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Pode ser classificado em:

Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a possibilidade da ocorrência de descasamento entre os pagamentos e os recebimentos, o que afeta o fluxo normal das obrigações da Companhia.

Risco de liquidez de mercado: é a possibilidade de perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Para gestão do risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. institui princípios, procedimentos e padrões adequados ao seu gerenciamento. Desta forma, é possível que seja feito o acompanhamento dos níveis de descasamento de liquidez, para os diversos prazos e os parâmetros de reserva mínima de liquidez diária, inclusive para momentos de crise.

É feito o monitoramento dos ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis, de modo a satisfazer todos os compromissos, bem como cumprir as exigências normativas quanto à liquidez e monitorar o consumo de recursos.

Para assegurar as melhores práticas na gestão de risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. adota medidas de aperfeiçoamento e continuidade dos processos.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

A estrutura de seu balanço patrimonial apresenta baixo risco de liquidez com grande parte de seus ativos aplicada em Operações Compromissadas de um dia lastreadas com títulos públicos federais. Por outro lado, nas operações passivas, o Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa **79%** do total do passivo de acordo com o balancete da Companhia (dez 2017).

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela mesma.

19. Plano de benefícios de aposentadoria

A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadoria para seus empregados.

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 90.000 mil para danos materiais e R\$ 100 mil para responsabilidade civil.

21. Segmentos operacionais

A Companhia atua como armazém geral, efetuando a movimentação, guarda e conservação de mercadorias e produtos, entreposto aduaneiro, depósito alfandegário e na locação ou arrendamento da área de sua propriedade para terceiros conforme descrito na Nota 1.

Ambos segmentos não são controlados e gerenciados pela Companhia como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Protocolo: 2018000073695

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA****BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A****Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.721.232/0001-57
Avenida Getúlio Vargas, 8201 - Canoas - RS**

Relatório da Administração - Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2017 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S. A. – BAGERGS. Fundada em 12.11.1953, atualmente está constituída sob a forma de Sociedade Anônima, tendo seu capital aberto no exercício de 1996. Seu controle acionário é exercido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., que detém 99,50% das ações. A empresa está situada no município de Canoas - RS, onde atua no ramo de Armazéns Gerais, na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, através de Contrato de Permissão, com Receita Federal, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação, submetidas aos seguintes regimes aduaneiros: comum e suspensivo (entrepósito aduaneiro, admissão temporária, trânsito aduaneiro, drawback, exportação temporária, depósito alfandegado certificado e depósito especial alfandegado). Também desenvolve atividades de Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento Eletrônicos de Documentos - GED. A estrutura da empresa conta com área total de 107.300m², sendo 34.000m² de área coberta, distribuída em 10 (dez) armazéns, amplo pátio de manobra para tráfego de caminhões de cargas e armazenagem de contêineres, área climatizada, pórtico e reach stacker para movimentação de contêineres, balança eletrônica rodoviária, aparelho de raio X (scanner) e sistema de contingenciamento de energia. Dentro do planejamento, foi implementada a integração e migração ao ambiente computacional do Banrisul, para atender os serviços de armazenamento, digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos – GED e a colocação de 15.000m² de sobre telhado, nos armazéns, como forma de melhoria nas instalações do Porto Seco. Foram efetuadas readequações na estrutura organizacional da empresa, ampliando a área comercial com o objetivo de incrementar a carteira de clientes e fortalecer a competitividade da empresa no mercado. Em função do cenário econômico, a empresa sofreu impacto nas operações do Porto Seco, especialmente nas importações, na qual observamos uma queda de 11,58%, em comparação ao ano anterior. Já as operações de exportação mantiveram-se estáveis, com incremento de 5,25%, em relação ao ano de 2016. Atualmente a força de trabalho é composta por 162 colaboradores, sendo 92 do quadro efetivo da empresa e os outros 70, composto por estagiários, jovens aprendizes e empregados terceirizados na prestação de serviços de manutenção predial e vigilância. Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado, ao Controlador - Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida. Canoas, 31 de dezembro de 2017.

João Simioni
Diretor PresidenteZilmino Jacedir Tartari
Diretor Superintendente**Balancos Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)**

Ativo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	170	353
Aplicações financeiras	5	25.962	26.878
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	1.657	1.543
Outros créditos	7	1.256	1.059
Total do ativo circulante		29.045	29.833
Ativo fiscal diferido	13.b	548	685
Depósitos judiciais	7	1.268	1.008
Outros créditos	7	171	199
Total do realizável a longo prazo		1.987	1.892
Investimentos		18	18
Imobilizado	8	15.756	16.995
Intangível		242	372
Total do ativo não circulante		16.016	17.385
Total do ativo		47.048	49.110
Passivo	Nota	2017	2016
Fornecedores e outras contas a pagar		748	929
Empréstimos e financiamentos		717	654
Passivo fiscal corrente	9	248	394
Outras obrigações	11	4.933	6.022
Total do passivo circulante		6.646	7.999
Empréstimos e financiamentos	9	605	1.379
Provisão para contingências	10	1.330	1.396
Total do passivo não circulante		1.935	2.775
Patrimônio líquido			
Capital social	14	37.700	34.100
Reserva de capital		231	231
Reservas de lucros		536	4.005
Total do patrimônio líquido		38.467	38.336
Total do passivo e do patrimônio líquido		47.048	49.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto lucro

líquido por ação, apresentado em Reais).

	Nota explicativa	2017	2016
Receita	15	12.475	12.140
Custo dos serviços prestados	16	(7.497)	(7.040)
Lucro bruto		4.978	5.100
Outras receitas		2.342	6.340
Despesas com vendas	17	(256)	(235)
Despesas administrativas	16	(9.171)	(10.124)
Outras despesas		(5)	(170)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(2.112)	911
Receitas financeiras		2.518	3.359
Despesas financeiras	5	(121)	(171)
Resultado financeiro		2.397	3.188
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		285	4.099
Imposto de renda e contribuição social	13.a	(113)	(1.130)
Lucro líquido do exercício		172	2.969
Número de ações ordinárias		700	700
Lucro líquido por ação básico e diluído (em R\$)		0,24565	4,2414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais).

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	172	2.969
Total do resultado abrangente do exercício	172	2.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais).

	Nota	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015		34.100	231	1.742	-	36.073
Aumento de capital	14	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.969	2.969
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	14	-	-	148	(148)	-
Reserva de retenção de lucros	14	-	-	2.115	(2.115)	-
Dividendos	14	-	-	-	(706)	(706)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		34.100	231	4.005	-	38.336
Aumento de capital	14	3.600	-	(3.600)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	172	172
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	14	-	-	9	(9)	-
Reserva de retenção de lucros	14	-	-	122	(122)	-
Dividendos	14	-	-	-	(41)	(41)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		37.700	231	536	-	38.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais).

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	285	4.099
Depreciação	1.571	1.557
Amortização	69	62
Resultado da venda de imobilizado	(56)	(3.654)
Provisão para contingências	(67)	(105)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(224)	(183)
Juros sobre empréstimos	77	171
Caixa gerado nas operações	1.655	1.947
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	114	1.066
Depósitos judiciais	(260)	(24)
Partes relacionadas	(847)	475
Despesas antecipadas	(361)	-
Outros ativos	192	(3.973)
Fornecedores e outras contas a pagar	(181)	1.265
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(59)	-
Impostos correntes a pagar	(34)	(302)
Pagamento de provisões	-	169
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(1.040)
Outras obrigações	(125)	-
Outras Provisões	(169)	-
Variações nos Ativos e Passivos	(1.730)	(2.364)
Outros	-	157
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(75)	(260)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	(369)	(2.546)
Recebimento pela venda de imobilizado	56	3.843
Aumento de aplicações financeiras	(8.998)	-
Resgate de aplicações financeiras	9.914	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	603	1.297
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		

Pagamento de empréstimos	(711)	(983)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(711)	(983)
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial do exercício	353	299
Saldo final do exercício	170	353
Aumento (redução) caixa e equivalentes	(183)	54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Receitas (1)		17.074	20.492
Receita da prestação de serviços	15	14.762	14.818
Outras receitas		2.088	5.490
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		224	184
Insumos adquiridos de terceiros (2)		(7.004)	(7.436)
Custos dos serviços prestados		(3.338)	(2.796)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.666)	(4.640)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		10.070	13.056
Depreciação e amortização (4)		(1.640)	(1.619)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3) - (4) = (5)		8.430	11.437
Valor adicionado recebido em transferência (6)		2.518	3.359
Receitas financeiras		2.518	3.359
Valor adicionado total a distribuir (5+6)		10.948	14.796
Distribuição do valor adicionado		10.948	14.796
Pessoal		6.792	6.379
Remuneração direta		4.681	4.363
Benefícios		1.702	1.703
FGTS		409	313
Impostos, taxas e contribuições		3.782	5.126
Federais		3.319	4.572
Estaduais		29	28
Municipais		434	526
Remuneração de capitais de terceiros		202	322
Despesas financeiras		202	322
Remuneração de capitais próprios		172	2.969
Dividendos		41	705
Lucros retidos		131	2.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional - A Banrisul Armazéns Gerais S.A., ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil e controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). Sua sede localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luis, Canoas, Rio Grande do Sul. Atua no ramo de Armazéns Gerais na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, através de Contrato de Permissão, com a Receita Federal, firmado em 22/10/2004, com prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação, submetidas aos seguintes regimes aduaneiros: comum e suspensivo (entreposto aduaneiro, admissão temporária, trânsito aduaneiro, drawback, exportação temporária, depósito alfandegado certificado e depósito especial alfandegado) e no Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento de Documentos - GED.

2. Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas estabelecidas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os períodos divulgados. As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A emissão, destas demonstrações financeiras, foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 31 de janeiro de 2018.

3. Principais políticas contábeis - As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue.

a) Reconhecimento das receitas: A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembaraçadas. A receita de aluguel é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do contrato. A Companhia não incorreu em custos diretos iniciais na negociação e preparação do leasing operacional que devam ser adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados. A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros.

b) Lucro por ação: A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

c) Tributação: Impostos sobre serviços. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes

alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2,00%
FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	
- Importação	9,51%
- Exportação	6,03%

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo o custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Fundaf: Receita de prestação de serviços de movimentação e armazenagem das mercadorias importadas e das destinadas à exportação, no Porto Seco, estão sujeitas à tributação do FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização nas alíquotas de 9,51% e 6,03%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social: Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não teve impostos registrados diretamente às rubricas do patrimônio líquido. d) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada após identificação de atrasos superiores a noventa dias e os clientes que se encontram nessa situação são provisionados integralmente, exceto em situações que a administração renegociou os valores em atraso. e) Imobilizado: A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	43 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Instalações	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. f) Intangível: Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, desta forma, não há nesta data provisão para recuperação de ativos. h) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. i) Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Aplicação Financeira – SIAC, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Letra Financeira – Mensal. A Aplicação Financeira – SIAC classificado como ativo disponível para venda, e contas a receber de clientes, classificados como empréstimos e recebíveis. A Companhia avalia, formalmente, a recuperabilidade do valor aplicado junto ao SIAC tomando por base o histórico de recebimentos, a capacidade de pagamento do devedor e outros mecanismos de recebimento que poderiam ser utilizados no âmbito do programa. Os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores e empréstimos, os quais são avaliados ao custo amortizado. Mensuração subsequente. A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos

instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, valores de fornecedores tratados ao custo amortizado. **j) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **k) Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso de método de taxa efetiva de juros. **l) Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **m) Capital Social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **n) Provisões: Geral.** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos judiciais classificados como perda possível são divulgados em nota explicativa e os de perda remota não são divulgados, conforme CPC 25. **o) Arrendamentos operacionais:** Os arrendamentos operacionais referem-se a contratos de aluguéis de partes de seu imobilizado, explorados em conjunto com os serviços prestados. Os contratos são canceláveis pelas partes desde que comunicados previamente com 30 dias de antecedência. **p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2017 e 2016 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. **q) Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do Valor Adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A demonstração do valor adicionado (DVA) foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes. **4. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	28	29
Bancos conta corrente	142	324
	170	353

5. Aplicações financeiras - Composição das aplicações financeiras:

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Mantido para negociação		
- Aplicação Siac (a)	15.336	23.393
- CDB	10.316	2.228
- Fundos	310	1.257
	25.962	26.878

(a) Os valores aplicados no SIAC – Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado do Rio Grande do Sul instituído pelo Decreto Estadual nº. 33.959, de 31 de maio de 1991, são remunerados com base na variação de 100% da taxa SELIC e o resgate desses valores depende de solicitação por parte da Bannisul Armazéns Gerais S.A. e a disponibilidade da liberação desses recursos por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Os rendimentos auferidos com a aplicação destes recursos foram registrados na rubrica receitas financeiras e totalizaram R\$ 2.042 (R\$ 2.640 em 2016). **6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis** - Composição das contas a receber de clientes:

	31/12/2017	31/12/2016
Clientes - Devedores por armazenagem	3.244	3.316
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.946)	(2.174)
Créditos com Controlador	359	401
	1.657	1.543

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos das contas a receber de clientes por vencimento são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer		
Vencidos:	1.233	705
Até 30 dias		
De 31 a 60 dias	77	144
De 61 a 90 dias	43	20
De 91 a 360 dias	14	38
Mais de 360 dias	58	60
	1.819	2.349

3.244 3.316

7. Outros créditos - Este agrupamento é composto de demais títulos, valores e outras contas a receber, normalmente não originadas do objeto principal da Companhia e Despesas antecipadas:

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Tributos a recuperar	112	298
Adiantamento a funcionários	71	51
Outros valores realizáveis	307	305
Despesas antecipadas	766	405
	1.256	1.059
Não circulante		
Depósitos judiciais	1.268	1.008
Cauções	59	111
Outros valores e bens BNU	112	88
	1.439	1.207

8. Imobilizado - A Companhia considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios econômicos de suas operações atuais.

Custo	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Terrenos	5.261	-	-	-	5.261
Edificações e Benfeitorias	8.109	110	(16)	1.064	9.267
Móveis e Utensílios	795	-	(10)	-	785
Máquinas e Equipamentos	2.018	132	(26)	-	2.124
Equipamentos - Empilhadeira	2.485	-	-	-	2.485
Veículos	2.605	-	(203)	-	2.402
Instalações	5.297	33	-	-	5.330
Obras em Andamento	1.012	92	(17)	(1.064)	23
Equipamentos de Informática	449	2	-	-	451
Total	28.031	369	(272)	-	28.128

Depreciação acumulada	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Edificações e Benfeitorias	(4.371)	(154)	-	-	(4.525)
Móveis e Utensílios	(565)	(49)	13	-	(601)
Máquinas e Equipamentos	(1.108)	(154)	6	-	(1.256)
Equipamentos - Empilhadeira	(1.369)	(271)	-	-	(1.640)
Veículos	(1.246)	(403)	143	-	(1.506)
Instalações	(2.028)	(421)	-	-	(2.449)
Equipamentos de Informática	(351)	(44)	-	-	(395)
Total	(11.038)	(1.496)	162	-	(12.372)

Valor contábil	16.993	(1.129)	(110)	-	15.756
-----------------------	---------------	----------------	--------------	----------	---------------

9. Empréstimos e financiamentos

	Juros	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
FINAME	3,00% a.a.	15/04/2020	717	654
			717	654
Não Circulante				
FINAME	3,00% a.a.	15/04/2020	605	1.379
			605	1.379
			1.322	2.033

As parcelas de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2017 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimento	Valor nominal
2018	717
2019	517
2020	88
Total	1.322

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e não possuem cláusulas restritivas em seus contratos. **10. Provisão para contingências** - A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Os valores das ações avaliadas como sendo de perda provável foram integralmente provisionados. A Administração entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas nos processos judiciais. Demonstramos a seguir a composição e movimentação das provisões para contingências da Companhia:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	525	871	1.396
Adições	-	-	-
Atualizações	49	92	141
Reversões	-	(184)	(184)
Baixa por pagamento	-	(23)	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	574	756	1.330

Provisões cíveis: Ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, referentes à relação advinda da prestação de serviços de armazenagem e movimentação de cargas em Porto Seco, bem como no regime de armazém geral e da locação da área. Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial. Existem ainda processos cíveis que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 1.187 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.080 em 31 de dezembro de 2016), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial e

desvio de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$ 1.268 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.008 em 31 de dezembro de 2016). Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 6.446 em 31 de dezembro de 2017 (R\$6.332 em 31 de dezembro de 2016), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas. **11. Outras obrigações** - Este subgrupo engloba as obrigações com empregados e respectivos encargos sociais, além de outras obrigações definidas com terceiros não inclusas em outros subgrupos.

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Débitos - controlador (a)		
Débitos - outras partes relacionadas	3.782	4.684
Dividendos e JCP a pagar	111	56
Retenções contratuais	20	19
Provisões	328	343
Obrigações sociais e trabalhistas	-	169
	692	751
	4.933	6.022

(a) O saldo desta conta está demonstrado na nota explicativa 12.

12. Transações com partes relacionadas - As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista e aluguéis de instalações com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e aplicações financeiras no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Cartões S.A. As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	31/12/2017
Ativo				
<u>Circulante</u>				
Depósitos Bancários	134	-	-	134
Aplicações Banrisul CDB/ LF	9.152	-	-	9.152
Aplicação SIAC	-	15.336	-	15.336
Crédito com partes relacionadas	359	-	-	359
	9.645	15.336	-	24.981
Passivo				
<u>Circulante</u>				
Dividendos a pagar	(3.075)	-	-	(3.075)
Contas a pagar	(707)	-	(111)	(818)
	(3.782)	-	(111)	(3.893)
Resultado				
<u>Receitas</u>				
Aluguel	2.327	2.042	-	4.369
Financeira	2.130	-	-	2.130
Despesas	197	2.042	-	2.239
Comunicação	(146)	-	(609)	(755)
Outras	(123)	-	-	(123)
Recuperação de despesas	(23)	-	(609)	(632)
	1.610	-	-	1.610

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	31/12/2016
Ativo				
<u>Circulante</u>				
Depósitos Bancários	324	-	-	324
Aplicações Banrisul CDB	153	-	-	153
Aplicação SIAC	-	23.393	-	23.393
Crédito com partes relacionadas	401	-	-	401
	878	23.393	-	24.271
Passivo				
<u>Circulante</u>				
Dividendos a pagar	(3.034)	-	-	(3.034)
Contas a pagar	(1.650)	-	(56)	(1.706)
	(4.684)	-	(56)	(4.740)
Resultado				
<u>Receitas</u>				
Aluguel	1.989	2.884	-	4.873
Financeira	1.980	-	-	1.980
Despesas	9	2.884	-	2.893
Comunicação	(243)	-	(620)	(863)
Outras	(177)	-	-	(177)
Recuperação de despesas	(66)	-	(620)	(686)
	1.177	-	-	1.177

Remuneração do pessoal chave da Administração - Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social. A Companhia paga R\$ 3,5, mensalmente, para cada membro do Conselho de Administração e R\$ 3,6 mensalmente, para cada membro, em exercício, do Conselho Fiscal. No período findo em 31 de dezembro de 2017 foi pago o montante de R\$ 199 (R\$ 468 em 31/12/2016) a título de remuneração dos Administradores (honorários e verbas de representação), incluindo os honorários para os Conselhos de Administração e Fiscal. A Companhia não oferece a suas pessoas chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações. **13. Imposto de renda e contribuição social**

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	285	285	4.099	4.099
(+) Adições	487	487	983	983
(-) Exclusões	(843)	(843)	(1.412)	(1.412)
Base de cálculo	(71)	(71)	3.670	3.670
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(11)	(6)	894	330
(-) Incentivos fiscais e outros	(7)	-	(72)	-
IRPJ e CSLL Correntes	(18)	(6)	822	330
IRPJ e CSLL diferidos	(83)	(30)	(16)	(6)
TOTAL IRPJ e CSLL	(101)	(36)	806	324

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.946	2.071
Provisão para passivo cíveis e trabalhistas	1.330	1.397
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	3.276	3.468
	1.114	1.179
Depreciação CPC 27	(1.665)	(1.452)
	(1.665)	(1.452)
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(566)	(494)
Total líquido	548	685

14. Patrimônio Líquido - a) Capital social: O Capital Social, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$37.700 (R\$ 34.100 em 2016), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, seu controlador. **b) Distribuição de resultados:** O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	172	2.969
Reserva Legal (5%)	(9)	(148)
Base de cálculo dos dividendos	163	2.821
Dividendos (25%)	41	705

A Administração irá propor aos acionistas a capitalização da reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 122.

15. Receita - A receita líquida é composta como segue:

	2017	2016
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem	14.762	14.818
Deduções:		
Impostos sobre receita de serviços (a)	(2.208)	(2.527)
Descontos e cancelamentos	(79)	(151)
Receita operacional líquida	12.475	12.140

(a) Os tributos incidentes sobre a receita de serviços são: PIS, COFINS, FUNDAP e ISSQN.

16. Informações sobre a natureza dos custos e despesas operacionais

	Custos dos serviços prestados		Despesas administrativas		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Pessoal	3.192	3.293	3.872	3.699	7.064	6.992
Terceirizados	354	632	2.498	2.586	2.852	3.218
Honorários da administração	-	-	734	622	734	622
Depreciação e amortização	967	951	673	668	1.640	1.619
Comunicação	-	-	155	290	155	290
Energia elétrica	372	462	186	248	558	710
Gastos com veículos	251	220	73	101	324	321
Despacho aduaneiro	71	100	-	-	71	100
Reclamações trabalhistas	-	-	103	192	103	192
Contingências	-	286	48	66	48	352
Conservação e manutenção	214	521	72	295	286	816
Viagens e estadias	155	135	11	-	166	135
Seguro	626	216	13	-	639	216
Informática	-	-	48	107	48	107
Material de expediente	23	-	80	112	103	112
Crédito de liquidação duvidosa	-	-	24	495	24	495
Débitos incobráveis	-	-	155	369	155	369
Despesas c/ Armazenagem	1.126	-	-	-	1.126	-
Outras	146	224	426	274	572	498
Total	7.497	7.040	9.171	10.124	16.668	17.164

17. Outras receitas

	31/12/2017	31/12/2016
Indenizações de terceiros	-	194
Recuperação de despesas (a)	1.610	1.177
Recuperação de créditos - Lei 9.430/96	176	28
Ganho de capital	56	3.824
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	247	679
Reversão de provisão de contingência cível	-	279
Reversão de provisão de contingência trabalhista	207	13
Outras	46	146
	2.342	6.340

(a) Os valores registrados em Recuperação de Despesas referem-se a reembolso de despesas com condomínio, vigilância,

portaria, água luz e demais taxas, conforme estabelecido em contrato de locação comercial.

18. Instrumentos financeiros - A Banrisul Armazéns Gerais S.A é uma empresa pública, de capital aberto e de controle acionário privado, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. detentor de 99.48% das ações. A Companhia não faz parte do conglomerado prudencial do Banrisul, apenas do conglomerado econômico. A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e fundamental para esta Companhia. Dentre os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, pode-se destacar o risco de crédito, mercado, liquidez e operacional. A gestão de riscos é realizada de forma integrada, o que permite agilidade no processo de análise e tomada de decisão. O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pelo cliente de suas obrigações nos termos pactuados, sobre as contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa. A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativamente sujeitos a alterações de valor em função de risco de mercado, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08.

	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações Financeiras	25.962	26.879
Clientes	3.244	3.316
Total	29.206	30.195

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 reconhecidos pela Companhia são: Aplicações financeiras e contas a receber de clientes, além dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros disponíveis para venda, mantidos para negociação e/ou empréstimos e recebíveis, respectivamente. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Gestão de capital - A Companhia possui sólida estrutura de capital, formada basicamente por capital próprio, ideal para reduzir seus custos e maximizar o retorno aos acionistas, além de viabilizar a estratégia de crescimento e riscos controlados. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido. Risco de crédito - O risco de crédito na Companhia está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente, de suas obrigações previamente acordadas. Para gerir este risco são realizadas análises de documentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e a Secretaria da Fazenda Estadual, monitorados relatórios de clientes inadimplentes, além de, em caso de inadimplência, retidas mercadorias. Risco de mercado - Risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juros e taxas de câmbio. A estrutura do balanço patrimonial apresenta baixo risco de mercado. Grande parte do ativo financeiro é o SIAC com referencial pós fixado. Por outro lado, nas operações passivas o Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 79% do total do passivo de acordo com o balancete da Companhia (dez 2017). Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento. Pode ser classificado em: Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a possibilidade da ocorrência de descasamento entre os pagamentos e os recebimentos, o que afeta o fluxo normal das obrigações da Companhia. Risco de liquidez de mercado: é a possibilidade de perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Para gestão do risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. institui princípios, procedimentos e padrões adequados ao seu gerenciamento. Desta forma, é possível que seja feito o acompanhamento dos níveis de descasamento de liquidez, para os diversos prazos e os parâmetros de reserva mínima de liquidez diária, inclusive para momentos de crise. É feito o monitoramento dos ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis, de modo a satisfazer todos os compromissos, bem como cumprir as exigências normativas quanto à liquidez e monitorar o consumo de recursos. Para assegurar as melhores práticas na gestão de risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. adota medidas de aperfeiçoamento e continuidade dos processos. A estrutura de seu balanço patrimonial apresenta baixo risco de liquidez com grande parte de seus ativos aplicada em Operações Compromissadas de um dia lastreadas com títulos públicos federais. Por outro lado, nas operações passivas, o Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 79% do total do passivo de acordo com o balancete da Companhia (dez 2017). Risco Operacional - O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela mesma. **19. Plano de benefícios de aposentadoria** - A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadoria para seus empregados. **20. Cobertura de seguros** - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 90.000 mil para danos materiais e R\$ 100 mil para responsabilidade civil. **21. Segmentos operacionais** - A Companhia atua como armazém geral, efetuando a movimentação, guarda e conservação de mercadorias e produtos, entreposto aduaneiro, depósito alfandegário e na locação ou arrendamento da área de sua propriedade para terceiros conforme descrito na Nota 1. Ambos segmentos não são controlados e gerenciados pela Companhia como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

João Simioni
Diretor Presidente

Zilmino Jacedir Tartari
Diretor Superintendente

Susie Ane de Freitas Pacheco
Contadora - CRC RS 083297/O-1

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Armazéns Gerais S. A., e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado e demais demonstrativos e notas explicativas à luz do

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, documentos esses relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Com base nesse exame, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação deste Conselho. Canoas, 28 de fevereiro de 2018.

Júlio Francisco Gregory Brunet
Presidente do Conselho de Administração
Carlos Renato Vargas de Abreu
Conselheiro

João Simioni
Conselheiro
José Paulo de Almeida
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, relativos ao exercício de 2017. Baseado no exame procedido e no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, sem modificações, entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Banrisul Armazéns Gerais S.A., por isso somos de parecer favorável à sua aprovação. Canoas, 28 de fevereiro de 2018.

Jorge Irani da Silva
Diretor Presidente

Roberto Fantinel
Conselheiro

Ronei Xavier Janovik
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 (a) e 15, a Companhia possui diferentes fontes de receita provenientes da prestação de serviços de logística, transporte e armazenagem, bem como locação de armazéns, cujo momento de reconhecimento varia conforme características específicas dos respectivos contratos. A principal fonte de receita é a armazenagem de mercadorias provenientes do serviço de porto seco e é reconhecida mensalmente pelo prazo do armazenamento e considerando as características contratuais, tais como em função de fatores como peso, valor monetário ou espaço ocupado. Devido à relevância dessas operações no contexto das demonstrações contábeis, consideramos o reconhecimento de receitas como assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Efetuamos entendimento do processo que envolve o reconhecimento das receitas, com base em amostragem, testamos a precisão dos valores faturados e incorridos e não faturados, seus respectivos registros contábeis e liquidação financeira. Avaliamos os critérios adotados no reconhecimento contábil das receitas incorridas e não faturadas, testamos o cálculo matemático para apuração dos valores e identificamos os respectivos valores nos faturamentos efetuados em períodos subsequentes. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos sobre os saldos relacionados, considerando as expectativas sobre estes saldos obtidas com base em nosso conhecimento histórico da Companhia. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o reconhecimento de receita no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC 1SP014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

CAVALETTI SA CADEIRAS PROFISSIONAIS

Protocolo: 2018000073675

CAVALETTI S/A - CADEIRAS PROFISSIONAIS - CNPJ 88.709.621/0001-90 NIRE 4330004920 5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Apresentamos o balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Prontos para quaisquer outros esclarecimentos, subscrevemo-nos, atenciosamente. **A Administração.** Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 2017 e 2016 (valores em reais). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
ATIVO	Nota	2017	2016		2017	2016	
Circulante				Fluxo de caixa atividades operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	3.2	2.246.184	1.633.958	Lucro líquido do exercício	12.056.757	11.422.622	
Contas a receber	3.3	24.144.335	20.770.099	Aj. p/ reconciliar lucro líq. do exercício c/o caixa gerado pelas ativ. operacionais:			
Estoques	3.4	18.023.078	16.233.334	Depreciações e Amortizações	3.398.180	3.196.210	
Créditos tributários	3.5	2.164.370	1.463.862	Variação juros s/capital próprio	(660.000)	(630.000)	
Outros créditos	3.6	1.629.146	539.171	Alienação do ativo imobilizado	331.383	229.591	
Total do ativo circulante		48.207.113	40.640.424	Sub-total	15.126.320	14.218.422	
Não circulante				Ingressos	7.677.545	1.911.982	
Investimentos temporários	3.7	6.064.958	8.396.444	Redução de clientes a receber	-	1.201.569	
Imobilizado	3.8	41.721.910	41.574.103	Redução de investimentos temporários	2.331.486	-	
Intangível	3.8	441.090	194.934	Redução outros créditos	-	1.980	
Total do ativo não circulante		48.227.958	50.165.481	Aumento de fornecedores	2.539.663	-	
Total do ativo		96.435.071	90.805.905	Aumento de adiantamento de clientes	1.527.040	191.220	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Aumento de comissões a pagar	131.702	-	
Circulante				Aumento faturamento antecipado	32.615	-	
Fornecedores	3.10	4.332.370	1.792.707	Aumento das obrigações fiscais	-	517.213	
Obrigações fiscais a pagar		2.023.049	2.303.337	Aumento de obrigações sociais e trabalhistas	1.114.449	-	
Obrigações sociais e trabalhistas		4.487.967	3.373.518	Aumento de outras obrigações	590	-	
Adiantamento de clientes		2.004.485	477.445				
Faturamento antecipado		514.302	481.687	Desembolsos	7.234.750	7.072.913	
Dividendos a pagar	4.2	13.070.097	8.678.824	Aumento de estoques	1.789.744	4.242.954	
Outras contas a pagar	3.11	5.170.159	5.297.866	Aumento de clientes a receber	3.374.236	-	
Total do passivo circulante		31.602.429	22.405.384	Aumento de impostos a recuperar	700.508	247.732	
Não circulante				Aumento dos investimentos temporários	-	341.010	
I. Renda e contribuição social, diferidos		1.626.172	1.789.968	Aumento de adto. de fornecedores	298.082	64.142	
Total do passivo não circulante		1.626.172	1.789.968	Aumento outros créditos	778.012	-	
Patrimônio líquido				Aumento das despesas antecipadas	13.880	385	
Capital social	4.1	20.000.000	20.000.000	Redução de fornecedores	-	1.325.093	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da
Banrisul Armazéns Gerais S.A.
Canoas-RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 (a) e 15, a Companhia possui diferentes fontes de receita provenientes da prestação de serviços de logística, transporte e armazenagem, bem como locação de armazéns, cujo momento de reconhecimento varia conforme características específicas dos respectivos contratos. A principal fonte de receita é a armazenagem de mercadorias provenientes do serviço de porto seco e é reconhecida mensalmente pelo prazo do armazenamento e considerando as características contratuais, tais como em função de fatores como peso, valor monetário ou espaço ocupado. Devido à relevância dessas operações no contexto das demonstrações contábeis, consideramos o reconhecimento de receitas como assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Efetuamos entendimento do processo que envolve o reconhecimento das receitas, com base em amostragem, testamos a precisão dos valores faturados e incorridos e não faturados, seus respectivos registros contábeis e liquidação financeira. Avaliamos os critérios adotados no reconhecimento contábil das receitas incorridas e não faturadas, testamos o cálculo matemático para apuração dos valores e identificamos os respectivos valores nos faturamentos efetuados em períodos subsequentes. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos sobre os saldos relacionados, considerando as expectativas sobre estes saldos obtidas com base em nosso conhecimento histórico da Companhia. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o reconhecimento de receita no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das

demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 1SP014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

BANRISUL ARMAZÊNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N. ° 92.721.232/0001-57

NIRE N. ° 43300003183.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes:

Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2017 da BANRISUL ARMAZÊNS GERAIS S. A. – BAGERGS.

Fundada em 12.11.1953, atualmente está constituída sob a forma de Sociedade Anônima, tendo seu capital aberto no exercício de 1996. Seu controle acionário é exercido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., que detém 99,50% das ações.

A empresa está situada no município de Canoas – RS, onde atua no ramo de Armazéns Gerais, na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, através de Contrato de Permissão, com Receita Federal, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação, submetidas aos seguintes regimes aduaneiros: comum e suspensivo (entreposto aduaneiro, admissão temporária, trânsito aduaneiro, drawback, exportação temporária, depósito alfandegado certificado e depósito especial alfandegado). Também desenvolve atividades de Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento Eletrônicos de Documentos - GED.

A estrutura da empresa conta com área total de 107.300m², sendo 34.000m² de área coberta, distribuída em 10 (dez) armazéns, amplo pátio de manobra para tráfego de caminhões de cargas e armazenagem de contêineres, área climatizada, pórtico e reach stacker para movimentação de contêineres, balança eletrônica rodoviária, aparelho de raio X (scanner) e sistema de contingenciamento de energia.

Dentro do planejamento, foi implementada a integração e migração ao ambiente computacional do Banrisul, para atender os serviços de armazenamento,

BAGERGS – Entreposto Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Rua Celso de Vasconcelos, 5201 – Canoas/RS – CEP 92410-024

Fone: (51) 3241-1100 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos – GED e a colocação de 15.000m² de sobre telhado, nos armazéns, como forma de melhoria nas instalações do Porto Seco.

Foram efetuadas readequações na estrutura organizacional da empresa, ampliando a área comercial com o objetivo de incrementar a carteira de clientes e fortalecer a competitividade da empresa no mercado.

Em função do cenário econômico, a empresa sofreu impacto nas operações do Porto Seco, especialmente nas importações, na qual observamos uma queda de 11,58%, em comparação ao ano anterior. Já as operações de exportação mantiveram-se estáveis, com incremento de 5,25%, em relação ao ano de 2016.

Atualmente a força de trabalho é composta por 162 colaboradores, sendo 92 do quadro efetivo da empresa e os outros 70, composto por estagiários, jovens aprendizes e empregados terceirizados na prestação de serviços de manutenção predial e vigilância.

Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado, ao Controlador - Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida.

Canoas, 31 de dezembro de 2017.


João Simioni
Diretor Presidente

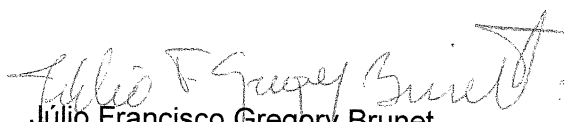

Zilmino Jacedir Tartari
Diretor Superintendente

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ N.º 92.721.232/0001-57
NIRE N.º 43300003183.

PARECER DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

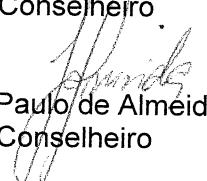
Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Armazéns Gerais S. A., e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado e demais demonstrativos e notas explicativas à luz do Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, documentos esses relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Com base nesse exame, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação deste Conselho.

Canoas, 28 de fevereiro de 2018.


Júlio Francisco Gregory Brunet
Presidente do Conselho de Administração


João Simioni
Conselheiro


Carlos Renato Vargas de Abreu
Conselheiro


José Paulo de Almeida
Conselheiro

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N.º 92.721.232/0001-57

NIRE N.º 43300003183

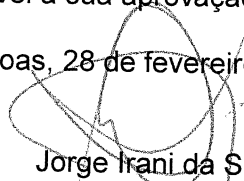
PARECER

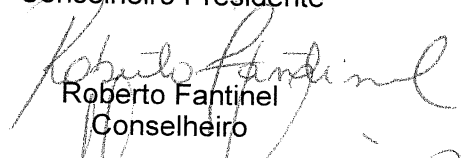
DO CONSELHO FISCAL

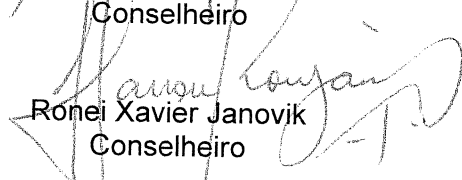
Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S. A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, relativos ao exercício de 2017.

Baseado no exame procedido e no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, sem modificações, entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Banrisul Armazéns Gerais S.A., por isso somos de parecer favorável à sua aprovação.

Canoas, 28 de fevereiro de 2018.


Jorge Irani da Silva
Conselheiro Presidente


Roberto Fantinel
Conselheiro


Ronei Xavier Janovik
Conselheiro

Armazenagens – Entrepósito Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011

Fone/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

1. Parecer Conselho Fiscal 2017.doc



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: SUSIE ANE DE FREITAS PACHECO
REGISTRO.....	: RS-083297/O-1
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 803.269.940-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 19.03.2018 as 11:17:02.

Válido até: 31.03.2018.

Código de Controle: 277171.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Companhia de Abastecimento do RS
CEASA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO		
	31/12/2017	31/12/2016
	R\$	R\$
CIRCULANTE	11.274.382,94	9.862.207,02
DISPONIBILIDADES	6.369.328,78	6.433.816,49
Caixa	22.663,07	32.031,30
Bancos	835.128,57	942.424,94
Aplicações de Liquidez Imediata	5.511.537,14	5.459.360,25
DIREITOS REALIZÁVEIS	4.829.818,10	3.361.392,00
Permissionários	4.339.070,55	4.429.909,41
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	0,00	-1.523.804,13
Estoques	186.970,54	182.761,21
Impostos a Recuperar	97.862,13	77.897,42
Outros Direitos	205.914,88	194.628,09
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	75.236,06	66.998,53
Premios de Seguros	10.422,80	11.485,69
Despesas Administrativas	64.813,26	55.512,84
NÃO CIRCULANTE	12.577.342,45	13.415.138,87
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.009.465,06	2.065.842,18
Permissionários	820.443,97	718.244,00
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	-820.443,97	-709.631,01
Depósitos Judiciais	2.009.465,06	2.057.229,19
INVESTIMENTOS	23.543,15	23.543,15
Participações	23.543,15	23.543,15
IMOBILIZADO	10.544.334,24	11.325.753,54
Custo Histórico Corrigido	28.964.595,79	29.029.113,89
(-) Depreciações Acumuladas	-18.420.261,55	-17.703.360,35
TOTAL ATIVO	23.851.725,39	23.277.345,89

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

	31/12/2017 R\$	31/12/2016 R\$
CIRCULANTE	4.007.543,60	3.735.859,80
Fornecedores	2.127.060,51	1.886.703,88
Ordenados e Salários a Pagar	164.887,87	140.053,10
Obrigações Sociais	732.830,03	600.577,94
Obrigações Tributárias	226.279,23	452.196,38
Provisões Constituídas	504.100,68	414.655,74
Outras Exigibilidades	252.385,28	241.672,76
NÃO CIRCULANTE	1.727.780,42	1.530.692,35
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.727.780,42	1.530.692,35
Obrigações Sociais e Fiscais	1.459.965,10	1.441.692,35
Provisões Constituídas	267.815,32	89.000,00
RESULTADO EXERCÍCIO FUTURO	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	18.116.401,37	18.010.793,74
CAPITAL SOCIAL	21.877.617,98	21.877.617,98
Capital Subscrito	21.877.617,98	21.877.617,98
RESERVAS DE CAPITAL	3.369.174,48	3.369.174,48
PREJUÍZOS ACUMULADOS	-7.130.391,09	-7.235.998,72
TOTAL PASSIVO	23.851.725,39	23.277.345,89

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



#REF!

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	31/12/2017	31/12/2016
	R\$	R\$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	14.048.200,48	12.664.539,74
Serviços Prestados	14.048.200,48	12.664.539,74
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-1.053.036,95	-848.700,39
Impostos Incidentes s/ receitas	1.053.036,95	848.700,39
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	12.995.163,53	11.815.839,35
LUCRO BRUTO	12.995.163,53	11.815.839,35
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	3.023.135,54	1.830.159,64
Financeiras	868.353,27	932.327,09
Créditos Recuperados	920.911,03	0,00
Outras Receitas	1.233.871,24	897.832,55
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	-15.844.737,19	-13.569.256,04
Pessoal	5.756.206,23	5.110.350,29
Gastos Gerais e Administrativos	2.086.328,44	2.318.101,05
Serviços e Seguros	22.909.500,82	22.291.457,58
Encargos, Impostos e Taxas	63.176,06	58.066,21
Depreciações e Amortizações	716.901,20	715.771,67
Financeiras	226.108,01	238.884,22
Provisões	289.628,28	638.011,25
Convênios	665.239,26	640.604,55
Indenizações Processos Judiciais Trabalhistas	1.288.028,92	148.231,86
Indenizações Processos Judiciais Cíveis	1.478.062,99	221.160,28
Outras Despesas	2.969,69	8.192,74
(-) Recuperação de Gastos	-19.637.412,71	-18.819.575,66
RESULTADO OPERACIONAL	173.561,88	76.742,95
(+/-) RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	0,00	23.329,79
Venda Bens Imobilizado	0,00	23.329,79
RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	173.561,88	100.072,74
(-) Provisão para Imposto de Renda	43.176,16	5.965,41
(-) Provisão para Contribuição Social	24.778,09	3.728,38
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	105.607,63	90.378,95
LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO	0,004827200	0,004131115

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



#REF!

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31.12.15	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	-7.326.377,67	17.920.414,79
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				90.378,95	90.378,95
SALDO EM 31.12.16	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	-7.235.998,72	18.010.793,74
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				105.607,63	105.607,63
SALDO EM 31.12.17	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	-7.130.391,09	18.116.401,37

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



#REF!

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/12/2017 R\$	31/12/2016 R\$
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	105.607,63	90.378,95
AJUSTES AO LUCRO LIQUIDO	-517.274,65	1.353.782,92
Depreciações e Amortizações	716.901,20	715.771,67
Provisão Contingências Trabalhistas	178.815,32	-16.408,38
Provisão Perdas Recebimento Créditos - Curto Prazo	-1.523.804,13	357.177,14
Provisão Perdas Recebimento Créditos - Longo Prazo	110.812,96	297.242,49
VARIAÇÕES ATIVO E PASSIVO		
Ativo Realizável a Curto Prazo	-47.140,50	344.301,81
Permissionários	-90.838,86	226.521,82
Estoques	4.209,33	55.474,79
Impostos a Recuperar	19.964,71	32.981,13
Outros Direitos	11.286,79	27.911,40
Despesas pagas antecipadamente	8.237,53	1.412,67
Ativo Realizável a Longo Prazo	54.435,84	761.280,72
Permissionários	102.199,97	303.009,85
Depósitos Judiciais	-47.764,13	458.270,87
Passivo Circulante a Curto Prazo	271.683,80	-656.300,79
Fornecedores	240.356,63	-419.803,51
Ordenados e Salários a Pagar	24.834,77	14.339,24
Obrigações Sociais	132.252,09	-1.966,55
Obrigações Tributárias	-225.917,15	59.256,40
Provisões Constituídas	89.444,94	50.554,52
Adiantamento de Clientes	2.144,91	-333.333,05
Outras Exigibilidades	8.567,61	-25.347,84
Passivo Circulante a Longo Prazo	18.272,75	-91.064,03
Credores por Caução	0,00	-6.384,08
Obrigações Sociais e Fiscais	18.272,75	-84.679,95
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-129.005,81	-408.785,48
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições Ativo Imobilizado	-111.081,90	-74.618,71
Baixas Ativo Imobilizado	175.600,00	4.670,21
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	64.518,10	-69.948,50
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital Social	0,00	0,00
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA	-64.487,71	-478.733,98
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	6.433.816,49	6.912.550,47
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	6.369.328,78	6.433.816,49

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo. A CEASA/RS foi constituída através da Lei Estadual nº 5993/70 e da Lei Municipal nº 3413/70. Posteriormente, através do Decreto nº 70.502/72 que regulamenta o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento) a União Federal ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento, e através da Lei nº 8819/89 foi dada ao Estado do Rio Grande do Sul autorização para receber as ações da União Federal, o que deixou o Estado na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul. Suas atividades de comercialização iniciaram em 25 de setembro de 1973, com a transferência dos usuários do Mercado da Praia de Belas para as dependências da CEASA/RS, a Avenida Fernando Ferrari nº 1001 no Bairro Anchieta em Porto Alegre. A Sociedade tem por objeto principal: construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus objetivos está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, conjugadas as demais práticas emanadas da legislação societária brasileira e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais diretrizes contábeis adotadas para o registro das operações foram as seguintes:

a) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência.

b) Provisão perdas no recebimento de créditos

As perdas no recebimento de créditos foram deduzidas como despesas conforme observado pelos artigos 9º ao 14º da Lei 9430/96 e Medida Provisória 656/2014.

Neste exercício foi efetuado estorno Provisão Perdas Recebimento Créditos no valor de R\$ 920.911,03 (créditos recuperados), da Empresa Conab, conforme determina instrução normativa RFB nº 1700 de 14 de março de 2017, em função da Cessão, Transferência e Doação entre Conab e Estado RGS (Ceasa de Interviente-Anuente), Assembleia Geral Acionistas decidem transformar a Doação em Dação em Pagamento, Publicação Diário Oficial Governador Ratifica Cessão, Transferência e Doação entre Conab e Estado RS em 28/12/2017.

c) Estoques

Os estoques foram avaliados pelo Preço Médio de Estoque, consistindo de material de reposição em almoxarifado.

d) Provisão p/ Contingências Trabalhistas

A provisão para Riscos Trabalhistas foi constituída neste exercício com base no parecer da Assessoria Jurídica da Empresa. Os valores registrados correspondem aos processos em que a Ceasa/RS é parte e que estão classificados como “provável ou praticamente certo” de perda de acordo com NBC TG 25(R1).

NOTA 4 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Permissionários Realizável a Longo Prazo

Esta conta é constituída com saldos de usuários permanentes com processo judicial de cobrança.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO****CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017****NOTAS EXPLICATIVAS****NOTA 5 - IMOBILIZADO**

O Ativo Imobilizado está assim constituído:

CONTAS	Taxa depreciação	2017	2016
	%	R\$	R\$
Terrenos	0	369.060,98	369.060,98
Prédios e Urbanizações	4	24.897.590,62	24.897.590,62
Instalações	10	1.206.736,27	1.206.736,27
Veículos e Acessórios	20	344.978,39	344.978,39
Máq.Equipam.e Ferramentas	10	455.181,81	392.987,02
Móveis e Utensílios	10	419.477,04	388.325,61
Equipamentos de Comunicação	10	33.696,16	31.972,02
Outras Imobilizações	10	7.879,99	7.879,99
Obras em Andamento	0	787.913,44	963.513,44
Direito Uso Software	5	116.116,41	116.116,41
Equipamentos de Informática	20	325.964,68	309.953,14
SOMA		28.964.595,79	29.029.113,89
DEPRECIACÃO ACUMULADA		(18.420.261,55)	(17.703.360,35)
VALOR RESIDUAL		10.544.334,24	11.325.753,54

As depreciações foram calculadas pelo método linear, sobre o custo histórico corrigido dos bens, mediante a aplicação das taxas normais que levam em conta o tempo de vida útil e econômica dos bens.

NOTA 6 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Fiscais e Sociais Exigível a Longo Prazo

O saldo existente nesta conta refere-se:

Contribuição e tributos parcelados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no qual a Empresa requereu adesão em novembro de 2009. Os valores da dívida foram atualizados com as reduções de multa e juros previstas na Lei 11941/09 totalizando na consolidação R\$ 1.615.867,35.

ISSQN parcelado com a Secretaria da Fazenda Municipal no qual a Empresa requereu adesão em maio de 2017. Os valores da dívida foram atualizados totalizando na consolidação R\$ 220.700,17.

NOTA 7 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social Autorizado conforme estatuto é de R\$ 40.000.000,00. O Capital Social Integralizado está representado por 21.877.617 Ações Ordinárias Nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. É a seguinte composição do Capital Social:

ACIONISTAS	R\$	%
Estado do Rio Grande do Sul	20.617.565,92	94,2405
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	1.153.636,10	5,2731
Outros	106.415,96	0,4864
TOTAL	21.877.617,98	100,00

NOTA 8 - DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A CEASA/RS efetua o pagamento de todas as despesas advindas das instalações dos permissionários do complexo, ou seja, decorrentes de rateio das despesas com energia, água, vigilância, limpeza, entre outras responsabilidades, com posterior ressarcimento considerado como recuperação de gastos, que são contabilizados em conta redutora das despesas operacionais.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 9 - CONTINGÊNCIAS

Diversos processos judiciais envolvendo causas trabalhistas e cíveis estão sendo movidos contra a CEASA/RS. A Administração da Sociedade, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, procederam na avaliação daquelas consideradas de risco de perda possível e que, portanto, não foram provisionadas. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

- Perda Provável: efetuada a provisão e mencionada em Nota Explicativa;
- Perda Possível: não provisionada, mas mencionada em Nota Explicativa;
- Perda Remota: não provisionada e nem se mencionada em Nota Explicativa.

Na presente Nota Explicativa, iremos discorrer sobre o quantitativo de ações movidas contra a CEASA/RS e o valor atualizado da perda possível, considerando a procedência das demandas e a base atual de processos:

a) Ações Trabalhistas – Atualmente, o passivo trabalhista da CEASA/RS é composto de 274 ações. Dentre estas ações, a esmagadora maioria (cerca de 90%) refere-se a diferenças no pagamento de verbas rescisórias ou irregularidades no contrato de trabalho de prestadores de serviço terceirizados. Nestes casos, apoiado na Súmula 331 do TST, o Judiciário vem condenando a CEASA/RS, subsidiariamente, ao pagamento das diferenças supramencionadas. Quando a empregadora dos autores tem sua falência decretada (caso das empresas Proservi Serviços de Vigilância Ltda, Terra e Mar Prestadora de Serviços Ltda, Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda e Gussil Prestação de Serviços Eireli Epp) o cenário se agrava, pois a CEASA/RS arca sozinha com todo o crédito. São estas as ações que apresentam o maior risco e que podem implicar no desembolso de até R\$ 3.500.000,00, caso a CEASA/RS seja efetivamente responsabilizada e as empresas terceirizadas não efetuem o pagamento das condenações.

Há ainda uma pequena quantidade de ações (cerca de 5%) que são movidas por funcionários do quadro efetivo da CEASA/RS e que podem representar algum risco futuro. Estas ações envolvem vultuosas quantias, até mesmo pelos longos períodos dos contratos de trabalho dos servidores da CEASA/RS. Nestas ações poderá haver um desembolso estimado de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) caso todos os pedidos dos autores sejam procedentes. Além das ações já mencionadas, há ainda as ações movidas por prestadores de serviço ou empregados das empresas que atuam no complexo da CEASA/RS. Nestas ações, as empresas assumem a responsabilidade e firmam acordos com os seus empregados ou é reconhecida a ilegitimidade passiva da CEASA/RS, ou seja, o risco é praticamente zero.

Em suma, considerando o pior cenário possível e o atual passivo, as ações trabalhistas movidas contra a CEASA/RS poderão implicar num desembolso de até R\$ 3.850.000,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta mil reais) nos próximos anos.

b) Ações Cíveis e Tributárias – Atualmente, a base que envolve questões atinentes ao Direito Civil, Administrativo e Tributário, é composta de 89 ações. A maioria das ações cíveis em que a CEASA/RS figura no polo passivo, são demandas que envolvem questões de responsabilidade civil, decorrentes de abaloamentos entre veículos no estacionamento, furtos e até mesmo desavenças entre trabalhadores ou usuários e vigilantes contratados pela CEASA/RS. Há ainda um pequeno passivo, decorrente de duas execuções fiscais movidas pelo Município de Porto Alegre e três mandados de segurança movidos por licitantes, questionando procedimentos realizados em certames promovidos pela CEASA/RS. No mais, são ações de cobrança movidas pela própria CEASA/RS e que não farão parte deste levantamento de valores, já que é relevante a necessidade de apontamento apenas de possível prejuízo.

Sendo assim, utilizando o mesmo critério das ações trabalhistas, qual seja, atualizar o valor estimado para a condenação nos processos, considerando a base atual e o pior cenário possível, as ações cíveis movidas contra a CEASA/RS poderão implicar no desembolso de até R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) nos próximos anos.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



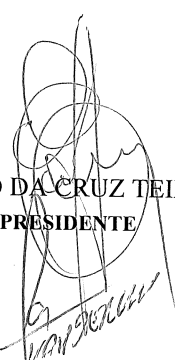
CEASA/RS

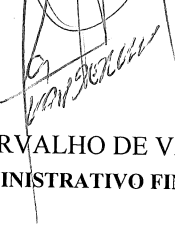
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

NOTAS EXPLICATIVAS

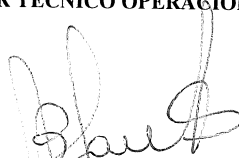
Por fim, informamos que os valores aqui lançados tratam-se de mera estimativa, dependendo de uma série de fatores para que se concretizem (tempo de duração das demandas, procedência dos pedidos, falência das empresas terceirizadas, etc.).

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2017.


ERNESTO DA CRUZ TEIXEIRA
PRÉSIDENTE


VANDERLAN CARVALHO DE VASCONCELOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO


AILTON DOS SANTOS MACHADO
DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL


NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
CONTADORA - CRC/RS Nº 037833/O-7



ceasa/RS

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no item VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, conjugadas com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das notas explicativas da Diretoria. Considerando a avaliação do Demonstrativo do Resultado do Exercício e do acompanhamento efetuado pelo Conselho Fiscal, durante o Exercício de 2017, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa, estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração e posteriormente serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 13 de março de 2018.

Aline Cristiane Pooter

Presidente

Representante do Governo do Estado do RGS

Leandro Antônio de Lemos

Representante Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Lino Bernardo Dutra

Representante do Governo do Estado do RGS

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

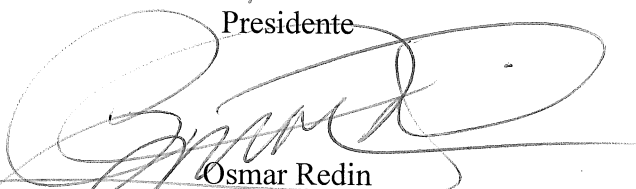
Os Membros do Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, tendo examinado as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas de Notas Explicativas e Parecer do Conselho Fiscal, após análise dos referidos documentos e de esclarecimentos prestados pela Diretoria aprovam por unanimidade as Demonstrações Contábeis, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 14 de março de 2018.



Tarcísio José Minetto

Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Presidente



Osmar Redin

Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



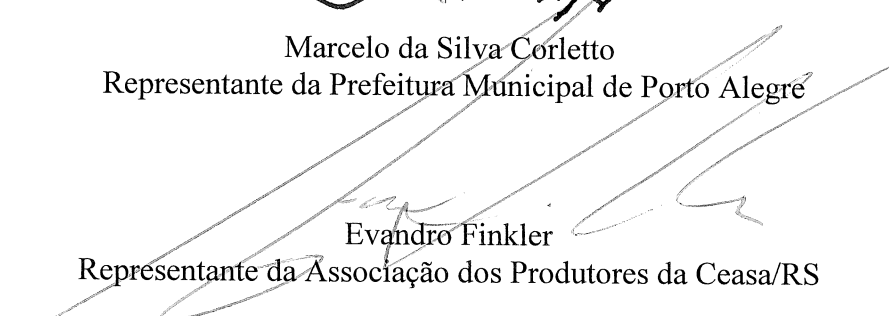
Jocimar Rabaioli

Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



Marcelo da Silva Corletto

Representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

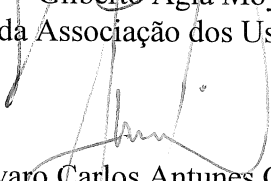

Evandro Finkler

Representante da Associação dos Produtores da Ceasa/RS



Gilberto Agia Moyses

Representante da Associação dos Usuários da Ceasa/RS


Álvaro Carlos Antunes Gonçalves

Representante da Associação dos Funcionários da Ceasa/RS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
REGISTRO.....	: RS-037833/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 204.550.030-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 15.03.2018 as 09:07:44.

Válido até: 13.06.2018.

Código de Controle: 276911.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia de Gás do
Estado do RS
SULGÁS**



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2017

Demonstrações Contábeis da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul relativas ao exercício de 2017.

Índices

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado.....	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações do valor adicionado.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa método indireto.....	8
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	
1. Contexto operacional.....	9
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.....	9
3. Resumo das principais políticas contábeis.....	11
4. Novas normas e interpretações ainda não adotadas.....	14
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	15
6. Contas a receber de clientes e PECLD.....	15
7. Estoques.....	16
8. Ativos intangíveis.....	16
9. Fornecedores.....	17
10. Financiamentos.....	17
11. Benefícios a empregados.....	18
12. Patrimônio líquido.....	19
13. Dividendos e juros sobre capital próprio.....	19
14. Receita.....	20
15. Impostos e contribuições sociais.....	20
16. Contingências.....	22
17. Transações com partes relacionadas.....	23
18. Despesas por natureza.....	24
19. Resultado financeiro.....	24
20. Seguros.....	25
21. Créditos nas operações de venda e aquisição de gás.....	25
22. Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros.....	25
23. Receitas e custos de construção.....	26
24. Eventos subsequentes.....	26

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 e 31/12/2016

Em Reais

ATIVO

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante		136.105.491,51	218.745.653,41
Disponível		76.233.489,52	163.843.279,78
Caixa e equivalentes de caixa	NOTA 05	76.233.489,52	163.843.279,78
Direitos realizáveis até o exercício seguinte		59.872.001,99	54.902.373,63
Contas a receber de clientes e outras	NOTA 06	51.969.775,73	46.709.829,30
Estoque	NOTA 07	5.436.498,58	4.796.393,79
Impostos a Recuperar	NOTA 15	1.669.268,82	1.619.586,61
Despesas Antecipadas		377.402,17	787.123,19
Outros Ativos		419.056,69	989.440,74
Ativo Não Circulante		216.760.938,82	212.890.827,26
Realizável a longo prazo		58.312.910,64	48.630.936,73
Impostos Diferidos Ativos	NOTA 15	2.734.083,59	2.764.328,83
Impostos a Recuperar	NOTA 15	6.890.446,99	6.278.711,67
Depósitos Judiciais		824.045,05	2.703.113,33
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	NOTA 21	43.391.328,04	4.446.759,80
Crédito referente arbitragem internacional	NOTA 06	-	28.360.671,88
Garantia BNDES	NOTA 10	4.419.227,42	4.023.571,67
Outros Ativos		53.779,55	53.779,55
Investimentos		13.772,40	13.772,40
Investimentos		13.772,40	13.772,40
Intangível	NOTA 08	158.434.255,78	164.246.118,13
Imobilizado da Concessão - Terrenos		147.400,00	147.400,00
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações Operacionais		348.783.794,56	329.008.209,40
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações de Escritório		3.879.724,59	3.902.660,54
Imobilizado da Concessão - Equipamentos para Processamento de Dados		8.281.454,16	6.583.621,80
Imobilizado da Concessão - Veículos		-	150.309,00
Imobilizado da Concessão - Pesquisa e Desenvolvimento		221.720,61	221.720,61
Imobilizado da Concessão em Andamento		10.068.235,82	15.348.336,62
(-) Amortização Acumulada		(212.948.073,96)	(191.116.139,84)
TOTAL DO ATIVO		352.866.430,33	431.636.480,67

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 e 31/12/2016
Em Reais

PASSIVO

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2017	31/12/2016
Passivo Circulante		127.992.519,89	167.199.547,40
Fornecedores		67.406.518,16	49.831.871,68
Empréstimos e Financiamentos	NOTA 09	17.775.984,38	4.607.783,51
Provisão trabalhista e encargos sociais a pagar	NOTA 10	3.910.345,70	3.722.022,71
Impostos a pagar		4.024.277,77	5.192.074,08
Imposto de renda e contribuição social a pagar	NOTA 15	7.615.722,67	37.464.652,85
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	NOTA 15	16.177.592,14	59.240.958,38
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	NOTA 13	7.029.675,33	944.559,89
Outros passivos		4.052.403,74	6.195.624,30
Passivo Não Circulante		49.055.561,21	80.130.179,71
Empréstimos e Financiamentos		48.262.234,08	50.701.680,59
Provisão para Contingências	NOTA 10	793.327,13	1.067.827,45
Arbitragem internacional AES/YPF	NOTA 16	-	28.360.671,67
Patrimônio Líquido		175.818.349,23	184.306.753,56
Capital Social		81.186.711,84	81.186.711,84
Capital Subscrito e Integralizado		81.186.711,84	81.186.711,84
Reserva de Lucros		46.098.860,99	14.981.722,44
Reserva Legal		16.237.342,37	14.981.722,44
Reserva Estatutária	NOTA 12	29.861.518,62	-
Dividendos à disposição da assembléia		48.532.776,40	88.138.319,28
Dividendos Adicionais Propostos		48.532.776,40	88.138.319,28
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		352.866.430,33	431.636.480,67

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Claudemir Bragagnolo
Diretor Presidente
CPF: 273.532.220-34

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 e 31/12/2016

Em Reais

		31/12/2017	31/12/2016
	NOTA EXPLICATIVA		
Receita Líquida - Venda de Gás e Serviços	NOTA 14	542.105.011,44	599.313.109,40
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	NOTA 18	(385.185.138,11)	(351.024.111,55)
Lucro Bruto	NOTA 18	156.919.873,33	248.288.997,85
Despesas e Receitas Operacionais		(59.724.294,14)	(65.444.995,32)
Despesas Comerciais	NOTA 18	(10.332.831,32)	(13.247.657,39)
Despesas Gerais Administrativas	NOTA 18	(56.560.295,29)	(54.858.053,18)
Outras Despesas e Receitas Operacionais		7.168.832,47	2.660.715,25
Receita de Construção - CPC 17	NOTA 23	17.055.007,32	22.641.692,67
Custos de Construção - CPC 17	NOTA 23	(17.055.007,32)	(22.641.692,67)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		97.195.579,19	182.844.002,53
Receitas Financeiras	NOTA 19	15.482.903,80	14.188.035,32
Despesas Financeiras	NOTA 19	(7.274.752,52)	(4.803.619,76)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		105.403.730,47	192.228.418,09
Imposto de Renda	NOTA 15	(23.543.308,66)	(44.477.856,74)
Contribuição Social	NOTA 15	(9.042.432,41)	(16.971.644,86)
Lucro Líquido do Exercício		72.817.989,40	130.778.916,49
Lucro por ação de Capital Social		3,38	6,07

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES FINDOS EM 31/12/2017 e 31/12/2016

Em Reais

		31/12/2017	31/12/2016
	EXPLICATIVA		
Lucro líquido do exercício		72.817.989,40	130.778.916,49
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total	NOTA 2	72.817.989,40	130.778.916,49
Atribuível ao sócio Estado do Rio Grande do Sul		37.137.174,59	66.697.247,41
Atribuível ao sócio Petrobrás		35.680.814,81	64.081.669,08

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Claudemir Bragagnolo
Diretor Presidente
CPF: 273.532.220-34

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31/12/2017 e 31/12/2016

Em Reais

EVENTOS	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS			LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESTUTÁRIA	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		81.186.711,84	8.442.776,61		44.792.277,94	0,00	134.421.766,39
Dividendos adicionais aprovados					(44.792.277,94)		(44.792.277,94)
Lucro Líquido do exercício						130.778.916,49	130.778.916,49
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Constituição da Reserva Legal			6.538.945,83			(6.538.945,83)	-
Dividendos Obrigatórios						(29.379.439,76)	(29.379.439,76)
Dividendo Adicional sujeito a aprovação					88.138.319,28	(88.138.319,28)	-
Juros sobre o Capital Próprio					88.138.319,28	(6.722.211,62)	(6.722.211,62)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		81.186.711,84	14.981.722,44		88.138.319,28	-0,00	184.306.753,56
Dividendos adicionais aprovados					(88.138.319,28)		(88.138.319,28)
Reserva estatutária	Nota 12			29.861.518,62			29.861.518,62
Lucro líquido do exercício						72.817.989,40	72.817.989,40
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	Nota 12		1.255.619,93			(1.255.619,93)	-
Dividendos Obrigatórios	Nota 13					(16.177.592,14)	(16.177.592,14)
Dividendo Adicional sujeito a aprovação	Nota 13				48.532.776,40	(48.532.776,40)	-
Juros sobre o Capital Próprio	Nota 13					(6.852.000,93)	(6.852.000,93)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		81.186.711,84	16.237.342,37	29.861.518,62	48.532.776,40	(0,00)	175.818.349,23

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Claudemir Bragagnolo
Diretor Presidente
CPF: 273.532.220-34

Alex Donizetes da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 e 31/12/2016

Em Reais

	31/12/2017	31/12/2016
1 - Receitas		
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços	690.519.982,89	761.926.421,13
1.2. Devoluções de venda	(2.052.449,22)	(2.000.587,63)
1.3. Outras receitas operacionais	8.383.269,75	2.675.423,05
1.4. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(185.543,69)	(2.204.133,64)
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
2.1. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	448.232.813,05	413.804.563,18
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	34.995.018,76	33.389.073,86
3 - Retenções		
3.1. Amortizações	23.366.325,06	19.268.844,27
4 - Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	190.071.102,86	293.934.641,60
5 - Valor adicionado recebido em transferência		
5.1. Receitas financeiras	15.482.903,80	14.188.035,32
6 - Valor adicionado total a distribuir	205.554.006,66	308.122.676,92
7 - Distribuição do valor adicionado	205.554.006,66	308.122.676,92
7.1. Pessoal		
Remuneração direta	25.135.645,72	26.484.311,50
Benefícios	7.718.443,62	7.548.276,17
FGTS	1.511.692,36	1.476.761,46
7.2. Impostos, taxas e contribuições		
Federais	61.233.911,23	96.344.028,67
Estaduais	28.715.087,86	38.999.607,60
Municipais	52.754,15	51.989,49
7.3. Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	6.455.731,78	4.603.608,99
Aluguéis	1.912.750,54	1.835.176,55
7.4. Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o Capital Próprio	6.852.000,93	6.722.211,62
Dividendos Mínimo Obrigatório	16.177.592,14	29.379.439,76
Dividendos Adicionais Propostos	48.532.776,40	88.138.319,28
Constituição da Reserva Legal	1.255.619,93	6.538.945,83

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Claudemir Bragagnolo
Diretor Presidente
CPF: 273.532.220-34

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Em Reais

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	72.817.989,40	130.778.916,49
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:	23.551.868,75	21.472.977,92
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	185.543,69	2.204.133,65
Amortização	23.366.325,06	19.268.844,27
Lucro líquido do exercício ajustado	96.369.858,15	152.251.894,41
Ativos operacionais - (aumento) redução e passivos operacionais - (redução) aumento	(52.784.180,09)	(5.910.747,25)
Aumento de contas a receber de clientes e outras	(5.445.490,12)	(4.661.993,27)
Aumento de estoques	(640.104,79)	(335.895,98)
Aumento de outros ativos	(11.198.325,95)	(8.146.040,70)
Aumento (redução) de fornecedores	17.574.646,48	(35.314.266,61)
Aumento outros passivos	13.148.058,73	70.862.123,81
Imposto de renda e contribuição social pagos	(62.214.007,56)	(24.359.527,71)
Juros pagos	(6.455.731,78)	(4.603.608,99)
Juros recebidos	2.446.774,90	648.462,19
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	43.585.678,06	146.341.147,15
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Intangível	(18.765.327,11)	(23.581.208,72)
Baixa de intangível	1.210.864,40	148.604,05
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(17.554.462,71)	(23.432.604,67)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(117.517.759,04)	(29.861.518,63)
Juros sobre o Capital Próprio	(6.852.000,93)	(6.722.211,62)
Recebimento/Amortizações de Empréstimo	10.728.754,36	16.198.568,37
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(113.641.005,61)	(20.385.161,88)
Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(87.609.790,26)	102.523.380,60
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	163.843.279,78	61.319.899,18
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	76.233.489,52	163.843.279,78

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Claudemir Bragagnolo
Diretor Presidente
CPF: 273.532.220-34

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS

CNPJ Nº 72.300.122/0001-04

NIRE: 43.300.033.104

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1) Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade de economia mista (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul por prazo de 50 (cinquenta) anos conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás natural e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso do gás natural e seus subprodutos e derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, cogeração, veicular, comercial, residencial e termoeletrico.

2) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com os CPC's exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos, referentes às políticas contábeis adotadas, apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa
- Nota 8 - Intangíveis
- Nota 16 - Provisões para contingências

c. Demonstração do resultado abrangente

Na demonstração do resultado abrangente não há valores a serem expostos sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao abrangente total.

3) Resumo das principais políticas contábeis

a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

• Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

• Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso é obrigatório o registro das receitas e custos de construção.

A Sulgás não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem a melhor proposta para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural apresenta-se integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão para a Sulgás.

Assim, em virtude do descrito acima, a Companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.



d. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

f. Instrumentos Financeiros Não Derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata junto à instituição emitente, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativos financeiros de concessão e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando identificados consumidores inadimplentes ou com pedido de falência e concordata. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores nessa situação, sendo o fornecimento de gás interrompido se necessário.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações especiais e outras contas a pagar.

Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

g. Instrumentos Financeiros Derivativos

A companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios findos de 2017 e 2016.

h. Intangível

A Sulgás possui Contrato de Concessão com o Estado do Rio Grande do Sul com prazo de 50 anos a contar de 19/04/1994. O contrato prevê que todos os bens da Companhia (Concessionária) serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato, sendo que o Concedente indenizará a Companhia sobre os investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão (atualizados monetariamente).

i. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

A partir de 31/12/2017, a Companhia passou a registrar Estoque de Gás Natural, conforme nota 7.

j. Benefícios a Empregados

A empresa apresenta uma série de benefícios aos empregados, bem como plano de contribuição definida conforme explicado na nota 11.

l. Investimentos

Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

m. Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base nas alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 15.

n. Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos com devedores duvidosos, bem como provisões para imposto de renda/contribuição social e contingências são constituídas por valores considerados suficientes pela Administração. A liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente.

o. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, aplicável às companhias abertas. Para as companhias de capital fechado, como é o caso da Sulgás, representam informação financeira adicional.

4) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Algumas normas ou alterações de normas e interpretações, aplicáveis às operações da Companhia, serão efetivadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não adotou estas normas antecipadamente.

a) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 04 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 48 – Instrumentos Financeiros, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida para demonstrações contábeis de acordo com as IFRS's. A avaliação preliminar da Administração da Companhia não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

b) IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) – Receitas, CPC 17 (IAS 11) – Contratos de Construção, e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) – Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 04 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida para demonstrações contábeis de acordo com as IFRS's. A avaliação preliminar da Administração da Companhia não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

5) Caixas e Equivalentes de Caixas

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	31.045,04	3.953,50
Banco Conta Movimento	284.303,26	501.135,06
Aplicações Financeiras	75.918.141,22	163.338.191,22
TOTAL	76.233.489,52	163.843.279,78

As aplicações financeiras foram realizadas no mercado de renda fixa (CDI) com taxa anual de aproximadamente 9,98%.

6) Contas a Receber de Clientes e PDD

a) Contas e Receber de Clientes

	31/12/2017	31/12/2016
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.	9.523.861,60	11.090.204,86
BRASKEM S.A.	9.257.423,86	4.803.197,68
CMPC - Celulose Riograndense LTDA.	6.474.520,82	7.567.018,92
RAIZEN Combustíveis S.A.	4.278.743,41	88.360,16
IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A.	1.687.451,55	1.733.100,76
GERDAU Aços Especiais S.A.	1.352.097,83	1.438.067,12
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil	1.319.694,02	850.606,09
PETROBRAS Distribuidora S.A.	1.229.600,39	1.166.342,25
SOLAE do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos LTDA.	1.029.126,26	1.296.563,06
TP Industrial de Pneus do Brasil LTDA.	1.018.838,77	2.899.976,44
GERDAU Aços Longos S.A.	688.334,43	447.174,69
Outros	18.657.906,48	17.691.497,27
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.547.823,69)	(4.362.280,00)
TOTAL	51.969.775,73	46.709.829,30

Confissão de Dívida

	31/12/2017	31/12/2016
Confissão de Dívida de Curto Prazo	2.700.271,50	2.700.271,50
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.700.271,50)	(2.700.271,50)
TOTAL	0,00	0,00

TOTAL do Contas a Receber

51.969.775,73	46.709.829,30
----------------------	----------------------

Detalhe - Clientes

	31/12/2017	31/12/2016
Vencidas até 30 dias	9.594.286,43	10.695.439,62
De 31 a 60 dias	4.243.523,54	186.083,96
De 61 a 90 dias	35.800,15	51.681,94
Mais de 90 dias	7.300.880,58	6.817.031,26
Clientes Vencidos	21.174.490,70	17.750.236,78
A Vencer até 30 dias	35.714.746,41	32.577.061,60
De 31 a 60 dias	1.600.219,57	2.618.609,60
De 61 a 90 dias	33.666,37	7.163,34
Mais de 90 dias	694.747,87	819.309,48
Clientes a Vencer	38.043.380,22	36.022.144,02
Total de Clientes Vencidos e a Vencer	59.217.870,92	53.772.380,80

O valor de R\$ 28.360.671 registrado à conta específica no Ativo Não Circulante em 31/12/2016 que se refere às operações de importação/faturamento do gás do segmento termoeletrico entre as empresas YPF S/A e AES Uruguiana Empreendimentos S/A, realizadas até o ano de 2008. Este valor encontrava-se registrado também à conta específica do Passivo Não Circulante em 31/12/2016, pois aguardava decisão judicial de litigio entre as duas empresas sobre os valores das transações que se encontravam sob arbitragem internacional. Em 2017 ocorreu acordo entre as partes e ambos os valores registrados no Ativo e no Passivo foram baixados.

b) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosos - PECLD

PECLD em 31/12/2016	7.062.551,50
Incremento no ano	185.543,69
PECLD em 31/03/2017	7.248.095,19

São computados na formação da PDD títulos em atraso, sob protesto ou cobrança judicial. O montante de R\$ 7.248.095,19 é considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas no recebimento de créditos.

7) Estoques

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2017	31/12/2016
Estoque de Gás	296.262,97	-
Materiais de Manutenção	3.367.775,48	3.384.370,77
Materiais de Conversão	1.690.157,23	1.412.023,02
Outros Materiais	82.302,90	-
Total dos Estoques	5.436.498,58	4.796.393,79

A partir de 31/12/2017 a Companhia passou a registrar Estoque de Gás.

8) Ativos intangíveis

Os valores reconhecidos no Intangível, como o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, são constituídos pelos custos relativos à construção de infraestrutura para a prestação de serviços de distribuição de gás.

Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem está disponível para uso.

A amortização foi calculada com base na vida-útil dos ativos em conformidade com o contrato de concessão e reconhecida no resultado do exercício.

Contas	Taxa Anual de Amortização	31/12/2017	31/12/2016
Terrenos	-	147.400,00	147.400,00
Gasoduto Gás Natural - Uruguiana	10%	2.658.860,96	2.658.860,96
Gasoduto Gás Natural	10%	331.307.016,81	311.784.896,01
Máquinas e Equipamentos Técnicos	10%	2.479.493,83	2.786.141,78
Materiais e Medidores Realocados	10%	25.500,18	0,00
Ferramentas	20%	149.008,76	63.856,07
Equipamentos de Segurança	10%	559.907,78	407.813,32
Estoque de Cilindros GNV	10%	17.357,97	17.357,97
Cilindros GNV	10%	400.058,25	421.432,71
Sistema Supervisório - Externo	10%	11.103.992,38	10.590.212,05
Sistema Supervisório - Interno	10%	277.638,53	277.638,53
Móveis e Utensílios	10%	1.157.428,83	1.158.837,03
Instalações	10%	1.762.032,66	1.747.382,65
Equipamentos de Escritórios	10%	299.178,03	315.960,78
Equipamentos Telefônicos	10%	580.178,07	599.573,07
Equipamentos Transmissores	20%	15.679,66	15.679,66
Equip. Processamento de Dados	20%	3.498.587,90	3.150.407,47
Software	20%	4.782.866,26	3.433.214,33
Veículos	20%	0,00	150.309,00
Pesquisa e Desenvolvimento	10%	221.720,61	221.720,61
Outros	10%	65.227,34	65.227,34
Imobilizado da Concessão em Andamento - Obras	-	6.017.295,94	10.231.465,67
Imobilizado da Concessão em Andamento - Estoques	-	3.855.898,99	5.116.870,96
(-) Amortização Acumulada		(212.948.073,96)	(191.116.139,84)
Total		158.434.255,78	164.246.118,13

Contas	31/12/2016	Aquisições	Amortizações	Baixas	Transferências	31/12/2017
Terrenos	147.400,00	0,00		-	0,00	147.400,00
Equipamentos e Instalações Operacionais	329.008.209,40	2.077.887,20		(1.631.348,44)	19.524.087,29	348.953.335,27
Equipamentos e Instalações de Escritório	3.902.660,53	32.330,00		(55.265,95)	0,00	3.879.724,59
Equipamentos para Processamento de Dados	6.583.621,80	1.138.857,84		(21.167,60)	580.142,12	8.281.454,16
Veículos	150.309,00	0,00		(150.309,00)	0,00	0,00
Imobilizado da Concessão em Andamento	15.570.057,24	15.516.252,07		(887.164,35)	(20.104.229,41)	10.120.415,72
Total do Custo	355.362.257,97	18.765.327,11		(2.745.255,34)	0,00	371.382.329,74
(-) Amortização Acumulada	(191.116.139,84)	-	(23.366.325,06)	1.534.390,94	-	(212.948.073,96)
Total Geral	164.246.118,13	18.765.327,11	(23.366.325,06)	(1.210.864,40)	-	158.434.255,78

9) Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de Gás Natural	63.509.093,87	42.758.147,22
Fornecedores de Frete de Gás Natural	1.023.289,63	953.697,51
Fornecedores de Materiais e Serviços Gasoduto	417.560,57	4.230.836,73
Fornecedores de Outros Materiais	515.916,52	363.200,04
Fornecedores de Serviços	1.940.657,57	1.525.990,18
	67.406.518,16	49.831.871,68

Detalhe - Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
A Vencer até 30 dias	50.568.006,12	34.937.123,47
De 31 a 60 dias	16.838.512,04	14.894.748,21
De 61 a 90 dias	-	-
Mais de 90 dias	-	-
Fornecedores a Vencer	67.406.518,16	49.831.871,68

O valor de R\$ 28.360.671 registrado à conta específica no Passivo Não Circulante em 31/12/2016 que se refere às operações de importação/faturamento do gás do segmento termoeletrico entre as empresas YPF S/A e AES Uruguiana Empreendimentos S/A, realizadas até o ano de 2008. Este valor encontrava-se registrado também à conta específica do Ativo Não Circulante em 31/12/2016, pois aguardava decisão judicial de litígio entre as duas empresas sobre os valores das transações que se encontravam sob arbitragem internacional. Em 2017 ocorreu acordo entre as partes e ambos os valores registrados no Ativo e no Passivo foram baixados.

10) Financiamentos

A Companhia firmou contrato junto ao BNDES para o financiamento de 50% do portfólio de investimentos previstos para o quinquênio 2014-2018, às taxas SELIC + 2,48% ao ano (50% do valor previsto) e TJLP + 2,48% ao ano (50% do valor previsto). A data de assinatura do contrato foi 20 de abril de 2015 no valor total previsto de R\$ 138,2 milhões. No dia 26 de novembro de 2015 ocorreu o primeiro ingresso no valor de R\$ 38,8 milhões, referente a 50% dos investimentos financiáveis realizados pela Companhia no último quadrimestre de 2013, todo o ano de 2014 e os primeiros sete meses de 2015. No ano de 2016 houve ingressos de valores nos meses de abril, julho e outubro, totalizando R\$ 15,5 milhões, referentes a 50% dos investimentos financiáveis realizados pela Companhia no período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 2017 os ingressos ocorreram nos meses de fevereiro, junho, setembro e dezembro, totalizando R\$ 17,7 milhões, referentes a 50% dos investimentos financiáveis realizados pela companhia de agosto de 2016 a novembro de 2017. No mês de dezembro ocorreu o primeiro ingresso no valor de R\$ 369,3 mil, referente aos projetos sociais realizados pela companhia até o mês de novembro de 2017. Os depósitos foram realizados no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. O financiamento teve seu prazo de carência encerrado em junho de 2017, com pagamentos trimestrais de juros ocorridos nos dias quinze dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. Houve a abertura de uma conta garantia no valor de R\$ 3,5 milhões também junto ao Banrisul. A partir do mês de julho de 2017 os pagamentos passaram a ocorrer mensalmente, nos dias quinze de cada mês, dando início à amortização do principal que deverá ocorrer até dezembro de 2021. Os saldos em 31 de dezembro de 2017 referentes aos financiamentos são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
BNDES I - TJLP	33.330.638,37	27.863.285,09
BNDES II - SELIC	32.344.426,68	27.446.179,01
BNDES III - TJLP Projetos Sociais	363.153,41	-
	66.038.218,46	55.309.464,10

O saldo da conta garantia em 31 de dezembro de 2017 é o seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações Financeiras LP	4.419.227,42	4.023.571,67

11) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Além da remuneração e demais vantagens previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, como por exemplo, periculosidade e horas extras, a Companhia oferece um conjunto de benefícios de curto prazo formalizados em acordo coletivo. São eles: Participação nos Lucros, Planos de Saúde e Odontológicos, Plano de Previdência complementar, Auxílio Creche, Auxílio Ensino Fundamental, Auxílio Educação, Auxílio Atividade Física, Vale Rancho, Vale Alimentação/Refeição, Vale Natal, Seguro de Vida, Auxílio Funeral, Auxílio ao Filho Excepcional, Auxílio Instrutor de Treinamento, Auxílio Despesa de Transferência, Complemento Auxílio Doença, Reembolso Anestesia. Tais benefícios quando ocorrem são reconhecidos no resultado seguindo o princípio de competência de acordo com o valor apurado ou por estimativas confiáveis.

Planos de contribuição definida

O Plano SulgasPrev é um plano de benefícios previdenciários, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (art. 1º do Regulamento do SulgasPrev):

I - Quanto aos Participantes:

- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda Proporcional Diferida;
- Renda de Aposentadoria por Invalidez;
- Abono Anual.

II - Quanto aos Beneficiários:

- Renda de Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

Participação nos Lucros ou Resultados

A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados, conforme disposto na lei n.º 10.101/2000 e na política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, ocorreu em acordo coletivo com os empregados e suas entidades sindicais, num montante de R\$ 3.007.979,99 (três milhões, sete mil, novecentos e setenta e nove reais com noventa e nove centavos) relativo ao exercício findo em 2017, sendo que foram pagos em adiantamento R\$ 1.372.703,81 (um milhão, trezentos e setenta e dois mil, setecentos e três reais com oitenta e um centavos) em dezembro de 2017, assim restando R\$ 1.635.276,18 (um milhão, seiscentos e trinta e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais com dezoito centavos) a serem pagos em 2018.

12) Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 81.186.711,84, representado por 21.562.644 ações ordinárias, todas de classe única sem valor nominal.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Capital Social
GASPETRO	10.565.696	49%	39.781.488,80
GOV. DO ESTADO DO RS	10.996.948	51%	41.405.223,04
	21.562.644	100%	81.186.711,84

b) Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto da Companhia, até o limite de 20% do capital social. Em 31/12/2016 o saldo acumulado da Reserva era de R\$ 14.981.722,44. Em 31/12/2017 a Reserva Legal atingiu seu limite ao chegar no valor de R\$ 16.237.342,37.

c) Reserva estatutária

Constituída para cumprimento da cláusula n.º 18.17 do Contrato de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissão Privada e Outros Pactos, celebrado entre Sulgás e BNDES em 20 de abril de 2015. O saldo da Reserva Estatutária em 31/12/2017 é de R\$ 29.861.518,62.

d) Lucro por Ação

O Lucro por ação (R\$ por ação) da Companhia em 2017 e 2016 foram os seguintes:

	2017	2016
Lucro Líquido	72.817.989,40	130.778.916,49
Quantidade de ações ordinárias	21.562.644	21.562.644
Lucro líquido básico diluído por ação ordinária	3,38	6,07

13) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

a) Dividendos

O artigo 30 do Estatuto da Companhia garante aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em termos da lei em cada exercício.

	31/12/2017 VALORES (R\$)	31/12/2016 VALORES (R\$)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	72.817.989,40	130.778.916,49
RESERVA LEGAL	(1.255.619,93)	(6.538.945,83)
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(6.852.000,93)	(6.722.211,62)
TOTAL DOS DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	64.710.368,54	117.517.759,04
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GOV. ESTADO RS (25%)	8.250.571,99	14.983.514,28
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GASPETRO (25%)	7.927.020,15	14.395.925,48
DIVIDENDO ADICIONAIS PROPOSTOS GOV. ESTADO RS	24.751.715,97	44.950.542,83
DIVIDENDO ADICIONAIS PROPOSTOS GASPETRO	23.781.060,44	43.187.776,45
TOTAL	64.710.368,54	117.517.759,04

b) Juros Sobre o Capital Próprio

Em 31/12/2017, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio, apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor bruto de R\$ 6.852.000,92 e distribuído conforme quadro abaixo:

JSCP por Acionista	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido
Estado Rio Grande do Sul	3.494.520,48	-	3.494.520,48
Petrobrás Gás S/A	3.357.480,45	503.622,07	2.853.858,38
TOTAL	6.852.000,92	503.622,07	6.348.378,86

O pagamento dos Juros sobre Capital Próprio gerou uma economia tributária de R\$ 2.329.680,32 para a Companhia.

14) Receita

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA DE VENDAS DE GÁS	690.519.982,89	761.926.421,13
RECEITA DE GÁS RESIDENCIAL	14.254.904,69	11.926.071,27
RECEITA DE GÁS COMERCIAL	24.868.245,37	22.779.650,80
RECEITA DE GÁS INDUSTRIAL	482.571.843,97	551.696.987,90
RECEITA DE GÁS COGERAÇÃO	65.558.559,33	69.070.694,55
RECEITA DE GÁS VEICULAR	94.369.501,58	95.905.223,34
RECEITA DE GÁS CLIMATIZAÇÃO	628.308,61	916.880,04
RECEITA DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO	8.268.619,34	9.630.913,23
(-) DEDUÇÕES SOBRE RECEITA	148.414.971,45	162.613.311,73
DEVOLUÇÕES DE VENDA	2.052.449,22	2.000.587,63
PIS SOBRE VENDA DE GÁS	11.317.637,16	12.508.111,70
COFINS SOBRE VENDA DE GÁS	52.129.721,57	57.613.120,66
ICMS SOBRE VENDA DE GÁS	82.711.437,79	90.267.817,98
ISS SOBRE SERVIÇO	203.725,71	223.673,76
RECEITA LÍQUIDA	542.105.011,44	599.313.109,40

15) Impostos e Contribuições Sociais

Conforme quadros abaixo, a companhia registra Impostos e Contribuições a compensar e a recolher. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

a) Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

Ativo Circulante	31/12/2017	31/12/2016
ICMS a Compensar	903.701,49	935.131,28
Imposto de Renda e Contribuição Social	44.451,90	34.136,47
PIS/COFINS a Compensar	721.115,43	650.318,86
TOTAL	1.669.268,82	1.619.586,61

Ativo Não Circulante	31/12/2017	31/12/2016
ICMS a compensar	823.991,42	1.229.330,57
PIS/COFINS a compensar	6.066.455,57	5.049.381,10
IR/CSLL Diferidos	2.734.083,59	2.764.328,83
TOTAL	9.624.530,58	9.043.040,50

b) Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes dos impostos	105.403.730,47	192.228.418,09
	105.403.730,47	192.228.418,09
Adições:		
Provisões trabalhistas	128.170,63	0,00
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	279.495,54	2.204.133,65
Participação dos administradores	83.653,98	157.013,86
Incentivos estaduais e federais	1.106.395,10	2.098.287,40
Outras despesas não dedutíveis	813.346,70	814.723,70
Total das adições	2.411.061,95	5.274.158,61
Exclusões:		
Reversão de provisões	496.622,80	407.206,97
Juros sobre capital próprio	6.852.000,93	6.722.211,62
Outras receitas dedutíveis	0,00	2.399,67
Total das exclusões	7.348.623,73	7.131.818,26
Base de cálculo da CSLL e IRPJ:	100.466.168,69	190.370.758,44
Cálculo da Contribuição Social		
Alíquota de 9%	9.034.426,32	17.133.368,26
CSLL diferida sobre provisões	8.006,09	(161.723,40)
Contribuição social do exercício	9.042.432,41	16.971.644,86
Cálculo do Imposto de Renda		
Alíquota de 15%	15.069.925,30	28.555.613,77
Adicional de 10% (menos parcela isenta de R\$ 240.000,00)	10.022.616,87	19.013.075,84
Incentivos federais aproveitados no exercício	(1.571.472,66)	(2.641.601,20)
IR diferido sobre provisões	22.239,15	(449.231,67)
Imposto de renda do exercício	23.543.308,66	44.477.856,74
Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	30,92%	31,97%

c) Impostos e Contribuições Sociais a Recolher

Passivo Circulante	31/12/2017	31/12/2016
ICMS	490.685,39	954.968,62
COFINS	1.283.127,12	1.968.499,88
PIS	277.316,88	422.905,84
IRPJ e CSLL	7.615.722,67	37.464.652,85
Outras Obrigações	1.973.148,38	1.845.699,74
TOTAL	11.640.000,44	42.656.726,93

d) Impostos e Contribuições Diferidos Ativos (Não Circulante)

IRPJ e CSLL Diferido sobre:	31/12/2017	31/12/2016
Provisão Devedores Duvidosos	7.248.095,19	7.062.551,50
Provisões Cíveis e Trabalhistas	793.327,13	1.067.827,45
Base de Cálculo	8.041.422,32	8.130.378,95
Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL)	2.734.083,59	2.764.328,83

16) Provisões para Contingências

A provisão para contingências foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, datado de 31/12/2017, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda).

O termo provável em relação a possível indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação, como por exemplo: a tendência jurisprudencial dos tribunais ou a tese já apreciada em tribunais superiores para questões que envolvam matéria de direito, e a produção ou a facilidade de se dispor de provas (documental, testemunhal - principalmente em questões trabalhistas - ou periciais) para questões que envolvam matéria de fato. Os processos considerados como provável perda são provisionados no passivo.

Por sua vez, se o prognóstico for possível perda, esta pode acontecer; todavia, esse prognóstico não foi, necessariamente, fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação. Ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo. Os processos classificados como de possível perda não são provisionados, mas tem seus totais mencionados nesta nota explicativa.

Por fim, a perda classificada como remota, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas. Os processos avaliados como de remota perda não são provisionados e nem destacados em nota explicativa.

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Processos com Possível Perda (Não Provisionados)	6.965.088,43	3.360.123,62	10.325.212,05
Processos com Provável Perda (Provisionados)	14.277,67	779.049,46	793.327,13
TOTAL	6.979.366,10	4.139.173,08	11.118.539,18

Dentre as causas classificadas como possíveis (não provisionadas) está o processo cível de valor relevante movido pela empresa Qualysolda RS Engenharia Ltda. contra a Companhia. O valor da causa atualmente está em R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

A provisão é revisada e formada com base na evolução dos processos que são classificados como provável perda:

	Saldo Final 31/12/2016	Reversões 31/12/2017	Adições 31/12/2017	Saldo Final 31/12/2017
Provisões Trabalhistas	656.135,02	(5.256,19)	128.170,63	779.049,46
Provisões Cíveis	411.692,43	(397.414,76)	-	14.277,67
TOTAL	1.067.827,45	(402.670,95)	-	793.327,13

17) Transações com partes relacionadas

a) A Companhia mantém operações comerciais de compra e venda de gás natural com o Grupo Petrobras S/A.:

Composição dos Saldos	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante		
Contas a Receber BR Distribuidora	1.229.600,39	1.166.342,25
Contas a Receber Petrobras	9.523.861,60	11.090.204,86
Ativo Não Circulante		
Ship or Pay Petrobras	26.841.244,79	4.264.337,75
Take or Pay Petrobras	16.550.083,25	182.422,05
Passivo Circulante		
Fornecedor de Gás - Petrobras	63.660.842,21	42.761.610,72
Pessoal Cedido Petrobras	862.037,05	-

Composição dos Saldos	31/12/2017	31/12/2016
Receitas com partes relacionadas		
BR Distribuidora S/A	25.008.669,36	20.025.089,52
Petrobras S/A	107.833.976,34	95.577.520,91
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A	437.446.308,26	398.561.515,39

b) Remuneração e benefícios – Diretores e Conselhos de Administração e Fiscal:

	31/12/2017	31/12/2016
Administradores	380.392,19	414.875,44
Conselho de Administração	166.656,00	163.786,75
Conselho Fiscal	74.994,84	65.370,91
Total	622.043,03	644.033,10

18) Despesas por Natureza

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/12/2017	31/12/2016
Compra de Gás e demais insumos	(352.250.095,81)	(320.847.525,21)
Custos de Operação e Manutenção da Rede	(10.527.332,76)	(11.780.233,48)
Amortização Operacional	(22.407.709,54)	(18.396.352,86)
Amortização Administrativa	(958.615,52)	(872.491,41)
Despesas com Materiais e Serviços	(24.860.466,13)	(25.995.578,70)
Despesas com Pessoal	(39.586.741,50)	(40.319.961,67)
Despesas Tributárias	(1.487.303,46)	(917.678,79)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	7.168.832,47	2.660.715,25
Total	(444.909.432,25)	(416.469.106,87)

	31/12/2017	31/12/2016
Classificadas como:		
Custo dos Produtos Vendidos	(385.185.138,11)	(351.024.111,55)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(56.716.314,15)	(59.737.217,32)
Participação nos Lucros ou Resultados	(3.007.979,99)	(5.707.778,00)
Total	(444.909.432,25)	(416.469.106,87)

19) Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia apresenta a seguinte composição:

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Financeiras		
Aplicações Financeiras	11.687.895,50	13.092.720,05
Descontos Obtidos	257.597,44	182.921,95
Juros Recebidos	2.446.774,90	648.462,19
Multa Contratual	654.965,97	228.991,25
Variação Monetárias Ativa	435.669,99	34.939,88
Total	15.482.903,80	14.188.035,32

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Financeiras		
Descontos Concedidos	(108.571,83)	(62.467,87)
Despesas Bancárias	(90.513,35)	(93.533,92)
Juros Pagos	(346.401,63)	(2.976,80)
Juros sobre Empréstimos	(6.109.330,15)	(4.600.632,19)
Multa por Atraso de Pagamento	(88.249,21)	(4.750,45)
Variação Monetária Passiva	(531.686,35)	(39.258,53)
Total	(7.274.752,52)	(4.803.619,76)

20) Seguros

A companhia possui a cobertura pelos principais seguros:

SEGURADORA	TIPO DE SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
Gente Seguradora	Patrimonial	até maio/2018	R\$ 3.957,91
Ace Seguradora	Responsabilidade Civil	até agosto/2018	R\$ 40.342,20

Há também seguros prediais que estão vinculados aos contratos de locação dos imóveis, bem como seguros automotivo decorrentes do IPVA.

21) Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

O Take or Pay é cláusula contratual que estabelece a regra de que o agente (Sulgás na condição de cliente) está obrigado a consumir determinado volume de gás junto ao fornecedor Petrobras, sendo que, se consumir volume inferior ao contratado, deverá pagar penalidade que poderá ser recuperada, sendo que foi registrado até 31/12/2017 o valor R\$ 16.550.083,25. O Ship or Pay é cláusula contratual de transporte de gás natural, segundo a qual a concessionária para quem está sendo feito o serviço está obrigada a pagar pelo transporte, mesmo no caso do gás não ser transportado. Até 31/12/2017 foi registrado o valor de R\$ 26.841.244,79.

22) Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito:** Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Sulgás.

O risco com clientes é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes sólida. O gerenciamento das contas a receber é realizado através da identificação dos recebimentos, detectando possibilidades de inadimplência e suspendendo o fornecimento de gás caso ela ocorra, e implementando políticas específicas de cobrança atreladas a garantias reais, sempre que possível.

- **Risco de mercado:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.

- **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A Sulgás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha, além da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos.

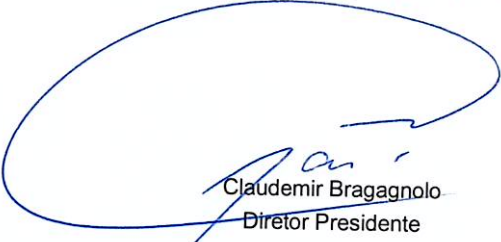
23) Receitas e Custos de Construção

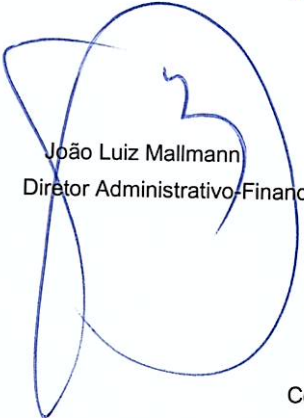
Conforme preceitua o CPC 17, bem como a ICPC 01 e a OCPC 05 a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção:

	31/12/2017	30/09/2016
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	17.055.007,32	22.641.692,67
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	17.055.007,32	22.641.692,67
MARGEM	0	0

24) Eventos Subsequentes

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – Sulgás, avaliou os eventos subsequentes até 06 de fevereiro de 2018, que é a data da autorização de conclusão das demonstrações contábeis pela Diretoria da empresa, não evidenciando fato subsequente que afetasse as Demonstrações Contábeis de 31/12/2017.


Claudemir Bragagnolo
Diretor Presidente


João Luiz Mallmann
Diretor Administrativo-Financeiro


Sandro Rogério Furtado
Diretor Técnico-Comercial


Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077

**Companhia de Processamento de
Dados do Estado do RS
PROCERGS**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>93.961.354,10</u>	<u>101.402.011,06</u>
<u>DISPONIBILIDADES</u>	4.a	<u>13.282.804,50</u>	<u>7.243.398,26</u>
BANCOS E APLICAÇÃO FINANCEIRA (SIAC)		13.282.804,50	7.243.398,26
<u>CRÉDITOS</u>		<u>74.377.891,61</u>	<u>83.439.435,82</u>
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.b	68.623.795,90	75.424.269,02
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	4.c	(266.035,42)	(238.125,68)
CRÉDITOS DE PESSOAL	4.d	2.192.793,69	1.735.090,63
OUTROS CRÉDITOS	4.e	3.827.337,44	6.518.201,85
<u>ESTOQUES</u>		<u>5.433.187,05</u>	<u>9.602.673,04</u>
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	4.f	26.559,97	18.042,81
MATERIAIS INDIRETOS	4.f	556.562,07	582.393,42
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	4.g	4.850.065,01	9.002.236,81
 <u>DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE</u>		 <u>867.470,94</u>	 <u>1.116.503,94</u>
 <u>NÃO CIRCULANTE</u>		 <u>75.647.416,50</u>	 <u>65.485.106,27</u>
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>		<u>19.786.067,14</u>	<u>8.418.672,49</u>
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS/JUDICIAIS	4.h	19.786.067,14	8.418.672,49
<u>INVESTIMENTOS</u>	4.i	<u>151.388,40</u>	<u>151.388,40</u>
<u>IMOBILIZADO</u>	4.j e 5	<u>12.710.308,10</u>	<u>14.620.915,94</u>
<u>INTANGÍVEL</u>	4.k e 6	<u>8.105.885,92</u>	<u>9.352.083,73</u>
<u>BENS DE TERCEIROS</u>	4.l	<u>34.893.766,94</u>	<u>32.942.045,71</u>
 <u>TOTAL DO ATIVO</u>		 <u>169.608.770,60</u>	 <u>166.887.117,33</u>

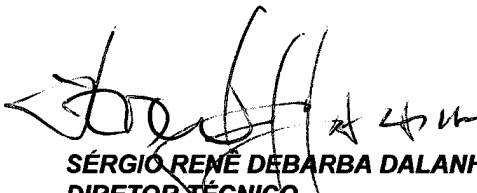
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em reais)

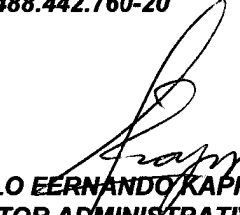
<u>PASSIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>Explicativa</u>		
<u>CIRCULANTE</u>		<u>64.036.655,01</u>	<u>65.260.084,06</u>
FORNECEDORES		16.140.596,85	19.132.636,05
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		16.448.528,30	15.472.491,24
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS		8.858.866,04	8.503.871,02
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS		16.787.729,25	16.062.292,45
OBRIGAÇÕES COM CLIENTES		54.907,57	0,00
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	8.b	4.331.837,81	4.727.149,66
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.o	1.414.189,19	1.361.643,64
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>60.733.691,80</u>	<u>54.499.034,97</u>
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	8.b	25.839.924,86	21.556.989,26
BENS DE TERCEIROS	4.i	34.893.766,94	32.942.045,71
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>		<u>124.770.346,81</u>	<u>119.759.119,03</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
<u>CAPITAL SOCIAL</u>		<u>115.319.287,84</u>	<u>105.319.287,84</u>
CAPITAL SUBSCRITO	7.a	115.319.287,84	105.319.287,84
<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>		<u>7.863,68</u>	<u>7.863,68</u>
C.M. DO CAPITAL REALIZADO		7.863,68	7.863,68
<u>PREJUÍZO ACUMULADO</u>	7.b	<u>(70.488.727,73)</u>	<u>(58.199.153,22)</u>
<u>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>44.838.423,79</u>	<u>47.127.998,30</u>
<u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>169.608.770,60</u>	<u>166.887.117,33</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


ANTONIO RAMOS GOMES
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 148.333.790-15


DEBORAH PILLA VILLELA
DIRETORA-VICE-PRESIDENTE
CPF 488.442.760-20


SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15


PAULO FERNANDO KAPP
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 122.596.590-04


ANDRÉA ALVES RIBEIRO
CONTADORA CRC-RS 76.011
CPF 658.564.810-20

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em reais)

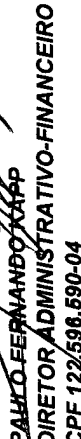
PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVA C.M. DO CAPITAL	7.863,68	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA		
SALDO EM 31.12.2015	105.009.999,92			-	-	(33.364.271,54)	71.653.592,06
AUMENTO DE CAPITAL	309.287,92	-		-	-	-	309.287,92
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-		-	-	(641.963,58)	(641.963,58)
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-		-	-	(24.192.918,10)	(24.192.918,10)
COMPENSAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:							
- RESERVA LEGAL	-	-		-	-	-	-
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-		-	-	-	-
- RESERVA ESPECIAL	-	-		-	-	-	-
SALDO EM 31.12.2016	105.319.287,84	7.863,68		0,00	0,00	(58.199.153,22)	47.127.998,30
AUMENTO DE CAPITAL	10.000.000,00	-		-	-	-	10.000.000,00
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-		-	-	(6.705.457,13)	(6.705.457,13)
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-		-	-	(5.584.117,38)	(5.584.117,38)
COMPENSAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:							
- RESERVA LEGAL	-	-		-	-	-	-
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-		-	-	-	-
- RESERVA ESPECIAL	-	-		-	-	-	-
SALDO EM 31.12.2017	115.319.287,84	7.863,68		0,00	0,00	(70.488.727,73)	44.838.423,79

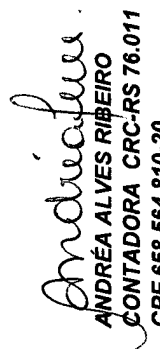
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


ANTONIO RAMOS GOMES
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 148.333.790-15


SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15


DEBORAH PILLA VILLELA
DIRETORA-VICE-PRESIDENTE
CPF 488.442.760-20


PAULO FERNANDO KAPP
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 122.598.590-04


ANDRÉA ALVES RIBEIRO
CONTADORA CRC-RS 76.011
CPF 658.564.810-20

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

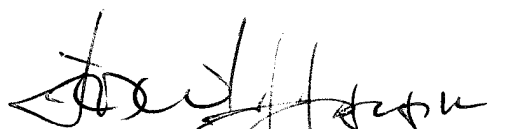
(Valores expressos em reais)

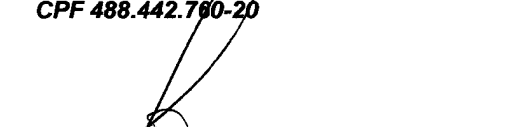
	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.p	301.563.638,06	281.002.312,02
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	4.p	(38.352.147,83)	(34.717.862,34)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		263.211.490,23	246.284.449,68
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(209.607.523,09)	(205.963.432,41)
LUCRO BRUTO		53.603.967,14	40.321.017,27
<u>DESPESAS OPERACIONAIS</u>		<u>(60.304.317,85)</u>	<u>(68.005.198,96)</u>
DESPESAS COM VENDAS		(6.189.497,33)	(6.315.630,26)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		(61.911.528,54)	(64.760.700,61)
DESPESAS FINANCEIRAS		(443.952,80)	(955.502,11)
RECEITAS FINANCEIRAS	4.b	8.240.660,82	4.026.634,02
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		1.132.664,32	3.489.906,23
PREJUÍZO OPERACIONAL		(5.567.686,39)	(24.194.275,46)
OUTRAS RECEITAS		10.908,95	2.200,73
OUTRAS DESPESAS		(27.339,94)	(843,37)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO			
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(5.584.117,38)	(24.192.918,10)
IMPOSTO DE RENDA		-	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.p	(5.584.117,38)	(24.192.918,10)
Prejuízo por lote de mil ações		10,65	55,95

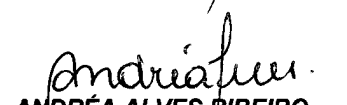
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


ANTONIO RAMOS GOMES
 DIRETOR-PRESIDENTE
 CPF 148.333.790-15


DEBORAH PILLA VILLELA
 DIRETORA-VICE-PRESIDENTE
 CPF 488.442.760-20


SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHÓ
 DIRETOR TÉCNICO
 CPF 344.564.570-15


PAULO FERNANDO KAPP
 DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
 CPF 122.596.590-04


ANDRÉA ALVES RIBEIRO
 CONTADORA CRC-RS 76.011
 CPF 658.564.810-20

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
 PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Valores expressos em reais)

1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS

	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(5.584.117,38)	(24.192.918,10)
AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:			
DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO		10.116.441,59	13.937.548,09
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS		4.500.000,00	4.514.527,77
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	4.q	133.781,24	4.805,49
REVERSÃO PROVISÃO CONTINGÊNCIAS CÍVEIS		(217.064,40)	(60.687,55)
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		(6.705.457,13)	(641.963,58)
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO		2.243.583,92	(6.438.687,88)
VARIAÇÕES DO ATIVO			
AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS		(11.367.394,65)	(5.061.160,35)
REDUÇÃO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		249.033,00	(132.142,67)
REDUÇÃO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.q	6.694.601,62	15.256.154,25
REDUÇÃO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER		2.233.161,35	(3.631.086,09)
REDUÇÃO DOS ESTOQUES		4.169.485,99	46.020,83
VARIAÇÕES DO PASSIVO			
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS		1.067.225,27	1.152.289,08
AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE		256.016,41	634.296,86
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR		65.752,10	70.365,62
AUMENTO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS		720.020,65	2.654.892,33
AUMENTO OBRIGAÇÕES COM CLIENTES		54.907,57	-
REDUÇÃO DE FORNECEDORES		(2.992.039,20)	2.267.235,14
REDUÇÃO CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS		(395.311,85)	(1.765.025,34)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.999.042,18	5.053.151,78

2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS		27.339,94	843,37
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	4.q	(4.223.317,12)	(874.751,58)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS		(2.763.658,76)	(3.611.811,07)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(6.959.635,94)	(4.485.719,28)

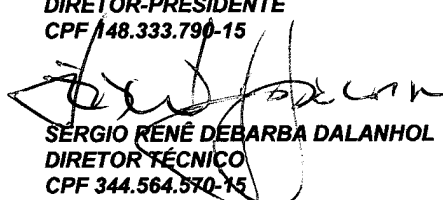
3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	4.q	10.000.000,00	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		10.000.000,00	0,00
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		6.039.406,24	567.432,50

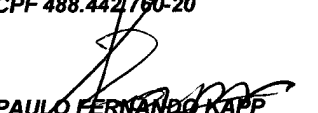
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>VARIACÃO</u>
BANCOS	6.540.834,24	867.156,24	5.673.678,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (SIAC)	6.741.970,26	6.376.242,02	365.728,24
	13.282.804,50	7.243.398,26	6.039.406,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


ANTONIO RAMOS GOMES
 DIRETOR-PRESIDENTE
 CPF 148.333.790-15


SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL
 DIRETOR TÉCNICO
 CPF 344.564.570-15


DEBORAH PILLA VILLELA
 DIRETORA-VICE-PRESIDENTE
 CPF 488.442.760-20


PAULO FERNANDO KAPP
 DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
 CPF 122.596.590-04


ANDRÉA ALVES RIBEIRO
 CONTADORA CRC-RS 76.011
 CPF 658.564.810-20

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
 PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores em Reais)

1. Contexto Operacional

A PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre, Coordenadorias Regionais nas cidades de Alegrete, Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Santo Ângelo e Santa Maria. Suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secundariamente, atua ainda, na prestação de serviços de informática e assessoramento técnico a órgãos da administração pública de outras esferas de governo e entidades privadas, serviços estes, que representam 2% da receita total da Companhia.

2. Regime Tributário

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, Lei n.º 6.404 de 15/12/1976 e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em Reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Art. 176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, alterado pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória n.º 449/2008, de 12 de dezembro de 2008 e pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como as Resoluções CFC n.º 1.255/2009 e 1.285/2010).

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

(a) Disponibilidades

São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Com referência aos saldos remanescentes em contas correntes nas instituições Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, aplicados por iniciativa das instituições, trata-se de conta corrente remunerada e por não ser necessário qualquer ação/intervenção da Companhia para aplicação ou resgate desses valores, os mesmos permaneceram como “Depósitos Bancários a Vista” e não transferidos para o grupo “Título de Aplicações Financeiras”.

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber no encerramento do exercício tem a seguinte composição:

Créditos em Aberto	Por Tipo de Mercado	Soma
Vencidos até 2014		266.068,62
- Administração Indireta	130.817,25	
- Outros Mercados	9.968,12	
- Outros Poderes	125.283,25	
Vencidos em 2015		1.309.378,20
- Administração Indireta	1.241.405,16	
- Outros Mercados	17.469,45	
- Outros Poderes	50.503,59	
Vencidos em 2016		1.953.263,31
- Administração Direta - Vencidos à partir de 09/2016	1.613.399,84	
- Administração Indireta	177.712,67	
- Outros Mercados	140.946,44	
- Outros Poderes	21.204,36	
Vencidos em 2017		14.072.936,55
- Administração Direta	10.805.624,60	
- Administração Indireta	2.830.657,83	
- Outros Mercados	166.017,07	
- Outros Poderes	270.637,05	
Vincendos		27.993.323,44
- Administração Direta	13.454.485,82	
- Administração Indireta	12.265.460,22	
- Outros Mercados	261.216,31	
- Outros Poderes	2.012.161,09	
Termo de Acordo de Dívida		23.028.825,78
- Administração Direta	23.028.825,78	
TOTAL		68.623.795,90

Em 28 de dezembro de 2017, foi firmado o “Termo de Transação de Dívida Entre o Estado do Rio Grande do Sul e PROCERGS”, decorrente de contratos de prestação de serviços de processamento de dados com o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, suas Fundações e suas Autarquias, com exceção do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS).

Pelo presente instrumento o ESTADO e a PROCERGS transacionam no valor devido relativamente aos serviços vencidos até 31 de agosto de 2016, consolidando um débito total de R\$35.699.760,81, instruídos nos termos do expediente administrativo eletrônico - PROA de nº 16/1489-0006566-2, conforme discriminado no quadro abaixo:

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

	Valor
Valor histórico	29.972.941,14
Atualização monetária até 31 de agosto de 2016	4.690.465,42
Subtotal	34.663.406,56
Atualização monetária de 01/09/2016 a 28/12/2017	1.036.354,25
TOTAL	35.699.760,81

Para fazer frente às obrigações da Companhia, foi recebido ao longo do exercício de 2017 o valor de R\$12.670.935,03. Foram apropriados tais valores como amortização extraordinária do presente ajuste.

O saldo de R\$23.028.825,78 será adimplido em doze parcelas mensais iguais e consecutivas sempre até o dia vinte de cada mês, atualizada mensalmente pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em referência ao índice relativo ao mês anterior.

O valor total de R\$5.726.819,67 referente às atualizações monetárias do presente termo foi apropriado no resultado do exercício no grupo "Receitas Financeiras", considerando a data de vencimento de cada fatura até a data da assinatura do referido termo, como previsto nos contratos de prestação de serviços com os órgãos.

(c) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que a PROCERGS não seja controladora, controlada, coligada ou interligada. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

(d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

(e) Outros Créditos

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar, impostos a compensar e outros créditos, tais como: bloqueio judicial, reembolso de funcionários cedidos e plano de saúde de responsabilidade dos funcionários descontado em folha de pagamento.

(f) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação foi realizada pelo custo médio de aquisição de cada item, inferior, portanto aos valores do mercado.

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

(g) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo

Os custos diferidos não necessariamente referem-se aos apropriados dentro de uma determinada competência, podendo estar compostos por valores já reconhecidos em outros exercícios. Nos exercícios de 2015 e 2016 ficaram diferidos os valores de R\$9.023.765,66 e R\$9.002.236,81 respectivamente, referentes aos custos que não haviam receitas reconhecidas no momento. Em 2017 o valor do custo diferido para exercícios seguintes foi de R\$4.850.065,01, que serão levados a resultado na proporcionalidade do reconhecimento da receita.

Na Demonstração do Resultado do exercício de 2017, o valor total do Custo dos Serviços Prestados é de R\$209.607.523,09 que se referem a todas as despesas incorridas para a elaboração dos serviços. Objetivando atender o princípio da competência, em 2017 foi acrescentado ao diferimento o valor de R\$8.588.417,81, referente a antigos e novos projetos, e levado a resultado, pela realização da receita, o valor de R\$12.740.589,61, devidamente apropriado ao Custo dos Serviços Prestados no exercício. Restou o valor de R\$4.850.065,01 a ser levado a resultado em exercícios futuros, quando ocorrerem os respectivos faturamentos.

Estoque Serviços Prestados Diferidos em Exercícios Anteriores		9.002.236,81
Valor Diferido em 2017 (Projetos Novos)	6.377.500,94	
Valor Diferido em 2017 (Projetos Antigos)	2.210.916,87	
Total dos Valores Diferidos em 2017		8.588.417,81
Apropriação como Custo (Exercícios Anteriores – Projetos Antigos)	(9.230.038,59)	
Apropriação como Custo (Exercício Atual – Projetos Novos)	(3.510.551,02)	
Total Apropriado como Custo		(12.740.589,61)
Valor Diferido para Exercícios Futuros		4.850.065,01

(h) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas e são apresentados pelo valor atualizado monetariamente, utilizando-se os índices de poupança (TR + juros de 0,5% a.m.) da data do depósito até o encerramento do exercício. Para estas ações, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(i) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebras – Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

(j) Imobilizado

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

(k) Intangível

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os bens registrados na conta de Software estão devidamente amortizados, calculados pelo método das quotas constantes, com base em taxa determinada em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

(l) Bens de Terceiros

São bens recebidos de terceiros, que integram o patrimônio da Companhia para uso em suas atividades, mas que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme processos. Os bens incorporados nesta conta foram enviados, principalmente, pela Secretaria da Fazenda do Estado do RS, para compor o novo Data Center da Companhia. Para efeito de controle, utilizou-se o custo original de aquisição para contabilização no Ativo e Passivo Não Circulante, não sofrendo depreciação.

(m) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Não foram constituídas provisões referentes ao imposto de renda e contribuição social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

(n) Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

Neste grupo estão registrados os bens de terceiros, que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme processos.

(o) Outras Obrigações

Neste item registramos as cauções de contratos recebidos pela Companhia, os valores gastos por funcionários em consignação com entidades financeiras (Barrisul e Caixa Econômica Federal), além de outros valores repassados a terceiros.

(p) Resultado do Exercício

O resultado do exercício é apurado obedecendo ao princípio da competência.

A Receita Operacional Bruta foi de R\$301.563.638,06 apresentando um crescimento nominal de R\$20.561.326,04 (7,32%) em relação ao exercício de 2016. Apesar deste crescimento apresentado, houve uma majoração de tributos incidentes sobre a receita dos serviços prestados pela Companhia, o que elevou em 10,47% as Deduções da Receita Bruta. Essa majoração ocorreu pelo fato de que, a PROCERGS até abril de 2017, usufruía do benefício fiscal de redução de base de cálculo do ICMS, incidente sobre a Prestação de Serviços de Comunicação na modalidade de Acesso à Internet a seus clientes da Administração Indireta, Outros Poderes e Outros Mercados. À partir de maio de 2017, o benefício foi extinto do Decreto 37.699/97 (Regulamento do ICMS) e a base de cálculo que era reduzida em 83,33%, passou a ser calculada sobre os 100% da receita mencionada, elevando o valor dos tributos sobre a Receita Bruta da Companhia.

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

O Prejuízo do Exercício foi de R\$5.584.117,38 demonstrando um decréscimo nominal de R\$18.608.800,72 (76,92%) em relação ao exercício de 2016. Entre os principais fatores que levaram ao resultado apresentado no exercício estão, o aumento da receita operacional, receita financeira (pela atualização monetária do “Termo de Transação de Dívida”), pela inexistência da despesa com o “Programa Especial de Desligamento Incentivado-PEDI” ocorrido em 2016, pela redução do custo de comunicação de dados (canais de dados da OI S/A), e também dos custos de depreciação e amortização e se contrapondo a essas reduções a apropriação como custo de valores diferidos de serviços não faturados anteriormente levados a resultado em 2017.

(q) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 e a Resolução CFC n.º 1.296/2010.

Em 2017, foi realizada uma revisão na apresentação desta demonstração em relação ao exercício de 2016 e feitas as seguintes reclassificações:

Provisão para Devedores Duvidosos: O valor de R\$208,42, baixado de clientes e lançado em perdas em 2016 deveria estar em “Variações do Ativo” no item “Redução de Contas a Receber de Clientes” e não nos “Ajustes para Reconciliação” como constou na publicação anterior. O mesmo está representado pela diferença do valor de R\$4.597,07, apresentado na demonstração publicada e o valor de R\$4.805,49, corrigido nesta demonstração na coluna 2016 e da mesma forma pela diferença entre o valor de R\$15.256.362,67, apresentado na declaração publicada e o valor de R\$15.256.154,25, corrigido nesta demonstração no item “Redução Contas a Receber de clientes”.

Outra divergência apurada nesta declaração no exercício anterior diz respeito a “Integralização de Capital” no item 3 “Atividades de Financiamentos”. O valor de R\$309.287,92 representava um aporte realizado pelo acionista Estado do RS, com a entrega de bens. Portanto este valor não afetou o caixa e equivalente de caixa da Companhia. Face ao exposto estamos alterando a coluna de 2016 neste item, desconsiderando este valor, e da mesma forma desconsiderando como “Compra de Ativos Imobilizados” no item 2 da demonstração “Atividades de Investimentos”, reduzindo o mesmo de R\$1.184.039,50 para R\$874.751,58.

As alterações foram necessárias para adequação da demonstração à norma contábil e em nada modificou o “Aumento de Líquidos de Caixa e Equivalentes de Caixa”, no valor de R\$567.432,50, apresentado naquele exercício.

5. Imobilizado

Discriminação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Depreciação Anual
Terrenos	1.769.907,19	-- x --	1.769.907,19	-- x --
Prédios	11.300.071,26	8.117.312,60	3.182.758,66	4%
Equip. De Produção	86.104.308,60	80.833.030,66	5.271.277,94	40%
Equip. de Apoio	3.500.680,82	3.344.887,59	155.793,23	20%
Instalações/Outros	11.205.451,87	9.054.661,61	2.150.790,26	17% * (1)
Benf. Prédios Terc.	983.724,24	979.430,90	4.293,34	20%
Imob. em andamento	175.487,48	-- x --	175.487,48	-- x --
TOTAL	115.039.631,46	102.329.323,36	12.710.308,10	

* (1) Taxa Média

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

A Companhia avaliou a possibilidade de um ativo estar com seu valor contábil superior ao seu valor recuperável. A conclusão foi que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo a necessidade de reconhecer perdas por desvalorização.

O custo de depreciação apresentado na demonstração do resultado do exercício, nas rubricas Custos dos Serviços Prestados e Despesas Operacionais, foi de R\$10.116.441,59 advindo dos investimentos realizados com recursos provenientes de aporte de capital em exercícios anteriores. O aporte não gerou acréscimo na receita da Companhia, mas elevou o custo de depreciação nos períodos subsequentes ao investimento.

6. Intangível

Discriminação	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Amortização Anual
Programas de Computador	39.065.919,18	30.968.689,99	8.097.229,19	20%
Direito Uso Telefone	2.911,08	--x--	2.911,08	-- x --
Marcas	5.745,65	--x--	5.745,65	-- x --
TOTAL	39.074.575,91	30.968.689,99	8.105.885,92	

7. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

Em 2017 houve aumento de Capital Social no valor de R\$10.000.000,00 conforme Ata AGE nº 111 de 25/09/2017, integralizado pelo acionista Estado do Rio Grande do Sul. O capital subscrito e totalmente integralizado passou para R\$115.319.287,84, composto de 524.178.240 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	522.007.303	99,59
OI S.A.	ON	1.366.594	0,26
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento	ON	431.557	0,08
IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,07
TOTAL DAS AÇÕES		524.178.240	100,00

O valor patrimonial da ação em 31/12/2017 é de R\$ 0,09

(b) Prejuízo Acumulado

O prejuízo apresentado no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

Prejuízo do Exercício na Demonstração do Resultado	(5.584.117,38)
Ajustes de Exercícios anteriores:	
Ajustes Positivos (N.E. 9)	312.675,38
Ajustes Negativos (N.E. 9)	(7.018.132,51)
Prejuízo Líquido após Ajustes Exercícios Anteriores	(12.289.574,51)
Prejuízo Acumulado até Exercício 2016	(58.199.153,22)
Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido até 2017	(70.488.727,73)

8. Outras informações**(a) Coberturas de Seguros**

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Destaca-se, a seguir, a posição dos seguros mantidos na data de encerramento do exercício social:

Objeto	Modalidade	Valor Segurado
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios (contrato 5091-00)	Incêndio	218.554.900,00
Veículos (contrato 5105-00)	Colisão, incêndio e roubo	*335.000,00
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	16.605.000,00

*O valor segurado corresponde aos 25 veículos que compõe a frota da Companhia tendo como base o valor de mercado referenciado pela tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), utilizando-se o fator de ajuste de 110% (cento e dez por cento) sobre o valor de cotação do veículo na data da liquidação do sinistro. (Cláusula 2.3 do contrato).

(b) Provisões para Contingências

A Companhia discute questões trabalhistas nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir da análise da Administração, em conjunto com a Assessoria Jurídica. O valor provisionado nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda para a Companhia, conforme preconiza a Seção 21 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas para o tratamento a ser dado a contingências passivas.

As ações trabalhistas somam R\$98.734.544,97 sendo que este valor foi apurado após análise das 639 ações existentes contra a Companhia até 31/12/2017, movidas por empregados, ex-empregados e terceiros, onde figuram principalmente:

- **Promoções por Antiguidade:** Pedidos de diferenças salariais, com reflexos, decorrente da não implementação das promoções por antiguidade. O fato gerador originou-se após a Resolução de Diretoria 001 do ano de 1995, que suspendeu as promoções por antiguidade na Companhia. No exercício de 2015 foram retomadas tais promoções, visando cumprir o estabelecido no novo plano de cargos e salários de junho/2014. Este conjunto de ações possui, na sua maioria, sentenças procedentes, sendo que, parte delas, com trânsito em

(c) Plano Complementar de Pecúlio

A Companhia, na qualidade de mantenedora, contribui anualmente com um percentual sobre a folha de pagamento, suficiente para, em conjunto com a contribuição dos beneficiários, assegurar a cobertura do plano de custeio de pecúlio.

9. Ajustes de Exercícios Anteriores

Foram registrados em Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido, os seguintes ajustes:

<u>AJUSTES POSITIVOS:</u>	
• Valor ajuste saldo PASEP e COFINS a recolher	312.675,38
<u>Soma</u>	312.675,38
<u>AJUSTES NEGATIVOS:</u>	
• Valor cancelamento diversas faturas de clientes emissão em exercícios anteriores.....	(577.335,88)
• Valor ajuste diversas faturas de clientes conforme Termo de Transação de Dívida com o Estado do Rio Grande do Sul de 28 de dezembro de 2017, Processo 16/1489-0006566-2.....	(6.320.767,25)
• Valor ajuste créditos PASEP e COFINS a recuperar.....	(120.029,38)
<u>Soma</u>	(7.018.132,51)
VALOR RESIDUAL	(6.705.457,13)



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo determinações legais, Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, art. 163, itens II e VII, estatutárias, Estatuto Social, art. 40º, e tendo acompanhado, através da análise econômica, financeira e fiscal, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício de 2017, entendemos que as citadas demonstrações reproduzem, com fidelidade, a situação patrimonial financeira e fiscal da PROCERGS, naquela data, estando, assim, em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 06 de março de 2018.



Beatriz Gaspar Fagundes



Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro



Elói Antônio de Paula



Indyana Roeder Rodrigues



Gerson Luís Cutruneo

**Companhia Riograndense
de Mineração
CRM**



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Relatório da Diretoria e Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA	5
1.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	6
1.2. CONJUNTURA ECONÔMICA	7
1.3. Desenvolvimento Operacional	9
1.3.1. Produção e Comercialização	9
1.3.2. Produtividade	10
1.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	11
1.5. Investimentos	12
1.6. EMPREENDIMENTOS EM DESENVOLVIMENTO	12
1.6.1. Mina de Candiota	12
1.6.2. Mina do Leão I	12
1.6.3. Mina do Leão II	13
1.6.4. Mina do Iruí	13
1.7. NOVOS EMPREENDIMENTOS	13
1.8. GESTÃO ADMINISTRATIVA	14
1.9. MEIO AMBIENTE	15
1.10. PERSPECTIVAS	16
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016	18
2.1. BALANÇO PATRIMONIAL	19
2.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	21
2.3. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO	22
2.3.1. Demonstração do Fluxos de Caixa	23
2.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2017	24
2.5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	24
2.5.1. Contexto Operacional	24
2.5.1.1 Eventos Subsequentes	25
2.5.1.2 Ajustes de Exercícios Anteriores	25
2.5.1.3 Moeda Funcional	26
2.5.1.4 Reserva de Lucros	26
2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis	26
2.5.2.1. Apuração do Resultado	26
2.5.3. Créditos Tributários: R\$ 48.447 mil (R\$ 42.267 mil em 2016), compondo-se de:	26
2.5.4. Contas a Receber	27
2.5.4.1 Contas a Receber de Clientes:	27
2.5.4.1.1 - 8º Termo Aditivo Contratual – CGTEE	27
2.5.4.2 Demais Contas a Receber: R\$ 665 mil (R\$ 5.133 mil em 2016), compondo-se de:	28
2.5.5. Estoques	28
2.5.6 Despesas do Exercício Seguinte	28
2.5.7. Empréstimos e Depósitos Compulsórios: R\$ 1.755 mil (R\$ 1.474 mil em 2016), tendo como valores mais relevantes:	29
2.5.8. Investimentos	29
2.5.9. Imobilizado e Intangível	29
2.5.10. Demais Contas a Pagar: R\$ 26.342 mil (R\$ 29.126 mil em 2016), compondo-se basicamente de:	32
2.5.11. Empréstimos e Financiamentos	32
2.5.12. Provisão para Contingências	33
2.5.13. Tributos Federais a Recolher: R\$ 16.998 mil (R\$ 19.602 mil em 2016)	33
2.5.13.1 Baixa de ação trabalhista:	34
2.5.13.2 Salários e encargos Sociais	35



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cervão Grúpo Garando Energia e Desempenho Social

2.5.14. Patrimônio Líquido	35
2.5.14.1. Capital Social	35
2.5.14.2. Remuneração do Capital Próprio	35
2.5.14.3. Reserva de Reavaliação	35
2.5.15. Demonstração do Resultado	36
2.5.16. Contribuição Social e o Imposto de Renda	37
2.5.17. Provisão para Impostos Diferido	37
2.5.18. Cobertura de Seguros	37
2.5.19. Plano de Previdência - Contribuição Definida	37
2.5.20. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	38
2.5.21. Estrutura da Demonstração do Resultado	38
2.5.22. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)	38
2.5.23. Reserva de Lucros	39
2.5.24. Apuração de Prejuízos	39

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS

Diretoria

Edivilson Meurer Brum (2)
Ricardo Guimarães Moura (1)
Caio Flavio Quadros dos Santos (3)

Diretor Presidente
Diretor Administrativo
Diretor Técnico

Conselho de Administração

• Membros Titulares

Ricardo Guimarães Moura (1)
Mauri Nunes da Silva (1)
Vanderlân Frank Carvalho (1)
Adão Carlos Oliveira Flores da Cunha (4)
Melissa Guagnini Hoffmann Custódio (4) (10) Presidente
João Jacob Bettoni (5)
Edivilson Muerer Brum (10)

• Membros Suplentes

Artur José de Lemos Junior (1)
Paulo Ricardo Salerno (1)
Romano Matias Guerra (1)
Daniel Lima Kieling (5)

Conselho Fiscal

• Membros Titulares

José Itagoré Pogliã (7)
João Ângelo Miron Neto (7)
Arnaldo Woicichoski (7)
Neusa Kempfer (7)
Sérgio de Medeiros Ilha Moreira (9)

Presidente

• Membros Suplentes

Paulo Marques dos Reis (7)
Rosa Maria Riegel Bertolucci (7)
Leandro Sonne (7)
Rogério Nardeli Kohlrausch (8)
Carlos Roberto Rau (8)



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Caminho Ótimo Garante Energia e Desenvolvimento Social

- (1) Eleição e posse em 03.02.2015
- (2) Eleição e posse em 23.02.2015
- (3) Eleição e posse em 11.03.2015
- (4) Eleição em 22.04.2015 e posse em 29.04.2015
- (5) Eleição em 14.08.2015 e posse em 26.08.2015
- (7) Eleição e posse em 25.04.2016; reeleição 25.04.2017
- (8) Eleição e posse em 25.04.2016; reeleição 25.04.2017
- (9) Eleição em 18.07.2016 e posse em 21.07.2016; reeleição 25.04.2017.
- (10) Eleição e posse em 28.06.2017



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cavalo Gócho Garanhão Energia e Desenvolvimento S.p.A.

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA

at R C en.

1. Relatório da Diretoria

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração – CRM apresenta a seguir as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2017, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período.

1.1. Apresentação da Empresa

A Companhia Riograndense de Mineração – CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, nº 610, em Porto Alegre/RS, com Unidade Mineira em operação durante 2017 no Município de Candiota/RS, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

Missão

Pesquisar, produzir e comercializar carvão e outros minerais, com sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Estado.

Visão

Ser líder na indústria de extração, beneficiamento e comercialização de carvão mineral do Brasil, preservando o ambiente e se destacando como modelo de empresa pública.

Valores

Mais do que uma simples declaração de princípios, os valores listados se revelam pelas atitudes e comportamentos que a CRM adota diante dos desafios que enfrenta ao longo de sua existência.

Os princípios que guiam a CRM são:

- Ética
- Honestidade
- Preservação Ambiental
- Solidariedade
- Transparência
- Qualidade

1.2. Conjuntura Econômica

Após dois anos e com uma lenta recuperação, 2017 deixou a recessão para trás em razão, principalmente, do crescimento do emprego ao longo do ano, do aumento do consumo, baixa inflação, queda na taxa de juro e retomada da produção industrial, trazendo expectativas positivas para o futuro.

Politicamente, o ano foi difícil com o baixo nível de aprovação do Presidente Michel Temer e seus dois processos de *Impeachment*, além de muitos casos de corrupção no governo.

O ano de 2017 também foi marcado por reformas e projetos, como a lei do teto dos gastos e alterações na legislação trabalhista, que terão impacto na economia no decorrer dos próximos anos.

Assim, 2017 apresentou 1% de crescimento no Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, houve um pequeno aumento na atividade econômica e no nível de riqueza do país. A projeção inicial para o período apresentada pelo Banco Central do Brasil era de crescimento de apenas 0,5%. A expectativa é de melhora no crescimento do PIB passando para 2,70% no próximo ano. Porém, o cenário para 2018 será bastante volátil devido às instabilidades no período eleitoral, ao próprio resultado das eleições em outubro, e também à discussão e votação da reforma previdenciária e privatização da Eletrobrás.

Handwritten signature and initials

A taxa média de desocupação em 2017, registrada pelo IBGE¹, foi 12,7%, aumentando em relação ao ano anterior e sendo a maior da série histórica da pesquisa em 2012. Porém, ao longo de 2017 esta taxa foi ainda mais alta, de 13,7% no primeiro trimestre.

A inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulada em 2017, atingiu 2,95%, ficando abaixo da expectativa do Banco Central do Brasil que era de 4,87% para o período. Além disso, o IPCA em 2017 ficou abaixo do limite inferior de tolerância da meta da inflação de 3,00%, definido pela Resolução nº 4.419 do Banco Central do Brasil para 2017. Inflação abaixo do piso da meta nunca aconteceu antes desde a implementação do regime de meta em 1999. Educação, energia, gasolina e planos de saúde subiram muito em 2017, mas pesam pouco no cálculo da inflação. Devido à super safra, alimentos e bebidas, que pesam mais no cálculo, puxaram o índice para baixo. Para 2018 a inflação deve voltar à normalidade, subindo para 3,95%, segundo Relatório Focus.

A expectativa para o dólar em 2017 girava em torno de R\$ 3,48 (três reais e quarenta e oito centavos), e o câmbio acabou fechando o ano em R\$ 3,31 (três reais e trinta e um centavos). Já a projeção para 2018 não indica grande aumento, ficando em R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos).

Em 2017 foi dado início à reforma do setor da mineração através de pacote de três medidas provisórias que objetivavam modernizar o marco regulatório da mineração. Foi aprovada a Medida Provisória nº 789/17 convertida na Lei nº 13.540/17 que alterou o regime da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), mas a alíquota sobre o carvão não foi alterada. Foi aprovada também a Medida Provisória nº 791/17 convertida na Lei nº 13.575/17 que substituiu o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que foi extinto, pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Como a Lei é muito recente e ainda são necessárias várias regulamentações, o DNPM continua atendendo normalmente às demandas da CRM. No entanto, a reforma foi incompleta, pois

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

a Medida Provisória nº 790/17 que alteraria o Código de Mineração não foi votada pelo Congresso Nacional.

Para a CRM o ano de 2017 foi marcado pelas difíceis negociações com a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobrás/CGTEE, principal cliente da CRM, e pela nova e drástica redução da quantidade mínima contratada pela CGTEE de 2.500.000 toneladas para 1.200.000 toneladas por ano. Além disso, o empreendimento que envolveria o carvão produzido pela CRM não participou do Leilão de Energia A-6 ocorrido em dezembro de 2017.

1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

Durante 2017 a CRM operou com a produção da Mina de Candiota programada para o novo mínimo contratual de 100.000,00 toneladas por mês ou 1.200.000,00 toneladas por ano de carvão CE 3.300 no abastecimento do Complexo Termelétrico de Candiota, de propriedade da CGTEE, quantidade muito abaixo da capacidade instalada da mina. Além da quantidade mínima contratada pela CGTEE, a CRM deve entregar até 860.000 toneladas ao ano para liquidação de estoques. O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações financeiras dos últimos cinco exercícios fiscais, são os apresentados nos quadros abaixo:

Valores históricos em reais

DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	Variação % 2017/2016
Receita Bruta Anual	171.671.942	185.169.567	190.461.891	169.914.601	126.699.417	-25,43%
Receita Líquida Anual	162.404.735	168.291.438	178.796.752	160.317.609	101.064.184	-36,96%
Custos dos Prod. Vendidos	111.338.705	114.788.343	123.758.394	111.107.722	87.356.904	-21,38%
Resultado Bruto	51.066.031	53.503.096	55.038.358	49.209.888	13.707.280	-72,15%
Despesas Operacionais	49.278.782	30.233.440	56.495.517	66.210.864	45.533.380	-31,23%
Res. Oper. antes Res. Financ.	1.787.249	23.269.656	-1.457.159	-17.000.976	-12.502.539	26,46%
Resultado Financeiro	-7.636.708	-8.037.025	-16.709.796	-20.741.778	-19.323.561	6,84%
Resultado Operacional	-5.849.459	15.232.631	-18.166.955	-37.742.754	-31.826.100	15,68%
Investimentos	15.747.558	7.780.208	4.140.137	377.954	287.757	-23,86%

Valores em reais de 31/12/2017, com base na variação do IGP-DI/FGV.

DESCRIÇÃO	2013	2014	2014	2016	2017	Variação % 2017/2016
Receita Bruta Anual	210.514.846	218.788.412	203.287.589	169.203.453	126.699.417	-25,12%
Receita Líquida Anual	199.150.819	198.845.940	190.836.919	159.646.627	101.064.184	-36,70%
Custos dos Prod. Vendidos	136.530.467	135.628.978	132.092.280	110.642.699	87.356.904	-21,05%
Resultado Bruto	62.620.353	63.216.961	58.744.639	49.003.928	13.707.280	-72,03%
Despesas Operacionais	60.428.717	35.722.535	60.299.923	65.933.750	45.533.380	-30,94%
Res. Oper. antes Res. Financ.	2.191.636	27.494.427	-1.555.284	-16.929.821	-12.502.539	26,15%
Resultado Financeiro	-9.364.608	-9.496.204	-17.835.034	-20.654.967	-19.323.561	6,45%
Resultado Operacional	-7.172.972	17.998.223	-19.390.317	-37.584.788	-31.826.100	15,32%
Investimentos	19.310.638	9.192.760	4.418.934	376.372	287.757	-23,54%
Produção carvão ROM (t)	3.366.843	3.430.900	3.223.098	2.677.632	1.582.599	-40,90%
Pessoal Próprio	393	480	468	429	407	-5,13%
IGP-DI	531,06	551,15	610,13	653,95	651,21	-0,42%

1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2017 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infraestrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram quase R\$ 287 mil. Os recursos necessários para esses investimentos foram oriundos da própria geração de caixa da CRM.

1.6. Empreendimentos em desenvolvimento

É a seguinte a situação dos principais empreendimentos que a CRM participa:

1.6.1. Mina de Candiota

A Mina de Candiota é vinculada ao abastecimento do Complexo Termelétrico de Candiota, de propriedade da CGTEE, com capacidade instalada de 796 MW e localizado no município de Candiota (RS). A partir de janeiro de 2017, com as negociações com a CGTEE, a quantidade mínima de carvão CE 3.300 contratada por aquela Companhia reduziu de 2.500.000 toneladas por ano para 1.200.000 toneladas, o que representa uma queda de 52% na produção da CRM na Mina de Candiota. Considerando a quantidade mínima contratada até o ano de 2015 (3.300.000 toneladas por ano) a redução foi de quase 64%. Esta redução se deu em razão da descontratação de venda de energia ao Sistema Interligado Nacional das fases A e B da Usina Termelétrica Presidente Médici.

1.6.2. Mina do Leão I

Além dos históricos prejuízos financeiros registrados na Mina do Leão, sua situação é agravada pelo fato da jazida ter uma relação estéril/minério muito elevada, com altos custos e com pouca rentabilidade. Assim, a Diretoria da CRM suspendeu as atividades de mineração de carvão naquela unidade a partir de março de 2016. A decisão foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.



1.6.3. Mina do Leão II

Após a entrega da Mina do Leão II em agosto de 2016, através de Termo de Rescisão Contratual formalizado com a arrendatária Carbonífera Criciúma S/A, foi determinado, na época pela CRM, que fosse realizado um trabalho técnico para verificar os materiais lá existentes, em especial, levando em consideração os bens que haviam sido concedidos à arrendatária quando da realização do Contrato de Arrendamento. O trabalho foi realizado, mas ainda não foi concluído pelo elevado rol de equipamentos a ser verificado, levando em consideração, também, aqueles que já não existem, até em função do tempo que foram utilizados e a respectiva vida útil dos mesmos.

1.6.4. Mina do Iruí

Assim como nos anos anteriores, a CRM durante 2017 continuou efetuando estudos geológicos e tratativas visando a implantação de uma nova unidade mineira para o abastecimento de empreendimentos de geração termoeleétrica e visando projetos para outras utilizações para o carvão, na região do Município de Cachoeira do Sul.

1.7. Novos Empreendimentos

Ouro Negro

Embora a empresa Ouro Negro não tenha participado do Leilão de Energia A-6 realizado em dezembro de 2017, estão mantidas tratativas e ações de apoio e colaboração ao desenvolvimento de novos projetos termelétricos em solo gaúcho, principalmente na jazida de Candiota. Estas tratativas deverão ter seguimento em 2018 visando aumentar a participação do carvão mineral na matriz de geração de energia elétrica nacional.

Vamtec

A CRM mantém negociações com a empresa Vamtec para iniciar estudos e projeto de implantação de mina para fornecimento de carvão para gaseificação e transformação em metanol.

Fe 9/11

1.8. Gestão Administrativa

Com a imposição unilateral da CGTEE em alterar o preço da tonelada do carvão mineral para R\$ 56,94 (cinquenta e seis reais e noventa e quatro centavos) a partir de 1º de janeiro de 2017, a CRM passou a experimentar um insuportável desequilíbrio financeiro, sendo que essa imposição veio acompanhada também da diminuição na quantidade de carvão entregue que era de 208.000 toneladas por mês em 2016 e passou para 100.000 toneladas por mês em 2017, o que piorou ainda mais o resultado da Companhia. Ou seja, a receita bruta mensal de Candiota que girava em torno de R\$ 12,5 milhões em 2016 reduziu para R\$ 8,6 milhões em 2017.

Considerando o Decreto do Governador nº 52.862, que vem sendo prorrogado ano a ano, visando a redução de custos e despesas da Companhia e a recuperação da situação financeira da empresa, a Diretoria da CRM vem realizando desde o início de sua gestão uma série de ações como renegociações e rescisões de contratos, redução do quadro, inclusive com oferecimento de Plano de Demissão Incentivada, controle na realização de horas extras nas três unidades, reavaliação do organograma e do Plano de Cargos e Salários, contratação de estudo sobre pagamento de periculosidade, suspensão das atividades mineiras na Mina do Leão, unidade que historicamente apresenta prejuízo, etc.

A implementação de todas essas ações ainda não foi suficiente ou nem mesmo chegou próxima do ponto de equilíbrio financeiro da empresa e, por isso, a Diretoria passou a negociar com seu acionista maior, o Governo do Estado, um aporte financeiro na forma de aumento de capital. Houve a sensibilização por parte do Governo na medida em que enviou para a Assembleia Legislativa Projeto de Lei para propiciar esse aumento de capital que foi votado e a Lei sancionada pelo Governador ainda no mês de dezembro de 2017.

Atrelado a essas medidas junto ao Governo, a CRM vem tentando negociar com a CGTEE a possibilidade de instituir uma arbitragem que tem a competência para decidir o mérito de vários pleitos da CRM com referência ao contrato. Esses pleitos estão atrelados diretamente às atitudes lesivas e abusivas da CGTEE frente à tamanha redução na compra



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Energia Gerando Energia e Desenvolvimento Social

de carvão e preço, inclusive impondo glosas sobre o faturamento em questões que ainda estavam sendo discutidas administrativamente. Essa situação impõe que a CRM suporte prejuízos irre recuperáveis, já que a empresa mantinha uma capacidade produtiva, por solicitação da própria CGTEE, de até 5.000.000 de toneladas de carvão e, de maneira abrupta, passa a vender apenas 1.200.000 de toneladas ao ano.

Por fim, diante de toda esta situação a empresa encerra o exercício de 2017 com um resultado extremamente negativo, onde somente a gestão interna não se faz suficiente diante dos desafios, ficando na dependência de aporte financeiro de seu acionista maior e também da instalação de uma arbitragem com a CGTEE, no menor espaço de tempo possível para fazer os ajustes necessários.

1.9. Meio Ambiente

No final de 2016 as Licenças de Recuperação Ambiental das Malhas I e II foram indeferidas e a FEPAM exigiu a realização dos PRADs – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas das Malhas I e II, a fim de evitar drenagens de águas ácidas das antigas áreas de mineração. Em 2017 foram elaboradas as especificações técnicas para contratação de empresa especializada na realização dos PRADs e os orçamentos para cumprimento dos mesmos.

Em 2016 foi necessário adequar o processo administrativo para obtenção do licenciamento ambiental da Jazida de Candiota junto à FEPAM. E, em 2017, o processo administrativo foi arquivado, e o EIA-RIMA realizado pela empresa PROFILL não foi aceito pela FEPAM.

Na Mina São Vicente Norte, em Minas do Leão, não houve mineração em 2017, contudo a licença foi renovada por mais 4 anos. Foram mantidos os monitoramentos de qualidade das águas de toda região e também foi realizada a recomposição topográfica de 1 hectare.

R e 9/1 15

No quadro a seguir podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais nos últimos cinco anos nas unidades mineiras da CRM em atividade, em valores acumulados:

Hectares (ha)		2013	2014	2015	2016	2017
MALHAS IV e VII (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	595	623	652	684	702
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	493	501	521	547	560
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	500	514	565	590	614
SÃO VICENTE NORTE (M. Leão)	ÁREA IMPACTADA	42	45	51	54	54
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	16	16	18	26	27
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	13	15	15	15	15

1.10. Perspectivas

A CRM vem envidando todos os esforços junto à CGTEE para que se tenha um entendimento via processo de arbitragem, porém, todos os esforços se mostraram insuficientes até o momento e a CGTEE ainda não se mostrou sensível ao ponto de agilizar este processo. Esperamos que isso aconteça no início do exercício de 2018, pois a arbitragem é fundamental para fazer todos os ajustes ao contrato, de maneira que haja um equilíbrio para as duas partes e, assim, evitar um colapso para ambas companhias.

Um aspecto positivo para o setor carbonífero foi a aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Projeto de Lei nº 191/2017 que cria a Política Estadual do Carvão Mineral e institui o Polo Carboquímico do Rio Grande do Sul nas regiões Sul – Campanha e Baixo Jacuí. Isso deverá atrair projetos para o setor carbonífero e também despertar investidores, com segurança jurídica e respeitando o meio ambiente. A expectativa é de que possa atrair investimentos estimados em R\$ 4,4 bilhões para o Estado.

Um dos principais projetos na área do carvão ligado à CRM, que é o fornecimento de combustível para a Usina Termoelétrica ONE – Ouro Negro, está parado. A empresa não conseguiu investidor para a construção da usina e, por isso, não participou do último Leilão

de Energia. Mesmo com a possível retomada do crescimento que se espera para o ano de 2018, o cenário não aponta para que este projeto se concretize no curto prazo.

A CRM vem negociando com a empresa Vamtec, do Espírito Santo, a possibilidade de parceria para a construção de uma planta de gaseificação de carvão, com tecnologia americana. Essa tecnologia foge totalmente da utilizada até hoje com as térmicas de carvão, com menos emissões de poluentes, sendo totalmente inovadora no país.

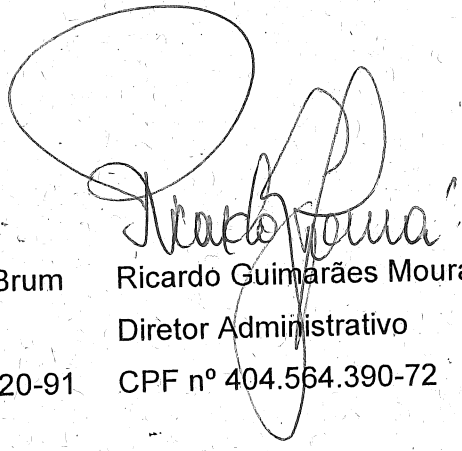
Enfim, 2018 será um ano muito desafiador para a CRM, tendo em vista a inconsistência no atual contrato de fornecimento de carvão para a CGTEE, tendo que obrigatoriamente passar por processo de arbitragem. Também, necessariamente, a Companhia terá que contar com os recursos oriundos do seu acionista maior, o Governo do Estado para que possa buscar um mínimo de equilíbrio, pagando fornecedores em atraso e dar continuidade ao Plano de Demissão Incentivada, necessário para adequar o quadro de pessoal ao novo tamanho da empresa e, assim, diminuir custos fixos com pessoal.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2017


Edivilson Meurer Brum

Diretor Presidente

CPF nº 495.514.420-91


Ricardo Guimarães Moura

Diretor Administrativo

CPF nº 404.564.390-72


Caio Flávio Q. dos Santos

Diretor Técnico

CPF nº 399.304.830-04

2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2017 e 2016



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.1. Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2017	2016
Circulante	141.259	151.579
Disponibilidades nota 2.3.1)	1.939	6.484
Contas a receber de clientes (nota 2.5.4.1)	20.489	29.785
Créditos tributários (nota 2.5.3)	48.447	42.267
Demais contas a receber (nota 2.5.4.2)	665	5.133
Estoques (nota 2.5.5)	11.307	12.194
Despesas do exercício seguinte (2.5.6)	58.412	55.716
Não Circulante	265.716	270.426
Realizável a longo prazo	23.059	20.413
Devedores por aquisição de imóveis	20	20
Empréstimos, depós.compulsórios (nota 2.5.7)	1.755	1.474
Outros valores	21.284	18.919
Investimentos (nota 2.5.8)	104	102
Custo	104	102
Imobilizado (nota 2.5.9)	241.461	248.664
Custo	412.699	412.413
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(129.656)	(121.914)
(-) Provisão para perda	(38.876)	(38.876)
(-) Provisão perda por Impairment	(2.706)	(2.959)
Intangível (nota 2.5.9)	1.092	1.247
Total	406.975	422.005

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cavalo Guecho Garanta Energia e Desenvolvimento Social

Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Passivo	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante	<u>130.607</u>	<u>109.941</u>
Fornecedores	10.913	6.574
Salários e encargos sociais	1.308	1.267
Tributos federais (nota 2.5.13)	3.843	3.836
Tributos estaduais e municipais	131	111
Demais contas a pagar (nota 2.5.10)	26.342	29.126
Juros sobre o capital próprio	87.340	68.381
Dívida com controlada	40	40
Acordos Judiciais a pagar	690	606
Não Circulante	<u>34.945</u>	<u>39.641</u>
Tributos federais (nota 2.5.13)	13.155	15.766
Provisão para contingências (nota 2.5.12)	13.040	14.028
Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.17)	5.278	5.434
Outros créditos	2.987	2.988
Acordos judiciais a pagar	485	1.425
Patrimônio líquido	<u>241.423</u>	<u>272.423</u>
Capital social (nota 2.5.14.1)	251.465	251.465
Reserva de reavaliação (nota 2.5.14.3)	10.316	10.619
Reserva de Lucros (2.5.23)	-	10.339
Prejuízos Acumulados (2.5.24)	(20.358)	-
Total	<u>406.975</u>	<u>422.005</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.2. Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita líquida de vendas (nota 2.5.15.a)	<u>101.064</u>	<u>160.318</u>
(-) Custo dos produtos vendidos	(87.357)	(111.108)
Lucro bruto	<u>13.707</u>	<u>49.210</u>
Despesas / Receitas operacionais	<u>(24.688)</u>	<u>(34.415)</u>
Comerciais	(793)	(1.209)
Gerais e administrativas	(23.242)	(27.411)
Outras despesas	(957)	(101)
Despesas Indedutíveis	(6.212)	(7.393)
Outras receitas (nota 2.5.15 d)	6.516	1.699
Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras	<u>(10.981)</u>	<u>14.795</u>
Resultado financeiro líquido (nota 2.5.15 b)	<u>(20.845)</u>	<u>(31.796)</u>
Resultado antes da contribuição social e do Imposto de renda	<u>(31.826)</u>	<u>(17.001)</u>
Contribuição social (nota 2.5.16)	-	-
Imposto de renda (nota 2.5.16)	-	-
Prejuízo antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>(31.826)</u>	<u>(17.001)</u>
Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.14.2)	12.455	13.656
Participação dos empregados no resultado das operações (nota 2.5.22)	-	-
Prejuízo líquido do exercício	<u>(19.371)</u>	<u>(3.345)</u>
Prejuízo por lote de mil ações do capital social	<u>(1,77)</u>	<u>(0,31)</u>

2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo Líquido do Exercício	(31.826)	(17.001)
Ajustes:		
Depreciações/Exaustões/Amortizações	7.897	7.861
Custo das baixas do ativo imobilizado	-	3
Juros e Variações Monetárias ativas	(1.380)	(2.272)
Juros e Variações Monetárias passivas	7.958	9.894
Provisão Reversão para contingências Cíveis/trabalhistas	272	5.911
Provisão Reversões tributárias e outras	825	(433)
Provisão Juros s/Capital Próprio	12.455	13.656
Reversão Provisão Impairment	(253)	(292)
Lucro líquido ajustado	(4.052)	17.327
Variações no ativo:		
Aumento contas a receber de clientes	9.295	24.033
Aumento estoques	887	(291)
Aumento/redução outras contas	(7.452)	(11.213)
Aumento/Redução créditos tributários	1.778	(6.731)
Variações no passivo:		
Aumento/Redução fornecedores	4.296	(10.553)
Aumento/Redução impostos e contribuições	(1.001)	861
Redução /aumento contribuições sociais a recolher	89	(3.184)
Aumento outras contas a pagar	(2.860)	(1.404)
Transf. de Financiamentos de Longo Prazo para o Circulante	(2.702)	(2.226)
Outras Adições ao exigível a longo prazo	(2.536)	(2.344)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(4.258)	4.275
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	-	-

Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-
Imobilizado	(285)	(376)
Investimento	(2)	(2)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(287)	(378)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(4.545)	3.897
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.484	2.587
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.939	6.484

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.3.1. Demonstração do Fluxos de Caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>Varição</u>
Disponibilidades	<u>1.939</u>	<u>6.484</u>	<u>(4.545)</u>
Caixa	4	26	(22)
Disponibilidades em bancos	1.928	6.451	(4.523)
Aplicações financeiras	7	7	-

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2017

	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Resultado Abrangente	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro 2015	251.465	10.923	27.312	-	460	13.589	289.700
Realização da Reserva de Reavaliação		(460)		460	460	460	
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		156					156
Realização da Reserva de Reavaliação			(2.403)	2.403			
Prejuízo líquido do exercício				(3.345)		(3.345)	(3.345)
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio				(13.656)			(13.656)
Reserva de Lucros							
Compensação de prejuízos			(14.570)	14.570			
Ajustes Exercícios Anteriores				(432)		(432)	(432)
Saldos em 31 de dezembro 2016	251.465	10.619	10.339	-	460	(3.317)	272.423
Realização da Reserva de Reavaliação		(460)		460	460	460	
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		157					157
Realização da Reserva de Reavaliação							
Prejuízo líquido do exercício				(19.371)		(19.371)	(19.371)
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio				(12.455)			(12.455)
Reserva de Lucros							
Compensação de prejuízos			(10.339)	10.339			
Ajustes Exercícios Anteriores				669		669	669
Saldos em 31 de dezembro 2017	251.465	10.316	-	(20.358)	460	(18.242)	241.423

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergidos as normas de contabilidade às normas internacionais de contabilidade.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gráfico Gerando Energia e Desenvolvimento Social

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

A empresa aplica a política de curto prazo em seus clientes e fornecedores. Havendo algum evento diferente da política estabelecida e o efeito sendo considerado relevante em relação às demonstrações contábeis será ajustado pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente vem sendo aplicado em nossos depósitos judiciais, devedores por aquisição de imóveis, parcelamentos em tributos federais e provisões fiscais, trabalhistas, societárias. Base legal Lei nº 12.973/14 e NBC TG 12 e 30.

2.5.1.1 Eventos Subsequentes

A autorização para emissão das demonstrações contábeis ocorreu na reunião de Diretoria realizada em 15/03/2018.

2.5.1.2 Ajustes de Exercícios Anteriores

Devido a imaterialidade do “ajuste” de R\$ 669 mil, as Demonstrações Contábeis não estão sendo reapresentadas conforme NBC TG 23 (R1) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Tal ajustes tem origem em amortização da dívida do REFIS consolidada em 2015, ajustada em Tributos Federais (nota 2.5.13) no valor de R\$ 1068 mil; baixa de ação trabalhista empresa CCS Mineração Recuperação Ambiental no valor de R\$ 171 mil (2.5.13.1); variação monetária passiva na parcela do CFEM (nota 2.5.13) no valor de R\$ (135 mil); repasse UNIMED no valor de R\$ (423 mil) (2.5.13.2) e por fim, outros ajustes que totalizam R\$ (12 mil).

2.5.1.3 Moeda Funcional

A moeda funcional utilizada pela Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

2.5.1.4 Reserva de Lucros

Não houve realização da reserva de lucros no ano de 2017.

2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e à longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.5.3. Créditos Tributários: R\$ 48.447 mil (R\$ 42.267 mil em 2016), compondo-se de:

- a) Impostos Federais Pagos a Maior – R\$ 0 mil (R\$ 6 mil em 2016);
- b) IRRF/CSLL retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 2.828 mil (R\$ 4.789 mil em 2016);
- c) PIS/COFINS retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 41 (R\$ 213 em 2016);



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Corpo Gestor Gerando Energia e Desenvolvimento Social

- d) PIS/COFINS não Cumulativo a restituir – R\$ 22.382 mil (R\$ 12.779 mil em 2016);
- e) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R\$ 1.351 mil (R\$ 8.306 mil em 2016);
- f) IRPJ/CSLL a compensar - R\$ 16.229 mil (R\$ 11.126 mil em 2016);
- g) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R\$ 5.365 mil (R\$4.466 mil em 2016), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE e ocorrer com o imposto diferido;
- h) Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) - R\$ 251 mil (R\$ 582 mil em 2016);

2.5.4 Contas a Receber

2.5.4.1 Contas a Receber de Clientes:

Contas a receber de clientes R\$ 20.489 mil (R\$ 29.785 mil em 2016), tendo como valor mais relevante R\$ 17.109 mil (R\$ 28.472 mil em 2016) que representa saldo devedor no final do exercício da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE.

No montante devido pelo cliente, R\$ 9.535 mil referem-se a glosas nos faturamentos, sendo que essas também estão no escopo da ação movida contra a CGTEE.

2.5.4.1.1 - 8º Termo Aditivo Contratual – CGTEE

Face a assinatura do 10º Termo Aditivo junto a CGTEE, que está sob discussão e solicitação de uma arbitragem judicial, todos créditos oriundos da assinatura do 8º Termo Aditivo, ainda não quitados, foram transferidos para a conta 1.3.1.05.006 no Não Circulante, perfazendo o montante de R\$ 21.284 mil (R\$ 18.930 em 2016)

2.5.4.2 Demais Contas a Receber: R\$ 665 mil (R\$ 5.133 mil em 2016), compondo-se de:

- a) Adiantamentos e Contas Correntes R\$ 160 mil (R\$ 535 mil em 2016);
- b) Aplicações Caixa Único - R\$ 0 mil (R\$ 1.738 mil em 2016);
- c) CGTEE 8º termo aditivo – R\$ 0 mil (R\$ 2.365 mil em 2016)
 *Reclassificação da conta 1.1.5.09.020 -CGTEE 8º termo aditivo circulante para a conta 1.3.1.05.006 – não circulante R\$ 2.365 mil em 2017, em função do 13º acordo – Aditivo Contratual CGTEE X CRM
- d) Outros Valores – R\$ 505 mil (R\$ 495 mil em 2016);

2.5.5. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Carvão	<u>1.592</u>	<u>2.483</u>
Produtos Acabados	-	644
Produtos em Elaboração	1.592	1.839
Almoxarifado	9.715	9.711
Total	<u>11.307</u>	<u>12.194</u>

2.5.6 Despesas do Exercício Seguinte

Despesas do Exercício seguinte R\$ 58.412 mil (R\$ 55.716 mil em 2016), tendo como valor mais relevante R\$ 57.543 mil (R\$ 54.708 mil em 2016) que corresponde ao total de gastos ativados pelo avanço da área de descobertura (retirada das camadas de terra vegetal e estéreis), necessária para a efetiva extração do minério de carvão e que ainda não foi efetivada.

2.5.7. Empréstimos e Depósitos Compulsórios: R\$ 1.755 mil (R\$ 1.474 mil em 2016), tendo como valores mais relevantes:

- a) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R\$ 717 mil (R\$ 717 mil em 2016);
- b) Depósitos Trabalhistas – R\$ 843 mil (R\$ 617 mil em 2016);
- c) Garantia em Juízo – R\$ 195 mil (R\$ 135 mil em 2016).

2.5.8. Investimentos

O valor total de **R\$ 104 mil** corresponde a: **R\$ 58 mil** em ações da subsidiária integral, **Companhia Operadora de Mineração - COM**, R\$ 23 mil em ações e quotas noutras empresas, R\$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição.

2.5.9. Imobilizado e Intangível

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, observando o limite de cômputo direto no resultado conforme Lei nº 12.973/14 (art. 15), IN RFB nº 1.515/14 (art. 64) e NBC TG 27 (R3).

Com base no ano de 2016, foi identificado novos prazos de vida útil em alguns bens produtivos, conforme laudo emitido por técnico habilitado da Companhia, que irá gerar um aumento na despesa de depreciação, atendendo a lei 12.973/14, IN RFB nº 162/98 e 130-99 e NBCTG 27(R3).

a) Provisão para Perda

A Provisão para Perda com “Ajuste a Valor de Mercado”, no valor de **R\$ 38.876 mil** constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Corporação de Capital Fechado
Código de Regulação de Energia e Desenvolvimento Social

que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Provisão Perda por Impairment

Ao final de cada exercício a Companhia realiza análise da capacidade de recuperação (teste de impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens.

De acordo com a Lei n.º 6.404/76, Lei 12.973/14, NBC TG (R3) 01 e 32 e deliberação CVM 527/07º, mantendo coerência com os critérios anteriormente adotados, o teste demonstrou que o valor do ativo da unidade de Mina do Leão poderá não ser recuperável, sendo assim a Cia mensurou o montante dessa perda no valor de **R\$ 2.706 mil.**

C) Reclassificação de ativos

Em decorrência de rescisão contratual referente ao arrendamento da Mina do Leão II, foram reclassificados, no ano de 2016, **R\$ 170.427 mil** para o ativo imobilizado da Cia. Tem sido muito difícil a perfeita avaliação dos bens deixados pela arrendatária após sua saída, mas a CRM tem trabalhado para o completo e correto levantamento do patrimônio dessa mina.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Energia e Desenvolvimento Social

Demonstrativo do Investimento/Imobilizado/Intangível:

ITENS	SALDO EM 2016	ADIÇÕES	BAIXAS	DEPREC./ EXAUSTÃO	SALDO EM 2017	Taxas de depreciação anual em %
Investimentos	102	2	0	0	104	0
Subtotal	102	2	0	0	104	0
Terrenos e Terras	1.872	0	0	0	1.872	0
Terrenos e Terras-Reaval.	5.651	0	0	0	5.651	0
Prédios de Uso/Residenciais	12.388	101	0	0	12.489	0,03 a 6,81
Prédios de Uso/Resid-Reaval.	3.701	0	0	0	3.701	0,03 a 6,81
Equip.de Produção	114.666	54	0	0	114.720	0,06 a 100,00
Equip.de Produção-Reaval.	17.000	0	0	0	17.000	2,23
Equip.de Manutenção	2.827	64	0	0	2.891	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	11.799	0	0	0	11.799	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	1.136	21	0	0	1.157	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	7.946	28	0	0	7.974	0,27 a 45,99
Instalações	18.174	0	0	0	18.174	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	478	0	0	0	478	3,71 a 100,00
Jazidas e Horto Florestais	11.043	0	0	0	11.043	0,19 a 2,50
Deprec./Exaustão Acumulada	(121.914)	0	0	(7.741)	(129.655)	0
Imobilização em Andam.	196.286	17	0	0	196.303	0
Bens Patrim. s/Operação	7.446	0	0	0	7.446	0
Ajustes a Valor de Mercado	(38.876)	0	0	0	(38.876)	0
Provisão Perda Impairment	(2.959)	332	(79)	0	(2.706)	0
Subtotal	248.664	617	(79)	(7.741)	241.461	
Intangível-Proj.Ampl.Candiota	2.182	0	0	0	2.182	0
Amortiz.Acumulada	(935)	0	0	(155)	(1.090)	
Subtotal	1.247	0	0	(155)	1.092	
Total do Imobil.+Intangível	249.911	617	(79)	(7.896)	242.553	
Total	250.013	619	(79)	(7.896)	242.657	

Foi transferido para melhor classificação contábil para a conta do Ativo Intangível o gasto com o projeto de ampliação da Mina de Candiota, que até o ano de 2011 encontrava-se em Bens em Formação, passando a ser amortizado no prazo de 14 (catorze) anos.

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Grúteo Garantia Energia e Desenvolvimento Social

existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, será realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.

2.5.10. Demais Contas a Pagar: R\$ 26.342 mil (R\$ 29.126 mil em 2016), compondo-se basicamente de:

- a) Outras e contas a pagar - R\$ 438 mil (R\$ 180 mil em 2016);
- b) Encargos sociais a pagar – R\$ 0 mil (R\$ 1.326 mil em 2016);
- c) Retenções de empregados a recolher - R\$ 3.625 mil (R\$ 374 mil em 2016);
- d) Provisões para encargos sociais - R\$ 4.946 mil (R\$ 5.055 mil em 2016);
- e) Adiantamento de clientes - R\$ 17.230 mil (R\$ 22.114 mil em 2016);
- f) Termos de convênios – R\$ 47 mil (R\$ 26 mil em 2016);
- g) Retenções contratuais – R\$ 52 mil (R\$ 51 mil em 2016).
- h) Honorários e serviços terceiros – R\$ 4 mil (R\$ 0 mil em 2016).

2.5.11. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Selic, quando captados no mercado interno, e pela variação de moedas estrangeiras, quando originários de captação externa.

2.5.12. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas julgadas prováveis que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações.

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais (ativo), relacionados a contingências:

Ações	<u>Provisões</u>		<u>Depósitos Judiciais</u>	
	2017	2016	2017	2016
	Passivo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
Trabalhistas	12.613	13.759	843	617
Fiscais	0	0	0	4
Cíveis	427	269	0	0
	13.040	14.028	843	621
Total	13.040	14.028	843	621

Quanto ao processo nº 11.080.006.710/2004-59 referente ao pagamento do lucro inflacionário acumulado em 31/12/1995, cuja provisão em 2015 era de R\$ 1.388 mil, a contingência fiscal se realizou no decorrer do ano de 2016, cujo valor foi consolidado e parcelado junto à SRF.

2.5.13. Tributos Federais a Recolher: R\$ 16.998 mil (R\$ 19.602 mil em 2016)

Deste total, R\$ 13.842 mil (R\$ 16.057 mil em 2016) refere-se a parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da lei n.º 11.941/09 relativo à IRPJ inscrito em dívida ativa. Ressalvamos que no saldo



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Qualidade Energia e Desenvolvimento Social

de 13.842 mil não foi abatido a parcela mensal no valor de R\$ 99 mil, referente a amortização do parcelamento, uma vez que a quitação dá-se no último dia do mês.

Considerando os benefícios obtidos pelo parcelamento administrativo do debito fiscal federal (conforme instituído pelo REFIS da Lei 11.941/09), e alcançados pela REINCLUSÃO por força da decisão favorável (em 2º grau), proferida no julgamento do recurso de apelação interposto no Mandado de Segurança nº 5048981-80.2011.404.7100 – RS, o saldo devedor da presente dívida fiscal (consolidação concluída em 18/11/2015).

No corrente ano, por conta de pedidos de compensação, a Secretaria da Receita Federal acatou e compensou no valor do REFIS a quantia de R\$ 1.068 mil provenientes de créditos de PIS e COFINS.

A Companhia possui quatro parcelamentos de IRPJ que totalizam em **R\$ 83 mil** (R\$ 83 mil em 2016).

Três parcelamentos oriundos de uma fiscalização de ofício, por parte do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, do período de 2008 a 2014. São eles os processos de cobrança: 910.323/2015, 910.324/2015 e 910.325/2015, totalizando **R\$ 809 mil** (R\$ 880 em 2016).

Dois parcelamentos consolidados em 2016, processo nº 11080.006.710/2004-59, no valor de **R\$ 983 mil** (R\$ 1.146 mil em 2016); e o processo nº 11080.924.253/2016-10, no valor de **R\$ 224 mil** (R\$ 259 mil em 2016), ambos parcelado em 60 vezes.

Saldo da compensação financeira Lei 7.990/89 – CFEM de **R\$ 406 mil** (R\$ 577 mil em 2017).

Por fim, demais tributos **R\$ 750 mil** (R\$ 600 mil em 2016).

2.5.13.1 Baixa de ação trabalhista:

O valor de R\$ 171 mil foi baixado da conta de fornecedores face a ação trabalhista que empregados da CCS Mineração Recuperação Ambiental lograrem êxito e a despesa haver sido lançada no ano de 2016.

Handwritten signatures and initials

2.5.13.2 Salários e encargos Sociais

Transferido o valor de R\$ 423 mil, para resultado por falta de provisão no ano de 2016 referente repasse do plano de saúde UNIMED.

2.5.14. Patrimônio Líquido

2.5.14.1. Capital Social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ **251.465 mil** (R\$ 251.465 mil em 2016, representado por 10.896.426 ações ordinárias (10.896.426 ações ordinárias em 2015), todas nominativas e sem valor nominal.

O capital autorizado é de R\$ 418.593 mil (R\$ 418.593 em 2016)

2.5.14.2. Remuneração do Capital Próprio

A Companhia efetuou no exercício o cálculo de juros sobre o capital próprio, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 9.249/95, no valor de **R\$ 12.455 mil**. O montante de juros sobre o capital próprio foi creditado aos acionistas e contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, foi realizada a reversão dos juros sobre o capital próprio na Demonstração de Resultado, e apresentado como distribuição de lucros nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

2.5.14.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gáuche Gerando Energia e Desenvolvimento Social

pode ser mantido até a sua efetiva realização. As reavaliações da Companhia ocorreram em 2004, em terrenos e terras; e em prédios de uso e residenciais no montante de R\$ 9.196 mil; no ano de 2005 foram reavaliados equipamentos de produção no montante de R\$ 17.000 mil. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva no montante de **R\$ 10.316 mil** (R\$ 10.619 mil em 2016) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados, no montante de **R\$ 460 mil** (R\$ 460 mil em 2016).

2.5.15. Demonstração do Resultado

a) Receita Líquida: detalhamento da receita líquida.

	2017	2016
Receita bruta das vendas	126.699	169.915
(-) Impostos sobre vendas	(4.410)	(9.597)
(-) Devoluções de Vendas	(21.225)	0

b) Resultado Financeiro Líquido - R\$ (20.845) mil (R\$ 31.796 mil em 2016), esse valor corresponde ao resultado financeiro líquido R\$ (19.324); (R\$ (20.742) em 2016.) acrescido pelos ajustes do PLR no valor de R\$ (1.521), (R\$ 11.346) em 2016) conforme nota explicativa 2.5.21 que corresponde a R\$ (1.775) de abono por afastamento funcional e R\$ 254 (R\$ 292 em 2016) que é a reversão por Impairment.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cavalo Branco Garanta Energia e Desenvolvimento Social

2.5.16. Contribuição Social e o Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95. Não houve apuração de IRPJ e CSLL em 2017 e 2016.

2.5.17. Provisão para Impostos Diferido

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

	Alíquota	2017	2016
Reserva de reavaliação		15.594	16.054
Contribuição social	9%	1.404	1.445
Imposto de renda	15%	2.339	2.408
Adicional imposto de renda	10%	1.535	1.581
Provisão impostos diferidos		5.278	5.434

2.5.18. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

2.5.19. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Caminho Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

os funcionários e a Empresa.

O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Plano de previdência complementar	1.593	1.778

2.5.20. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise adotada por departamento responsável e, de acordo com o estágio de cobrança é estimado um montante de provisão a ser constituída.

2.5.21. Estrutura da Demonstração do Resultado

A Companhia apresenta a Demonstração do Resultado comparativo de 2017/2016 onde está incluído o Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras, conforme NBC TG 26 (R4), Resolução do CFC nº 1185/09, item 82.

2.5.22. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)

Não houve provisão para fins de participação dos empregados no resultado da Companhia, pois a meta do indicador operacional não foi atingida.

O regramento da participação nos lucros ou resultados está firmado entre a Companhia e o Sindicato, na Consolidação do Regramento da Participação nos Lucros ou Resultados da Cia e em seu aditivo nº 001.

2.5.23. Reserva de Lucros

A Companhia não realizou reservas de lucros no ano de 2017 (em 2016 foi realizado uma reserva de R\$ 10.339 mil). No ano de 2017 foi compensado os prejuízos com a referida reserva, no montante de R\$10.339 mil.

2.5.24. Apuração de Prejuízos

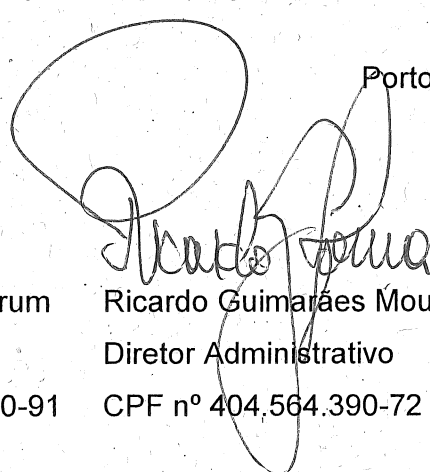
Ao final do ano do exercício de 2017, a Companhia apresentou o prejuízo de **R\$ (31.826 mil)**, conforme demonstrado abaixo:

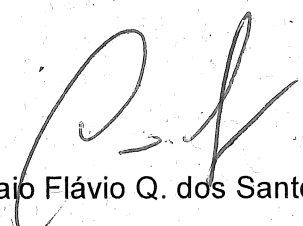
	2017	2016
Prejuízo antes da reversão dos juros s/capital Próprio	(31.826)	(17.001)
Reversao dos juros s/capital Próprio	12.455	13.656
Prejuízo Líquido do Exercício	(19.371)	(3.345)

Em cumprimento a legislação oficial vigente, das sociedades por ações, em face do disposto no parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/1976, o prejuízo do exercício deverá, obrigatoriamente, ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2017.


Edilson Meurer Brum
Diretor Presidente
CPF nº 495.514.420-91


Ricardo Guimarães Moura
Diretor Administrativo
CPF nº 404.564.390-72


Caio Flávio Q. dos Santos
Diretor Técnico
CPF nº 399.304.830-04


Roberto Reischak Dias
Contador CRC/RS 052403/O-0
CPF Nº 432.523.380-68

AOS
DIRETORES E ACIONISTAS DA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM
PORTO ALEGRE – RS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Como parte dos procedimentos obrigatórios de auditoria adotados no decorrer do exercício de 2017, foram enviados pedidos de informações de transações e saldos para todas as instituições financeiras que mantêm operações com a Companhia. Entretanto, até a data de conclusão dos trabalhos, não foram recebidas respostas aos pedidos enviados, relativos a saldos relacionados a Bancos - Conta Movimento e Aplicações financeiras, classificados no ativo circulante, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Portanto, os trabalhos foram fundamentados exclusivamente pela aplicação de procedimentos alternativos sobre os controles auxiliares mantidos pela Companhia relativos a esses saldos contábeis.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5.9, letra "a", a Companhia mantém provisão para perda com "Ajuste a Valor de Mercado", no valor de R\$ 38.876 mil constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº 10.900/96, seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral. Os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.5.9, letra "c", de que em decorrência de rescisão contratual referente ao arrendamento da Mina do Leão II, foram reclassificados R\$ 170.427 mil para o ativo imobilizado da Companhia. Conforme mencionado no relatório da administração, após a entrega da Mina do Leão II em agosto de 2016, através de Termo de Rescisão Contratual formalizado com a arrendatária Carbonífera Criciúma S/A, foi determinado, na época pela CRM, que fosse realizado um trabalho técnico para verificar os materiais lá existentes, em especial, levando em consideração os bens que haviam sido concedidos à arrendatária quando da realização do Contrato de Arrendamento. O trabalho foi realizado, mas ainda não foi concluído pelo elevado rol de equipamentos a ser verificado, levando em consideração, também, aqueles que já não existem, até em função do tempo que foram utilizados e a respectiva vida útil dos mesmos. Não foi possível mensurar os possíveis efeitos desse levantamento.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO – CRM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

Conforme o relatório da Diretoria, no exercício de 2017, com a imposição unilateral da CGTEE em alterar o preço da tonelada do carvão mineral para R\$ 56,94 (cinquenta e seis reais e noventa e quatro centavos) a partir de 1º de janeiro de 2017, a CRM passou a experimentar um insuportável desequilíbrio financeiro, sendo que essa imposição veio acompanhada também da diminuição na quantidade de carvão entregue que era de 208.000 toneladas por mês em 2016 e passou para 100.000 toneladas por mês em 2017, o que piorou ainda mais o resultado da Companhia. Ou seja, a receita bruta mensal de Candiota que girava em torno de R\$ 12,5 milhões em 2016 reduziu para R\$ 8,6 milhões em 2017. Considerando o Decreto do Governador nº 52.862, que vem sendo prorrogando ano a ano, visando a redução de custos e despesas da Companhia e a recuperação da situação financeira da empresa, a Diretoria da CRM vem realizando desde o início de sua gestão uma série de ações como renegociações e rescisões de contratos, redução do quadro, inclusive com oferecimento de Plano de Demissão Incentivada, controle na realização de horas extras nas três unidades, reavaliação do organograma e do Plano de Cargos e Salários, contratação de estudo sobre pagamento de periculosidade, suspensão das atividades mineiras na Mina do Leão, unidade que historicamente apresenta prejuízo, etc. A implementação de todas essas ações ainda não foi suficiente ou nem mesmo chegou próxima do ponto de equilíbrio financeiro da empresa e, por isso, a Diretoria passou a negociar com seu acionista maior, o Governo do Estado, um aporte financeiro na forma de aumento de capital. Houve a sensibilização por parte do Governo na medida em que enviou para a Assembleia Legislativa Projeto de Lei para propiciar esse aumento de capital que foi votado e a Lei sancionada pelo Governador ainda no mês de dezembro de 2017. Além disso, descreve que 2018 será um ano muito desafiador para a CRM, tendo em vista a inconsistência no atual contrato de fornecimento de carvão para a CGTEE, tendo que obrigatoriamente passar por processo de arbitragem. Também, necessariamente, a Companhia terá que contar com os recursos oriundos do seu acionista maior, o Governo do Estado, para que possa buscar um mínimo de equilíbrio, pagando fornecedores em atraso e dar continuidade ao Plano de Demissão Incentivada, necessário para adequar o quadro de pessoal ao novo tamanho da empresa e, assim, diminuir custos fixos com pessoal.

Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto a confirmação dos saldos juntos as instituições financeiras; sobre o valor contábil da provisão para perda com “Ajuste a Valor de Mercado”, no valor de R\$ 38.876 mil constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº 10.900/96, seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral. Os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão; e quanto à rescisão contratual referente ao arrendamento da Mina do Leão II. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto quanto ao comentado nos parágrafos Base para opinião com ressalva, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

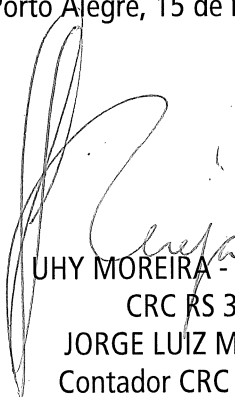
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO – CRM. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de março de 2018.



UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717
JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC RS 43679
CNAI N° 539
Sócio - Responsável Técnico

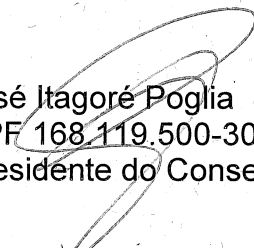


COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2017 e considerando o Relatório dos Auditores Independentes datado de 15 de março de 2018, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas. Esse Conselho acompanha a manifestação do Conselho de Administração com relação as ressalvas da auditoria independente. Colocada a palavra à disposição e, como ninguém quisesse fazer uso da mesma, foi encerrada a sessão, sendo lavrado esta Ata.

Porto Alegre, 19 de março de 2018



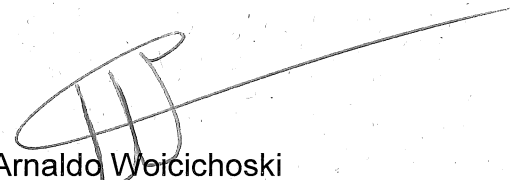
José Itagoré Pogli
CPF 168.119.500-30
Presidente do Conselho



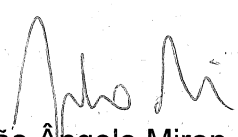
Neusa Kempfer
CPF 384.935.190-49



Sérgio de Medeiros Ilha Moreira
CPF 004.707.910-04



Arnaldo Weicichoski
CPF 474.614.030-87



João Ângelo Miron Neto
CPF 353.841.740-77

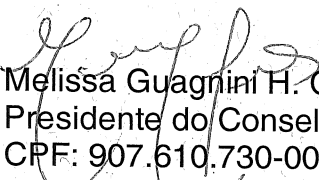


COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gásco Gerando Energia e Desenvolvimento Social

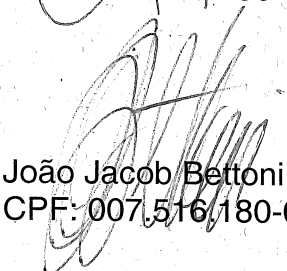
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

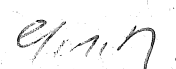
O Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Mineração – CRM, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo tomado conhecimento, em reunião nesta data, do Relatório da Diretoria e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31-12-2017, ante os esclarecimentos prestados pela Contadora da Companhia e considerando o parecer dos auditores independentes, UHY Moreira Auditores, todos se manifestando favoravelmente às Demonstrações Contábeis da CRM, entende que sejam as mesmas apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. O Balanço, portanto, atende as formalidades legais, porém o Conselho de Administração ratifica as ressalvas apresentadas pela auditoria independente, relativos a não apresentação por parte das instituições bancárias dos extratos relacionada às contas da companhia, bem como, ressalta também, a demora no fechamento do levantamento patrimonial por ocasião da devolução da Mina do Leão II ocorrida em 2016, afim de verificar e regularizar a situação.

Porto Alegre, 19 de março de 2018


Melissa Guagnini H. Custódio
Presidente do Conselho
CPF: 907.610.730-00


Adão Carlos O. F. da Cunha
CPF: 320.690.810-87

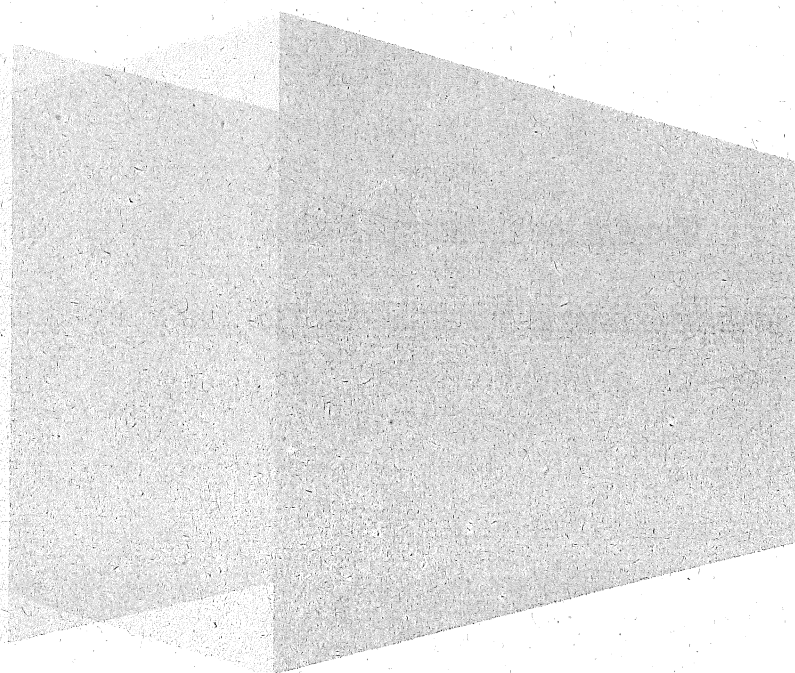

João Jacob Bettoni
CPF: 007.516.180-04


Edvilson Meurer Brum
CPF: 495.514.420-91

**Companhia Operadora
de Mineração
COM**

COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO – COM

**Relatório da Diretoria e
Demonstrações Contábeis de 31
de dezembro de 2017 e 2016**



91

INDICE

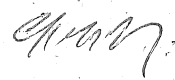
COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL	2
1. RELATÓRIO DA DIRETORIA – 2017	3
2. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO	4
3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO	5
4. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS EM 31 DE DEZEMBRO	5
5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.	7
5.1 – CONTEXTO OPERACIONAL	7
5.2 – PRÁTICAS CONTÁBEIS	7
5.3 – DÍVIDAS COM CONTROLADORA	7
5.3 – APURAÇÃO DO LUCRO	8
PARECER DO CONSELHO FISCAL	9

R. P. en.

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**Composição da Diretoria e Conselho Fiscal****Diretoria (1)**

Edivilson Meurer Brum
Ricardo Guimarães Moura
Caio Flavio Quadros dos Santos

Diretor Presidente
Diretor Administrativo
Diretor Técnico

**Conselho Fiscal (1)****• Membros Titulares**

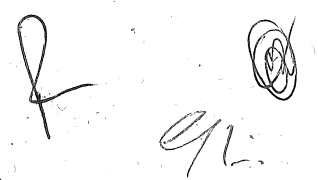
José Itagoré Pogliã
Arnaldo Woicichoski
Neusa Kempfer

Presidente

• Membros Suplentes

Paulo Marques dos Reis
Rosa Maria Riegel Bertolucci
Leandro Sonne

Eleição e posse 22.04.2016



COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO

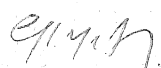
1. RELATÓRIO DA DIRETORIA – 2017

A Diretoria da COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO - COM, apresenta, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, face a sua constituição ocorrida em 27 de abril de 1998, sem nenhuma atividade operacional até esta data, destaca o que segue:

1 - A Companhia Operadora de Mineração é uma Empresa Subsidiária Integral da Companhia Riograndense de Mineração, com a sua criação aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária desta última, realizada no dia 17 de dezembro de 1997, nos termos da Lei Estadual n.º 10.900/96. A constituição da Subsidiária ocorreu em 27 de abril de 1998, com capital social inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em dez mil (10.000) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme escritura pública n.º 124 – geral 260, do 8º Tabelionato Albuquerque de Porto Alegre, com registro na mesma data, na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, e inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 02.720.677/0001-20.

2 – Tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades, bem como atividades pretéritas da C.R.M. que mereçam reparos ambientais.

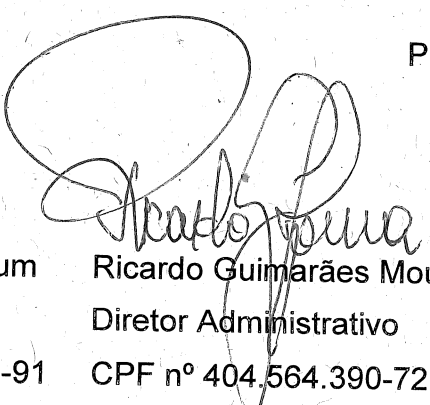
Porto Alegre, 31 de dezembro de 2017.



Edilson Meurer Brum

Diretor Presidente

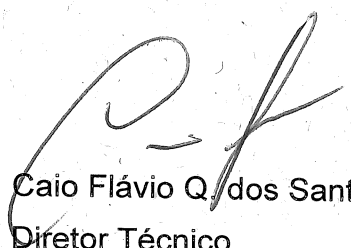
CPF nº 495.514.420-91



Ricardo Guimarães Moura

Diretor Administrativo

CPF nº 404.564.390-72



Caio Flávio Q. dos Santos

Diretor Técnico

CPF nº 399.304.830-04

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**2. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**

Em reais

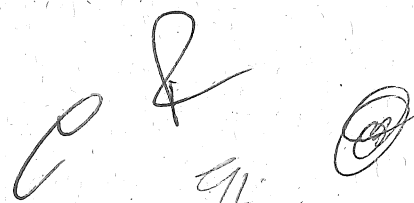
Ativo	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante	<u>96.410</u>	<u>93.114</u>
Disponibilidades	36.508	36.508
Conta Corrente Coligada	39.947	39.947
Créditos Tributários	2.803	2.869
Banrisul Rendimentos SIAC	17.152	13.790
Não Circulante	<u>(13.246)</u>	<u>(13.246)</u>
Bens em Formação	(13.246)	(13.246)
Total	<u>83.164</u>	<u>79.868</u>
 Passivo		
Circulante	<u>15.961</u>	<u>16.169</u>
Outros Contas a pagar	15.961	16.169
Não Circulante	<u>7.127</u>	<u>6.399</u>
Dívidas Controladora (nota 5.3)	7.127	6.399
Patrimônio Líquido	<u>60.076</u>	<u>57.300</u>
Capital Social	60.000	60.000
Reservas de Lucros	0	0
Lucros Acumulados	76	(2.700)
Total	<u>83.164</u>	<u>79.868</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**3. Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro**
Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita bruta das vendas	0	0
Impostos sobre vendas	0	0
Receita líquida de vendas	0	0
Custo dos produtos vendidos	0	0
Lucro (prejuízo) bruto	0	0
(Despesas) e rec. operacionais	(0)	(1.705)
Resultado financeiro líquido	3.249	4.857
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda	3.249	4.123
Contribuição social	(292)	(371)
Imposto de renda	(487)	(618)
Resultado líquido do exercício	<u>2.470</u>	<u>3.134</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.



COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO

4. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados em 31 de Dezembro Em reais

	Capital Social	Reservas de Lucros	Prejuízos/ Acumulados	Total Geral
Saldos em 31 de dezembro 2016	60.000	-	(2.700)	57.300
Aumento de Capital Social				-
Reserva de Lucros				-
Realização da Reserva de Lucros				-
Reserva de reavaliação				-
Ajustes de Exercícios anteriores			306	306
Lucro líquido do exercício			2.470	2.470
Saldos em 31 de dezembro 2017	60.000	-	76	60.076

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis.

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO

5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

5.1 – Contexto Operacional

A Companhia tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social, e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades bem como atividades pretéritas da CRM que mereçam reparos ambientais.

5.2 – Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergidos as normas de contabilidade às normas internacionais de contabilidade.. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 e Lei nº 12.973/14 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

5.3 – Dívidas com Controladora

A Companhia durante o ano de 2012 registrou dívidas com sua controladora, a Companhia Riograndense de Mineração – CRM, referente ao pagamentos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Como forma de prover meios ao cumprimento de obrigações fiscais dessa Cia, a Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração CRM, através da Ata de Reunião de Diretoria nº 034/11 concordou por unanimidade com a proposição de efetuar um adiantamento, em espécie, para futuro aumento de capital em sua subsidiária integral

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO

Companhia Operadora de Mineração - COM, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

O efetivo adiantamento ocorreu no curso do ano de 2014 devido a necessidade financeira da COM submetida à aprovação de Assembleia Geral Ordinária.

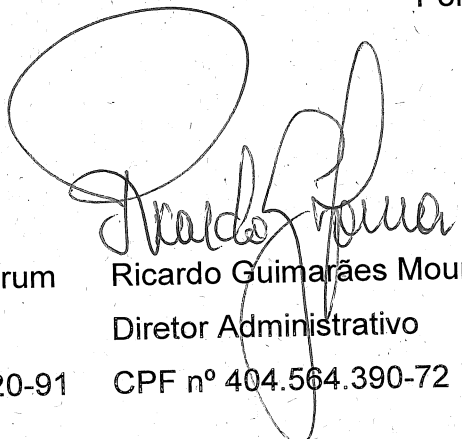
5.3 – Apuração do Lucro

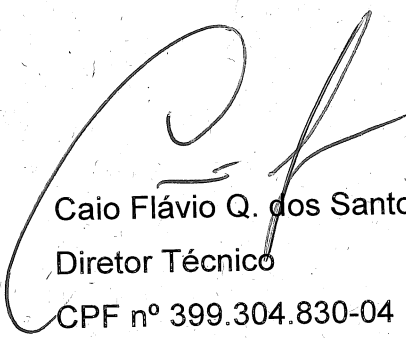
Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresentou o lucro de R\$ 2.469,71.

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda, conforme legislação vigente, restando o valor remanescente de lucro de R\$ 75,61. A proposta será levada à Assembleia Geral Ordinária após procedimentos legais cabíveis.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2017.


Edilson Meurer Brum
Diretor Presidente
CPF nº 495.514.420-91


Ricardo Guimarães Moura
Diretor Administrativo
CPF nº 404.564.390-72

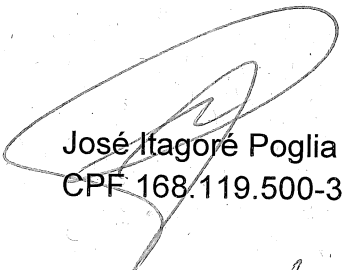

Caio Flávio Q. dos Santos
Diretor Técnico
CPF nº 399.304.830-04


Roberto Rejschak Dias
Contador CRC/RS 052403/O-0
CPF Nº 432.523.380-68

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Operadora de Mineração – COM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII, da Lei n.º 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I, II, do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, considerando a sua constituição em 27 de abril de 1998, e sem ter iniciado o ciclo operacional até esta data. Com base nesses exames e informações prestadas pela empresa, somos de opinião favorável às referidas peças, por atenderem às disposições estatutárias e legais, merecendo assim a sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

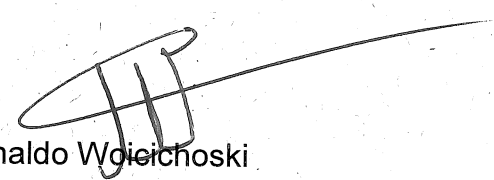
Porto Alegre, 19 de março de 2018.



José Itagoré Poglia
CPF 168.119.500-30



Neusa Kempfer
CPF 384.935.190-49



Arnaldo Wojcichoski
CPF 474.614.030-87